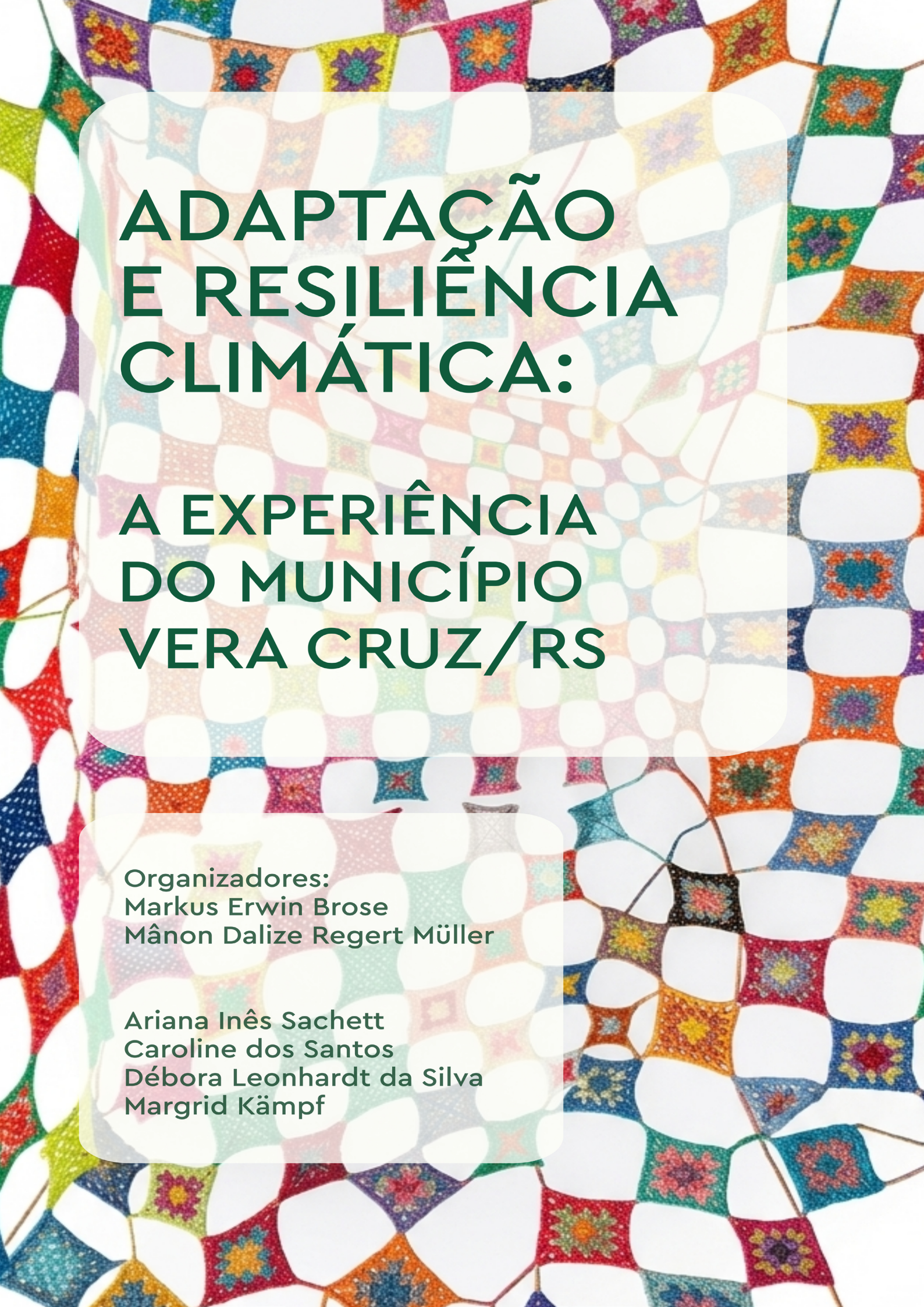




ADAPTAÇÃO E RESILIÊNCIA CLIMÁTICA:

A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO VERA CRUZ/RS

Organizadores:
Markus Erwin Brose
Mânon Dalize Regert Müller

Ariana Inês Sachett
Caroline dos Santos
Débora Leonhardt da Silva
Margrid Kämpf



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado
NOTA 7



1.ª Edição - Copyrights do texto - Autores e Autoras

Direitos de Edição Reservados à Editora Terried

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.



O conteúdo dos capítulos apresentados nesta obra são de inteira responsabilidade d@s autor@s, não representando necessariamente a opinião da Editora.

Permitimos a reprodução parcial ou total desta obra, considerado que seja citada a fonte e a autoria, além de respeitar a Licença Creative Commons indicada.

Conselho Editorial

Adilson Cristiano Habowski - ***Currículo Lattes***

Adilson Tadeu Basquerote Silva - ***Currículo Lattes***

Alexandre Carvalho de Andrade - ***Currículo Lattes***

Anísio Batista Pereira - ***Currículo Lattes***

Celso Gabatz - ***Currículo Lattes***

Cristiano Cunha Costa - ***Currículo Lattes***

Denise Santos Da Cruz - ***Currículo Lattes***

Emily Verônica Rosa da Silva Feijó - ***Currículo Lattes***

Fabiano Custódio de Oliveira - ***Currículo Lattes***

Fernanda Monteiro Barreto Camargo - ***Currículo Lattes***

Fredi dos Santos Bento - ***Currículo Lattes***

Guilherme Mendes Tomaz dos Santos - ***Currículo Lattes***

Humberto Costa - ***Currículo Lattes***

Leandro Antônio dos Santos - ***Currículo Lattes***

Lourenço Resende da Costa - ***Currículo Lattes***

Marcos Pereira dos Santos - ***Currículo Lattes***

Grupo Clima do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Ariana Inês Sachett (doutorado)

Caroline dos Santos (mestrado)

Débora Leonhardt da Silva (mestrado)

Mânon Dalize Regert Müller (mestrado)

Margrid Kämpf (doutorado)

Markus Erwin Brose (professor permanente do PPGDR)

Esta publicação integra as atividades do Observatório de Inovação em Água e Clima (ObservaÁguaClima) mantido pelo PPGDR da UNISC.

A coleta de dados teve apoio dos projetos:

- Edital FAPERGS 06/2-2024: Identificação, avaliação e monitoramento dos riscos de eventos climáticos visando a qualificação dos sistemas públicos de alerta para as regiões do Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari (2025/26).
- Projeto UNISC 754591: Arranjos de governança para a adaptação climática: a ampliação da resiliência territorial na Região dos Vales/RS (2026/27)

CAPA: Arte Margrid Kämpf, ilustração por inteligência artificial baseada na teia de crochê produzidas por voluntárias para a Feira da Produção 2026 em Vera Cruz

CONTRACAPA: Arte Caroline dos Santos, imagens sobrepostas a mapa rodoviário da Prefeitura de Vera Cruz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Adaptação e Resiliência Climática: A Experiência do Município Vera Cruz/RS. Markus Erwin Brose; Mânon Dalize Regert Müller; Ariana Inês Sachett; Caroline dos Santos; Débora Leonhardt da Silva; Margrid Kämpf (Organizadores)
-- Alegrete, RS : Editora Terried, 2026.

PDF

ISBN. 978-65-83367-97-6

1. Ensino

24-225451

CDD-918.17

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciências da Natureza 90.14

2. Ensino 90.9

OBJETIVO 11. TORNAR AS CIDADES E OS ASSENTAMENTOS HUMANOS INCLUSIVOS, SEGUROS, RESILIENTES E SUSTENTÁVEIS



11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, aos serviços básicos e urbanizar as favelas

11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos

11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países

11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo

11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade

11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros

11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência

11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	RESILIÊNCIA ECONÔMICA.....	17
2.1	EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO.....	18
2.2	DINAMISMO E DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA.....	30
2.3	ATRAÇÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS.....	36
2.4	FORÇA E TRADIÇÃO DA AGROPECUÁRIA.....	42
2.5	EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO: A ESTABILIDADE ECONÔMICA..	48
2.6	FEIRA DA PRODUÇÃO: CULTURA, IDENTIDADE E CAPITAL SOCIAL NA ARTICULAÇÃO ENTRE ECONOMIA CRIATIVA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	55
2.7	MAIS QUE NOTÍCIAS, UM ESPELHO DA COMUNIDADE: DO JORNAL VERA-CRUZENSE À RÁDIO ARAUTO.....	62
2.8	PROTAGONISMO JUVENIL E PROFISSIONALIZAÇÃO RURAL.....	67
2.9	PROTAGONISMO RURAL: VALORIZANDO A AUTONOMIA EMPREENDEDORA DOS JOVENS.....	73
3	RESILIÊNCIA SOCIAL.....	77
3.1	ENGAJAMENTO COMUNITÁRIO E CAPITAL SOCIAL: ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO.....	78
3.2	VERA CRUZ NA COORDENAÇÃO REGIONAL DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS.....	87
3.3	HOSPITAL VERA CRUZ: UM PEQUENO HOSPITAL RESILIENTE.....	92
3.4	CAPITAL DAS GINCANAS: CULTURA, MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE.....	98
3.5	PRÊMIO BRASIL SEM FOME: PRIORIDADE À SEGURANÇA ALIMENTAR..	103
3.6	HABITAÇÃO SOCIAL PARA FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.....	107
3.7	COMPROMISSO NACIONAL COM A EDUCAÇÃO: SELO OURO.....	112
3.8	NOVAS CRECHES NO MEIO RURAL FORTALECEM AGRICULTURA FAMILIAR.....	116
3.9	COOPERATIVISMO NA ESCOLA.....	122

4 RESILIÊNCIA AMBIENTAL.....	126
4.1 PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS HÍDRICOS: O PROGRAMA PROTETOR DAS ÁGUAS.....	127
4.2 PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS DO AÇAÍ: O PIONEIRISMO DA AGROINDÚSTRIA DU VALLE.....	135
4.3 PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS CARBONO: O PIONEIRISMO DA TRANSPORTADORA DEUFEL.....	140
4.4 PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS AGROFLORESTAIS: PRODUÇÃO DE CAFÉ.....	147
4.5 PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS AGROECOLOGIA: ALIMENTOS ORGÂNICOS E SAÚDE.....	153
4.6 BARRAGEM DE REGULAÇÃO DO ARROIO ANDREAS: ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA.....	158
4.7 JARDIM BOTÂNICO: VEGETAÇÃO URBANA.....	163
5 GOVERNANÇA PÚBLICA PARA A RESILIÊNCIA.....	168
5.1 SELO OURO DO PROGRAMA MUNICÍPIO AMIGO DA VACINA.....	169
5.2 PARCERIA COM PESQUISA UNIVERSITÁRIA NO COMBATE À DENGUE....	174
5.3 PLANEJAMENTO EM SAÚDE COMO EIXO ESTRUTURANTE DA GESTÃO...	179
5.4 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO: A GESTÃO MUNICIPAL DA ÁGUA.....	183
5.5 CANAIS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR..	191
5.6 GOVERNANÇA PÚBLICA E MOBILIDADE PENDULAR: DESAFIOS E PARCERIA COM PESQUISA UNIVERSITÁRIA NO COMBATE À DENGUE.....	199
6 CONHECENDO VERA CRUZ.....	205
7 VERA CRUZ E DESASTRES.....	210
8 NOTA METODOLÓGICA.....	215
9 LETRAMENTO CLIMÁTICO.....	217

1 INTRODUÇÃO

Nossos objetivos

O aumento da frequência e da intensidade dos desastres vem estimulando o debate acerca da capacidade de resiliência territorial. Os desastres não podem ser evitados, mas podemos planejar e nos preparar melhor para superar os desastres. Em síntese, essa é a proposta central do Marco de Sendai 2015-2030, o acordo internacional adotado pela Organização das Nações Unidas que estabelece diretrizes aos países para prevenir novos desastres e reduzir os riscos. A pergunta central é, portanto, como medir a capacidade de resiliência em nosso território? Como saber se estamos preparados e, a partir daí, planejar melhor para o futuro?

Existem essencialmente duas respostas a este desafio. Apresentamos a seguir nesta introdução a primeira resposta, uma síntese de estudos que buscam responder à pergunta de forma teórica, com conceitos e reflexões abstratas, por exemplo, criando normas técnicas e sistemas de indicadores para medir resiliência.

Nosso grupo de pesquisa escolheu a segunda resposta com um enfoque empírico, ou seja, buscamos olhar para a experiência prática da bacia hidrográfica do rio Pardo com os desastres do início do século XXI. E aprender com Vera Cruz que tem apresentado alta capacidade de resiliência territorial, buscando, desta forma, contribuir para o planejamento estratégico da bacia para os próximos desastres.

Nossa hipótese é que o município de Vera Cruz, em meio aos problemas e limitantes que todos municípios enfrentam, vem atendendo na prática a três das principais diretrizes do Marco de Sendai 2025-2030:

- Diretriz 2 - Fortalecer a governança: Promover a articulação intersetorial e em múltiplos níveis (nacional, estadual e municipal) e integrar a redução de riscos em políticas públicas, leis e ordenamento territorial.
- Diretriz 3 - Investir na resiliência: Fomentar investimentos públicos e privados direcionados à redução de riscos (como infraestrutura resiliente, soluções baseadas na natureza, adaptação climática).

- Diretriz 4 - Melhorar a preparação para desastres: Aprimorar os sistemas de alerta precoce e garantir que a recuperação e a reconstrução pós-desastre sejam melhores do que as condições anteriores, conceito conhecido como *Build Back Better*.

A presente publicação resulta da curiosidade de nosso grupo de pesquisa em conhecer de modo mais detalhado as condicionantes, as origens e os desafios para a capacidade de resiliência em Vera Cruz, desta forma contribuindo ao debate sobre o futuro da bacia hidrográfica do rio Pardo como um todo.

Definindo resiliência territorial

A raiz da palavra resiliência vem do verbo *Resilire* em latim que significa “saltar para trás”, “ricochetear” ou “retornar”, sendo composto pelo prefixo *re-* (de novo, para trás) e *salire* (saltar). Originalmente um conceito da Física, descreve a capacidade de materiais de retornar à sua forma original após deformação. Hoje em dia o conceito de resiliência é multifacetado, sendo utilizado com diferentes significados, em contextos diversos.

Na Psicologia, por exemplo, resiliência humana é a capacidade do indivíduo em se adaptar positivamente à existência de traumas, estresse ou tragédias, não apenas superando, mas crescendo com a experiência, mantendo o equilíbrio emocional e psicológico. Utilizando, assim, recursos internos (autoestima, otimismo) e externos (apoio familiar, profissional) para se reerguer e seguir em frente, transformando desafios em aprendizado e força. Não constitui um objetivo fixo a ser alcançado em determinado momento, mas uma habilidade que pode ser desenvolvida ao longo da vida.

Para a Defesa Civil, resiliência significa a capacidade de comunidades e cidades se prepararem, adaptarem e se recuperarem de desastres, focando na prevenção e na redução de riscos, não apenas na resposta emergencial. Através de ações direcionadas, como planejamento, monitoramento climático, educação comunitária e o uso de tecnologias inovadoras, busca criar uma sociedade empoderada para superar eventos extremos e crises complexas.

Apesar da utilização do termo resiliência em múltiplos campos, ele mantém sua clareza e utilidade. Existe um conjunto de características em comum para esta palavra:

1. As aplicações do conceito se referem a riscos e ameaças fora do cotidiano, seja do indivíduo, de um ecossistema ou de uma sociedade, sendo resiliência a capacidade de superar os eventos extremos.
2. Resiliência tem resultados positivos, implicando na capacidade de absorver impactos e retornar ao estágio anterior ou, talvez, até a uma nova situação melhor que antes.
3. Resiliência significa estar preparado, uma capacidade que pode ser moldada e ampliada com o tempo, de forma planejada, mediante investimento em capital humano, capital social e infraestrutura.
4. A capacidade de resiliência depende de visão estratégica, vontade política e da continuidade de propósito, seja do indivíduo, do grupo ou da sociedade.
5. A capacidade de resiliência está relacionada ao grau de adaptação a choques, desastres ou eventos extremos. Pessoas, grupos ou sociedades que bloqueiam mudanças e inovações tendem a não serem resilientes.
6. Para ampliar a capacidade de resiliência há necessidade de aprender com erros e falhas de catástrofes passadas, comunicar de forma transparente os aprendizados e adotar recomendações decorrentes da experiência prévia.
7. Em grupos e sociedades a capacidade da resiliência depende da habilidade de mobilização e engajamento coletivo para alcançar objetivos compartilhados.

A adição do adjetivo “territorial” à palavra resiliência confere um significado específico, descrevendo a capacidade de um espaço delimitado, por exemplo, uma vila, uma cidade ou uma região, de resistir, absorver e se recuperar de choques (como desastres, crises econômicas). Mantendo ou ampliando suas funções essenciais e o bem-estar da população, através de planejamento, infraestrutura verde, governança e participação comunitária para um futuro mais seguro.

Nesse sentido, resiliência constitui um conceito essencialmente positivo. O oposto ocorre quando uma sociedade perde a capacidade de recuperação, o que implica no abandono do território, na migração e na precariedade econômica, por exemplo, no caso da desindustrialização de regiões metropolitanas, ou no caso da desertificação em áreas rurais.

Iniciativas de promoção da resiliência territorial

A capacidade de resiliência territorial não se desenvolve por acaso, depende de planejamento a longo prazo, formal e informal, de visão estratégica e de parcerias que promovem uma transição rumo à maior sustentabilidade. Diversas iniciativas vêm buscando divulgar estes conceitos e promover o planejamento formal de ampliação da resiliência territorial no país.

A Agência da ONU para Gestão de Riscos e Prevenção de Desastres (UNDRR) lançou, em 2010, com duração prevista por uma década até 2020, a campanha internacional “Cidades Resilientes” visando sensibilizar gestores públicos e a população em geral para adoção de estratégias locais de resiliência. Na revisão dos resultados obtidos ao final da campanha foi detectada a necessidade de reforçar a mensagem, sendo em 2020 lançada uma segunda versão da campanha sob o título “Cidades Resilientes até 2030” (MCR2030).

No Brasil a campanha vem sendo implementada por iniciativa da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, com apoio do Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres da Universidade Federal de Santa Catarina e busca engajar voluntariamente as prefeituras. A adesão à campanha é feita por meio do envio de um formulário de inscrição e um ofício ao Ministério, que mantém página própria para o MCR2030 na internet.

A campanha estimula que cada prefeitura construa um plano de ação em dez passos, que incluem ações relacionadas à organização e coordenação das políticas públicas, orçamento, análises de risco, infraestrutura para redução de desastres, segurança de escolas e unidades de saúde, qualificação do regulamento para construção civil e planejamento urbano, programas educacionais e treinamentos, proteção de ecossistemas, implantação de sistemas de alerta prévio, entre outros.

No mesmo período, em 2013, a organização filantrópica Rockefeller Foundation, com sede em Nova Iorque, lançou a campanha global “100 Cidades Resilientes” (100RC) mediante promessa de alocação de US\$1 milhão para cada uma das cem prefeituras selecionadas no edital para construção de um plano municipal de resiliência. Uma aliança de atores locais obteve a aprovação da pro-

posta de Porto Alegre, que lançou em 2016 sua estratégia de resiliência até 2030 no 100RC. A governança, porém, não se mostrou resiliente e com a eleição de uma nova administração municipal o projeto foi descontinuado em 2017. A vaga no programa foi ocupada pela Prefeitura de Salvador, que lançou sua estratégia de resiliência em 2019. No mesmo ano a fundação encerrou o financiamento do programa, dando origem a uma rede mundial das cidades participantes (resilientcitiesnetwork.org), com sede em Singapura.

Motivado por iniciativas como as descritas acima, o debate nacional vem sendo ampliado. A Escola Nacional de Administração Pública (Enap) em Brasília criou, em 2023, um curso de ensino à distância (EaD) para gestores de órgãos federais sob o título “Formulação de estratégias para a resiliência territorial frente a desastres socionaturais”. E partidos políticos têm orientado seus prefeitos a adotarem estratégias de resiliência buscando ampliar o reconhecimento nas urnas, recomendando a adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento.

Medindo a capacidade de resiliência

Um dos indicadores para mensuração da capacidade de resiliência consiste na redundância dos sistemas. Como a resiliência é a capacidade de um sistema em se adaptar e se recuperar de falhas, a redundância é uma das técnicas (duplicação de componentes) usada para alcançar a resiliência. A redundância no sistema (diversas fontes de energia, diversas rotas de acesso, múltiplas formas de comunicação) representa um conceito importante, mas a resiliência é mais ampla, envolvendo planejamento, monitoramento e recuperação.

Na Defesa Civil a redundância é o princípio de utilizar sistemas, equipamentos ou equipes duplicados para garantir que as operações e a comunicação não sejam interrompidas em caso de falha do sistema principal.

- A Defesa Civil utiliza múltiplos canais para emitir alertas à população, como mensagens de SMS, *WhatsApp* e sirenes, para que a informação chegue ao maior número de pessoas, mesmo que uma rede falhe.
- Em centros de operações e gabinetes de crise, a redundância é aplicada à energia (com geradores) e às conexões de internet, para assegurar a continuidade da coordenação e articulação entre as instituições.

- A prática se estende ao uso de equipamentos de segurança duplos (como nos procedimentos de salvamento em altura pelos bombeiros) e à disponibilidade de equipes de reserva em prontidão.
- A redundância também é vital na gestão de dados, garantindo a recuperação de informações importantes após falhas de software ou ataques cibernéticos.

A norma ISO 37123 “Cidade resiliente” foi desenvolvida pelo comitê técnico ISO/TC 268 Cidades e comunidades sustentáveis da *International Organization for Standardization*, representada no Brasil pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e publicada em 2019. Ela faz parte de uma família de normas, incluindo ISO 37120 “Serviços urbanos e qualidade de vida”, bem como ISO 37122 “Cidades inteligentes”, destinadas a fornecer um conjunto globalmente comparável de indicadores para o planejamento urbano sustentável.

Com 54 indicadores a norma ISO 37123 tem sido utilizada para estudos acadêmicos, entre quais se registra uma primeira análise crítica:

No passado muito se discutiu sobre a “Síndrome do Edifício Doente”, definida como sendo responsável por uma alta prevalência de sintomas de saúde em seus moradores [...] Chegou o momento de discutir sobre as “cidades doentes” pois existe uma relação entre a qualidade de vida oferecida às pessoas e as contribuições que essas pessoas trarão para a sociedade. As verdadeiras cidades habitáveis devem oferecer espaços que promovam a sensação de pertencimento à sociedade, através de medidas que viabilizem a socialização [...] Existem indicadores pouco valorizados pelas normas que vão muito além da adoção de tecnologias digitais (Santos Salgado, 2023, p. 1-4).

Para além das possíveis críticas e debates acadêmicos, partimos aqui da hipótese que as normas deste tipo se apresentam complexas para uma análise empírica como proposto nesta publicação, assim, utilizamos uma versão resumida para representar o caso de Vera Cruz, sintetizada em quatro dimensões:

1. Resiliência econômica: o município com uma economia diversificada e inclusiva. Infraestrutura, redundância e tecnologia.
2. Resiliência social: qualidade de vida, uma comunidade saudável e engajada para o bem comum.
3. Resiliência ambiental: gestão urbana e rural na transição rumo a maior sustentabilidade, soluções baseadas na natureza.

4. Governança para a resiliência: cidade informada, arranjos de governança e de gestão pública inovadores.

O Centro de Pesquisa em Resiliência, da Universidade de Stockholm/Suécia, resumiu em publicação recente o debate no manual “Nove coisas que todo gestor deve saber sobre a resiliência” (Norström, Queiroz, Nyström, et al., 2025):

1. A resiliência é fundamental para enfrentar riscos em aceleração.
2. A resiliência exige equilibrar as capacidades de enfrentar, adaptar e transformar diante da mudança.
3. Investir em resiliência hoje reduz os custos de amanhã.
4. A resiliência é um ciclo de aprendizado e inovação.
5. A diversidade é essencial para que a resiliência floresça.
6. As relações entre pessoas e com a natureza constroem resiliência.
7. Governar e negociar consensos é fundamental para a resiliência.
8. Fortalecer a capacidade de agir ativa a resiliência.
8. Enfrentar os desequilíbrios de poder é essencial para promover uma resiliência equitativa.

Nesse sentido, entendemos que a resiliência representa a capacidade de viver e se desenvolver em meio à mudança e à incerteza. A resiliência é mais do que simplesmente se recuperar e voltar ao estado anterior; ela requer as capacidades de enfrentar, se adaptar e se transformar diante da mudança. Essa definição parte do entendimento de que os seres humanos e a natureza estão interligados e de que o bem-estar e a prosperidade econômica dependem da estabilidade dos sistemas ecológicos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Construindo Cidades Resilientes: Minha cidade está se preparando.** Manual da Campanha Mundial de Redução de Desastres. Brasília, 2011. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr>. Acesso em: 26 jul. 2026.

CHIROLI, D.; MENEZES, M.; ZOLA, F.; ARAGÃO, F.; ALMEIDA, R.; TEBCHERANI, S. Integrating resilience and sustainability: A systematic analysis of resilient cities using ISO 37123. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, v. 96, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijdr.2023.103960> Acesso em: 26 jul. 2026.

DALMAU, M.; MACHADO, M.; FRANCO, A. A campanha cidades resilientes e o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Desastres Naturais: avanços e perspectivas na construção de comunidades menos vulneráveis. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 95-113, 2015. Disponível em: <https://www.kas.de/pt/> Acesso em: 26 jul. 2026.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **Manual para cidades resilientes**. Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Brasília, 2024. Disponível em: <https://fundacaoulysses.org.br/>. Acesso em: em 26 jul. 2026.

LEITE, A.; CASTRO, A.; MARCUZZO, F.; LEANDRO, D. Análise da enchente de 2024 no Rio Pardinho: aplicação do HEC-RAS na modelagem hidráulica. Associação Brasileira de Recursos Hídricos. **Anais...** Vitória: ABRH, 2025. Disponível em: <https://rigeo.sgb.gov.br/> Acesso em: 26 jul. 2026.

McASLAN, A. **The concept of resilience**: understanding its origins, meaning and utility. Adelaide, Australia: Torrens Resilience Institute, 2010. Disponível em: <https://www.flinders.edu.au/> Acesso em: 26 jul. 2026

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. **Estratégia de Resiliência de Porto Alegre**. Recurso eletrônico. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://resilient-citiesnetwork.org/> . Acesso em: 26 jul. 2026

SANTOS SALGADO, M. **Cidades habitáveis: Uma análise dos indicadores propostos pelas normas. Encontro Latino-americano e Europeu sobre Edificações e Comunidades Sustentáveis (euroELECS)**, [S. l.], v. 5, n. 1, 2024. Disponível em: <https://eventos.antac.org.br/>. Acesso em: 26 jul. 2026.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. **Salvador Resiliente**. Disponível em: <https://salvadorresiliente.salvador.ba.gov.br/> Acesso em: 26 jul. 2026. Salvador, 2019.

SCHABBACH, L.; RAMOS, M.; LIMA E CUNHA, L.; MARX, V. As enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul e a capacidade de resposta dos municípios às inundações. **Revista REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 29, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v29i1.19566>. Acesso em: 26 jul. 2026

SGARBI, A. **Redução de risco de desastres: uma análise da subprefeitura do Butantã SP pela perspectiva da ISO 37123 - desenvolvimento sustentável de comunidades - indicadores de cidades resilientes**. Dissertação (Mestrado) Engenharia Civil e Urbana. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/> Acesso em: 26 jul. 2026

NORSTRÖM, A., QUEIROZ, C., NYSTRÖM, M., *et al.* **Resilience science must-knows**: 9 coisas que todo decisor deve saber sobre a resiliência. Stockholm Resilience Centre, Global Resilience Partnership, Future Earth, Stockholm, Sweden, 2025. Disponível em: <http://www.stockholmresilience.org/research/> Acesso em: 26 jul. 2026

WANG, D.; SONG, M.; CHEN, S.; HONGYUAN, D. The impact of the global 100 resilient cities strategy on urban resilience under climate change. **Cities**, v. 167, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cities.2025.106370> Acesso em: 26 jul. 2026

2 RESILIÊNCIA ECONÔMICA

A resiliência econômica é a capacidade de um sistema, seja uma nação, uma região ou um setor da economia, de resistir, absorver e se recuperar mais rapidamente de choques ou crises, minimizando impactos negativos e adaptando-se com as lições aprendidas para enfrentar desafios futuros.

O conceito abrange dois pilares fundamentais. Por um lado, a diversificação econômica, pois quando cidades ou regiões dependem economicamente de um único setor ou de uma única empresa, como um polo petroquímico ou uma monocultura, são mais vulneráveis. Por outro lado, a adaptação climática pelas empresas instaladas no município e a gradual transição ecológica. Assim, a concepção vai além de resistir; envolvendo criar novas vocações produtivas. Por exemplo, uma região afetada pela estagnação de uma indústria tradicional pode redirecionar suas competências tecnológicas para a economia verde ou a inovação em sustentabilidade.

O aspecto econômico não está isolado, os mercados estão integrados na sociedade. Diversificação econômica e estabilidade dialogam diretamente com a resiliência territorial e climática, garantindo que o bem-estar social e o desenvolvimento de longo prazo do município.

2.1 EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO¹

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida que avalia a qualidade de vida nos municípios brasileiros, e é composto pelas dimensões: longevidade (saúde), educação e renda, pilares similares ao Índice de Desenvolvimento Humano utilizado pelas Nações Unidas.

O IDHM é divulgado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, representando uma parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (FJP), como forma de adequar a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de dados nacionais.

Com uma variação de 0 a 1 do IDHM, quanto mais próximo de 1 o desenvolvimento humano é considerado maior no município. Os dados e indicadores levados em conta no IDHM são adaptados para avaliar com maior precisão o desenvolvimento dos municípios e regiões metropolitanas brasileiras. Contudo, esse indicador foi construído até hoje apenas em três períodos comparativos, publicado em 1991, em 2000 e novamente em 2010, ou seja, pode estar desatualizado.

Sendo assim, para um panorama mais atualizado utilizamos aqui o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul (IDESE), elaborado pela Secretaria estadual de Planejamento, Governança e Gestão. Este indicador também avalia a situação socioeconômica dos municípios gaúchos quanto à educação, à renda e à saúde, considerando aspectos quantitativos e qualitativos do processo de desenvolvimento.

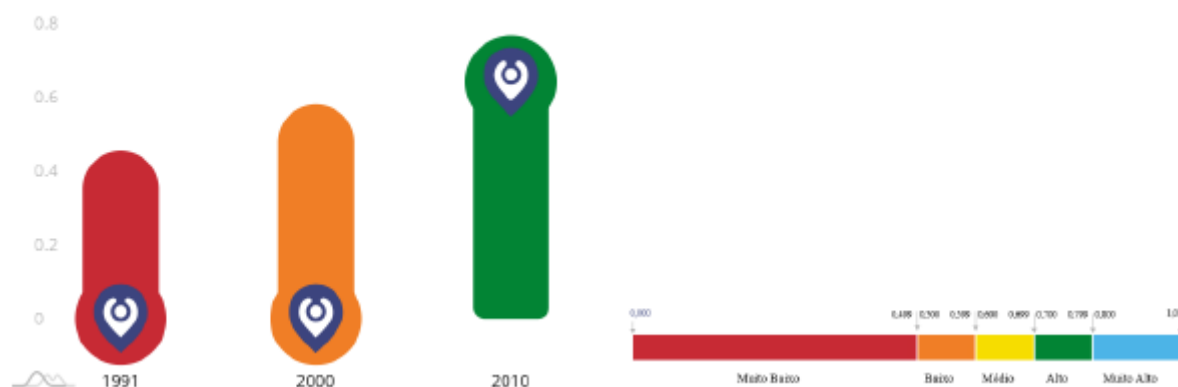
Evolução do IDHM em Vera Cruz

O município de Vera Cruz apresenta uma trajetória crescente do IDHM ao longo dos períodos no qual o índice foi calculado. Em 1991 correspondia a 0,456 (muito baixo) o que lhe garantia a 267^a posição no *ranking* dos municípios no RS. Conforme apresentado na Figura 1 de Muito Baixo nos anos 1990, nos anos

¹ Autor: Ariana Inês Sachett

2000 passou ao patamar Baixo de 0,582 (323º no *ranking*) e, em 2010 para 0,737 (Alto) (alcançando uma posição de 175º), o que é considerado uma faixa de Alto desenvolvimento.

Figura 1 - Valor do IDHM no município de Vera Cruz/RS – 1991, 2000 e 2010



Fonte: PNUD, IPEA e FJP (2013).

Em termos relativos, a evolução do índice até 2010 foi de 26,63% no município comparado ao período dos anos 2000 e 61,62% em relação a 1991. Na Tabela 1 é possível verificar o comportamento de evolução do IDHM em Vera Cruz.

Tabela 1 - IDHM e indicadores selecionados no município Vera Cruz (1991 a 2010)

Indicadores	1991	2000	2010	2010 x 1991	2010 x 2000
IDHM	0,456	0,582	0,737	61,62%	26,63%
IDHM Educação	0,219	0,403	0,643	193,61%	59,55%
% de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo		25,48	47,19		85,20%
% de 4 a 5 anos na escola		30,05	59,24		97,14%
% de 11 a 13 anos de idade nos anos finais do ensino fundamental ou com ensino fundamental completo		68,72	95,20		38,53%
% de 15 a 17 anos de idade com ensino fundamental completo		50,51	70,87		40,31%

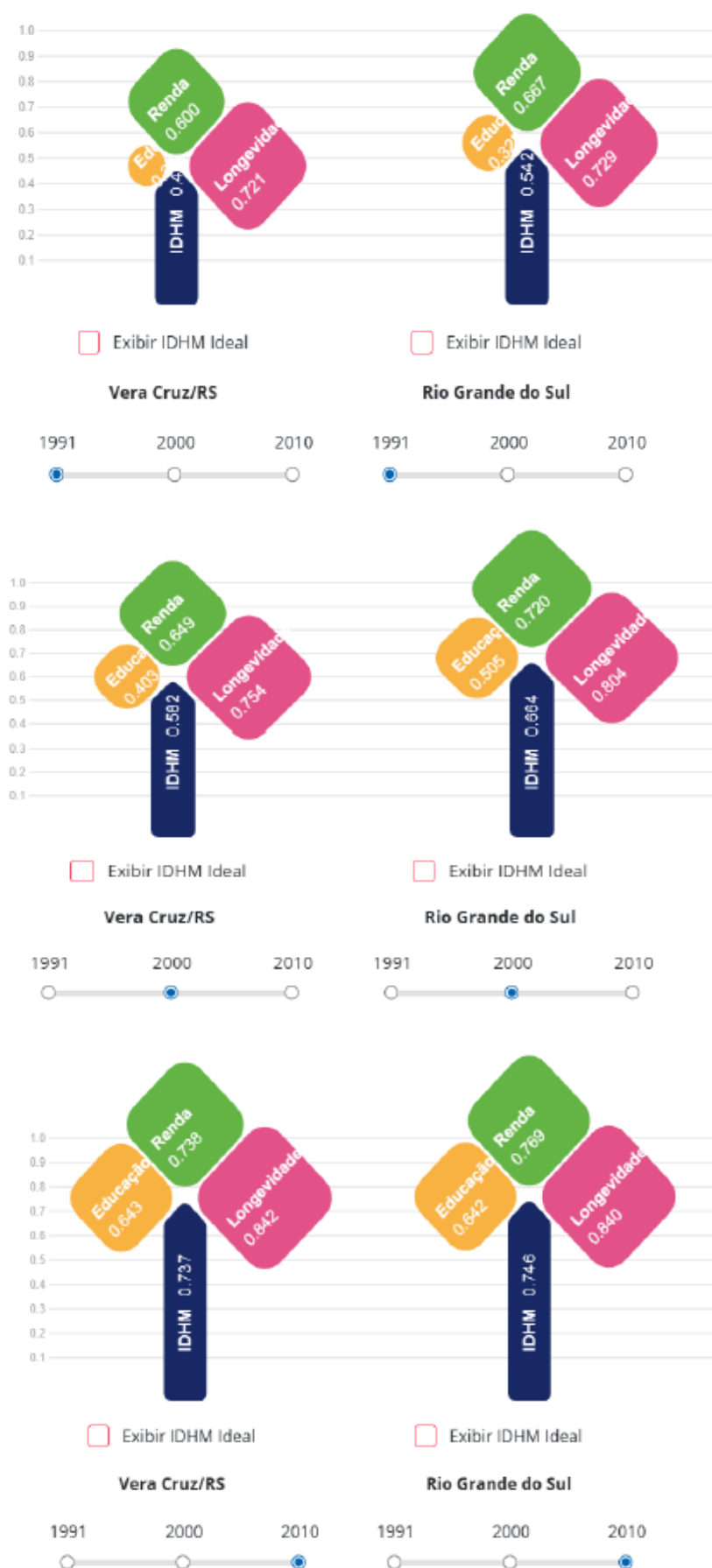
% de 18 a 20 anos de idade com ensino médio completo		33,22	45,55		37,12%
IDHM Longevidade	0,721	0,754	0,842	16,78%	11,67%
Indicadores	1991	2000	2010	2010 x 1991	2010 x 2000
Expectativa de vida ao nascer (anos)		70,25	75,52		7,50%
Mortalidade infantil (1/1000)		22,20	12,10		-45,50%
IDHM Renda	0,600	0,649	0,738	23,00%	13,71%
Renda per capita (R\$)		452,76	790,95		74,70%

Fonte: Adaptado de PNUD, IPEA e FJP (2013).

Ao considerar as dimensões que compõem o IDHM, entre 2000 e 2010, verifica-se que o IDHM Longevidade apresentou um crescimento de 11,67%, o IDHM Renda apresentou crescimento de 13,71% e o IDHM Educação apresentou expressivo crescimento de 59,55%. Nesse sentido, é possível observar que o incremento do IDHM de um nível muito baixo em 1991 passou a ser considerado um nível alto principalmente pela contribuição da dimensão de Educação. Em termos relativos de comparação 2010 x 1991, representa um crescimento de 193,61%, enquanto a dimensão renda e dimensão longevidade crescem 23% e 17,78%, respectivamente.

Portanto, a dimensão que mais melhorou a evolução do IDHM de Vera Cruz foi a Educação, que passou de 0,219 (1991) para 0,403 (2000) e 0,643 (2010), ao crescer muito mais do que renda e longevidade, esta dimensão contribui como motor principal para a melhora do índice no longo prazo.

Figura 2 - Evolução do IDHM em Vera Cruz e no Rio Grande do Sul (1991 a 2010)



Fonte: PNUD, IPEA e FJP (2013).

Houve nesse período uma tendência de crescimento do indicador no estado, porém o município de Vera Cruz apresenta mais do que o dobro do crescimento estadual. Dois aspectos chamam a atenção: o movimento da parcela sul e fronteira oeste reduzindo seus níveis de IDHM e o destaque de Vera Cruz na região do Vale do Rio Pardo. A Figura 2 permite acompanhar a evolução para o município de Vera Cruz e para o RS. Apesar do RS também melhorar, Vera Cruz apresenta um crescimento comparativo maior, o que melhora a sua colocação em 2010 no cenário estadual no longo prazo.

Indicadores da Saúde

O indicador central que compõe a dimensão Longevidade do IDHM é a esperança de vida ao nascer. O valor dessa variável em Vera Cruz era de 70,25 anos, em 2000, e de 75,52 anos, em 2010, o que ultrapassa o patamar do RS, cuja esperança de vida ao nascer era 73,22 anos em 2000, e de 75,38 anos, em 2010.

Ainda, chama a atenção a melhoria da taxa de mortalidade infantil, definida como o número de óbitos de crianças com menos de um ano de idade para cada mil nascidos vivos. Em Vera Cruz esta caiu de 22,20 por mil nascidos vivos em 2000 para 12,10 por mil nascidos vivos em 2010, o que representa uma queda de 45,50%. No RS, essa taxa passou de 16,71 para 12,38 óbitos por mil nascidos vivos no mesmo período.

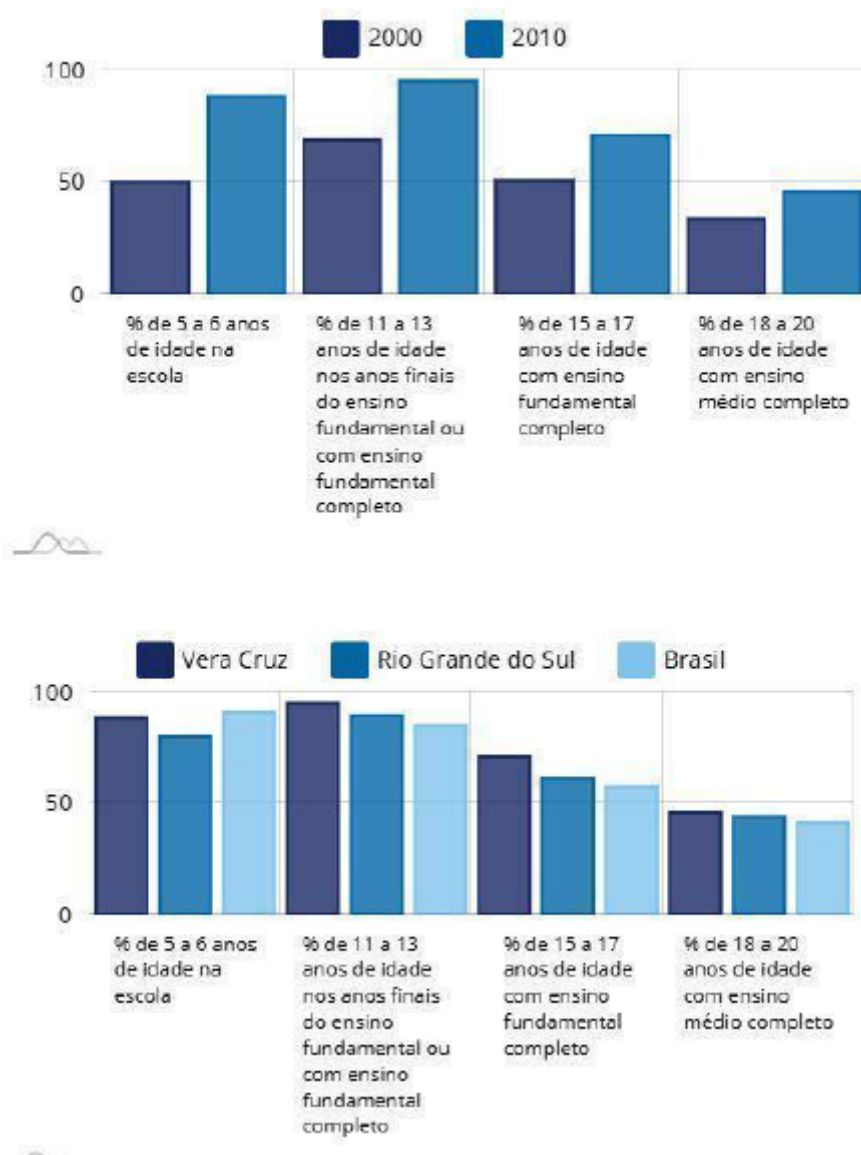
Indicadores de Educação

O IDHM Educação é composto por cinco indicadores, sendo que quatro deles se referem ao fluxo escolar de crianças e jovens, buscando medir até que ponto estão frequentando a escola na série adequada à sua idade. O quinto indicador refere-se à escolaridade da população adulta.

Conforme a Figura 3, em Vera Cruz a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 88,45% em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos, frequentando os anos finais do ensino fundamental, era de 95,20%. A proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental com-

pleto era de 70,87%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era de 45,55%. O que demonstra melhora em todos os níveis do fluxo escolar. Na Figura 3 também é possível visualizar de forma comparativa com o RS e Brasil, em 2010.

Figura 3 - Fluxo escolar por faixa etária no município Vera Cruz/RS - 2000 e 2010



Fonte: PNUD, IPEA e FJP (2013).

A defasagem escolar em 2000 indicava que 80% da população de 6 a 17 anos estavam cursando o ensino básico regular com menos de dois anos de defasagem idade-série. Em 2010, esse percentual passou para 90,59%. Além disso, a taxa de distorção idade-série no ensino médio no município era de 33,40%, em 2016, e passou para 34,40%, em 2017. Por sua vez, a taxa de

evasão no fundamental foi de 1,50%, em 2013, para 1,60%, em 2014. A taxa de evasão no ensino médio foi de 16,10%, em 2013, e, em 2014, de 15,00%.

O indicador de anos de estudo sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, ele indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência terá completado ao atingir a idade de 18 anos. No município, esse indicador registrou 9,93 anos em 2000, e 10,39 anos em 2010, enquanto no RS registrou 10,25 anos e 10,00 anos, respectivamente.

Outro indicador que compõe o IDHM Educação e mede a escolaridade da população adulta é o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador reflete defasagens das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 25,48% para 47,19%, no município, e de 41,90% para 56,29%, no RS.

Em 2010, considerando-se a população de 25 anos ou mais de idade em Vera Cruz, 5,68% eram analfabetos, 42,42% tinham o ensino fundamental completo, 23,71% possuíam o ensino médio completo e 5,82%, o superior completo. No RS, esses percentuais eram, respectivamente, 5,44%, 52,14%, 35,43% e 11,28%.

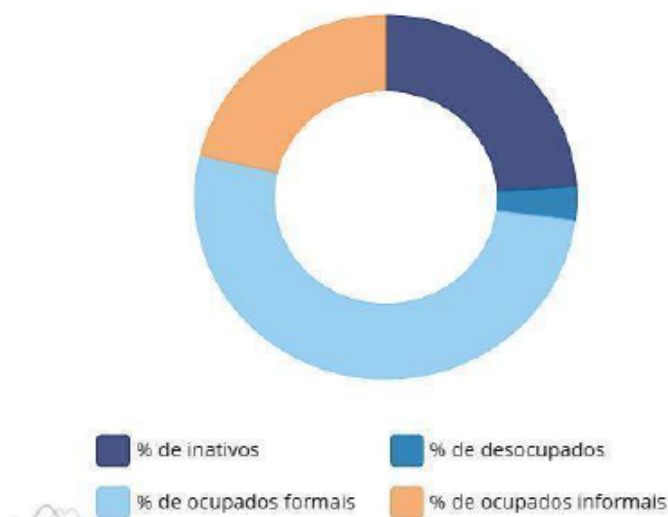
Indicadores de Renda

Em termos de nível de renda, os valores da renda per capita mensal registrados, em 2000 e 2010, evidenciam que houve crescimento da renda no município de Vera Cruz de 74,70%. A renda per capita mensal no município era de R\$452,76, em 2000, e de R\$790,95, em 2010, a preços de agosto de 2010.

Nos indicadores são consideradas extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza as pessoas com renda domiciliar per capita mensal inferior a R\$70,00, R\$140,00 e R\$255,00 (valores a preços de agosto de 2010), respectivamente. Dessa forma, em 2000, 6,60% da população do município eram extremamente pobres, 19,77% eram pobres e 45,66% eram vulneráveis à pobreza. Uma década mais tarde, em 2010, essas proporções caíram, respectivamente, para 0,92%, 5,84% e 17,11%.

O Índice de Gini mede a desigualdade de renda, o indicador pode variar entre 0 e 1, quanto maior, maior a desigualdade de renda existente. Em Vera Cruz o índice também apresentou queda, passando de 0,50 em 2000, para 0,47 em 2010.

Figura 4 - Situação ocupacional da população de 18 anos ou mais em Vera Cruz (2010)

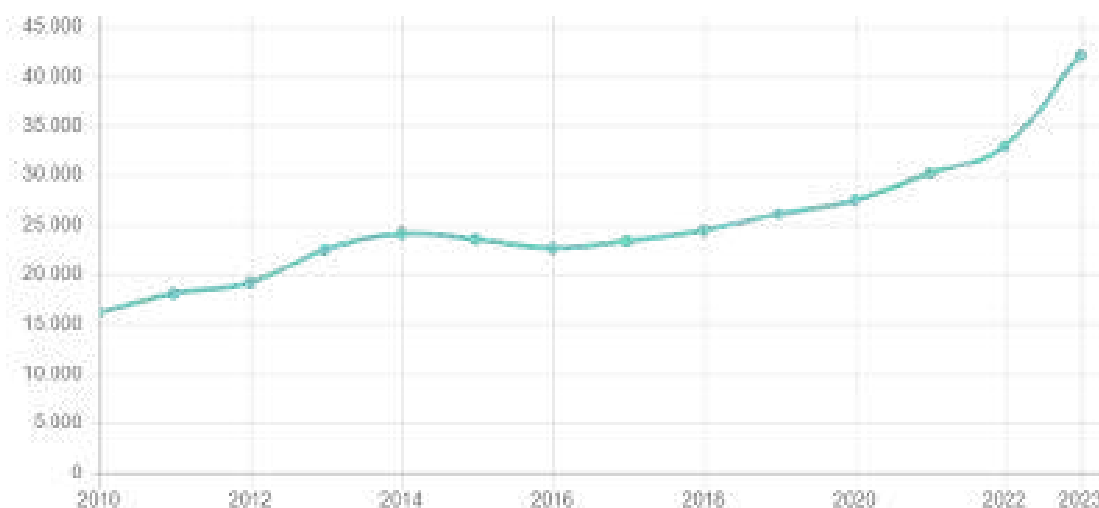


Fonte: PNUD, IPEA e FJP (2013).

Na análise dos dados do Censo Demográfico, entre 2000 e 2010, na Figura 4 a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais, ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa no município, subiu e passou de 72,58% para 75,95%. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação nessa faixa etária, isto é, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada, caiu de 6,51% para 3,93%.

O grau de formalização entre a população ocupada de 18 anos ou mais de idade passou de 53,23%, em 2000, para 70,85%, em 2010. Estas informações demonstram uma melhoria significativa no mercado de trabalho do município, além de um menor desemprego e mais formalização.

Figura 5 - Série Histórica do PIB per capita em Vera Cruz



Fonte: IBGE (2026).

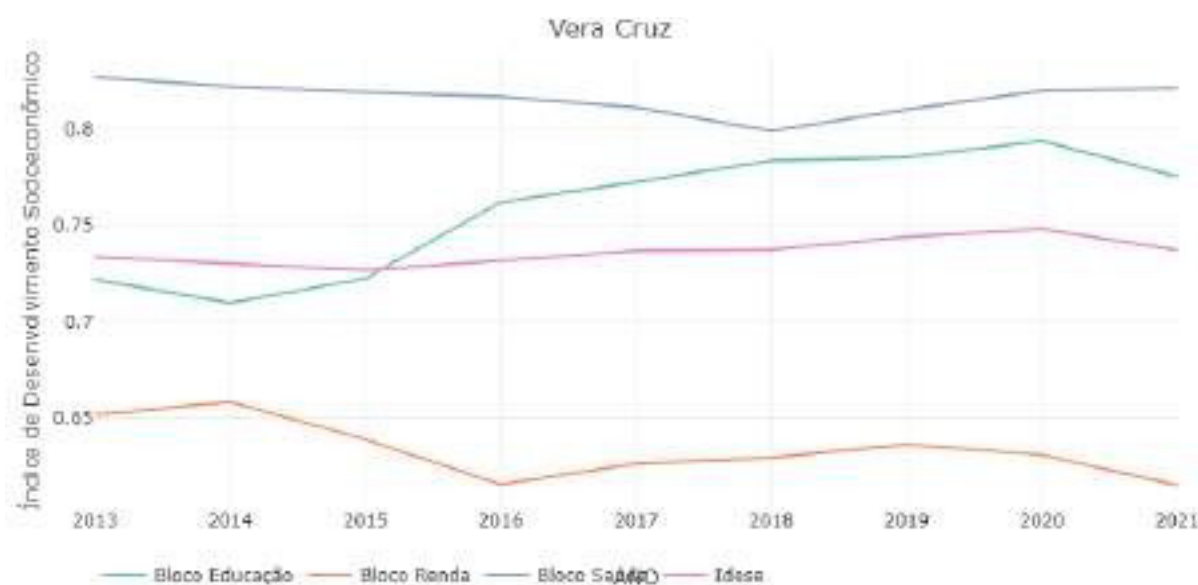
Ao longo dos anos 2000, a renda per capita no município de Vera Cruz cresceu, a pobreza caiu de forma expressiva e a desigualdade diminuiu. Essas características indicam um avanço socioeconômico mais inclusivo para toda população e não somente um crescimento econômico no período.

Estes três indicadores acima, em conjunto, explicam a ascensão de Vera Cruz no IDHM sendo a educação o seu principal fator, mas acompanhada da melhora na longevidade, em especial na redução da mortalidade infantil e avanço socioeconômico indicado pelo aumento da renda, redução da pobreza e redução da desigualdade.

Evolução do IDESE em Vera Cruz

Assim como o IDHM, o IDESE é um índice que varia de 0 a 1, onde valores mais próximos de 1 indicam maior desenvolvimento. No caso de Vera Cruz, o município registrou um crescimento de 0,733 em 2013 para 0,737 em 2021 (+0,55%), o que indica uma estabilidade do indicador, com pequena queda da tendência de crescimento durante o período da pandemia do Covid-19. Na Figura 6 é apresentada essa evolução, bem como os blocos Educação, Renda e Saúde ao longo do período.

Figura 6 - Evolução do IDESE - Bloco Educação, Renda e Saúde - Vera Cruz - 2013-2021



Fonte: RS (2026).

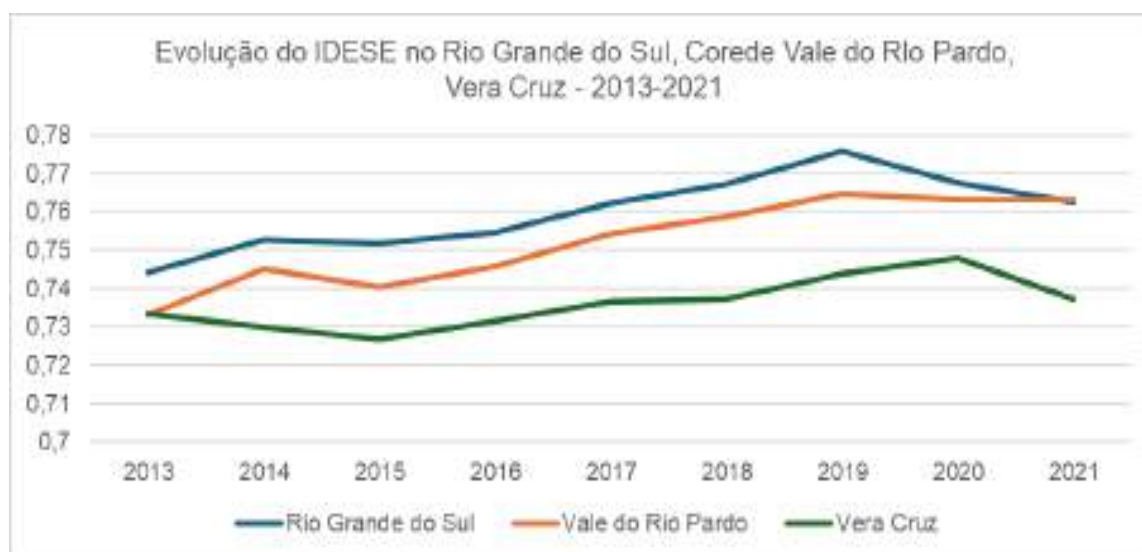
Na evolução do IDESE há destaque para o bloco da Saúde, indicador mais elevado em Vera Cruz, que caiu levemente de 0,827 em 2013 para 0,821 em 2021, ou seja, uma perda de dinamismo de -0,73% em 2021, que pode ter sido ocasionada pela pandemia.

Já o bloco da Educação apresenta uma evolução de crescimento mais significativa, onde passou de 0,722 em 2013 para 0,775 em 2021, alcançando um crescimento de +7,34%.

O bloco da Renda se constitui como o menor indicador, em que de 0,652 em 2013 caiu para 0,615 em 2021, uma queda de -5,67%. Nesse sentido, mantendo-se uma tendência de estabilização em Saúde e Educação, a Renda se constitui como dimensão-chave no futuro incremento de desenvolvimento no município.

A comparação do indicador municipal com o estado do RS e com a região do Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede) do Vale do Rio Pardo, pode ser analisada na Figura 7. Apesar do alto desenvolvimento, Vera Cruz se mantém abaixo no comparativo, porém com comportamentos semelhantes.

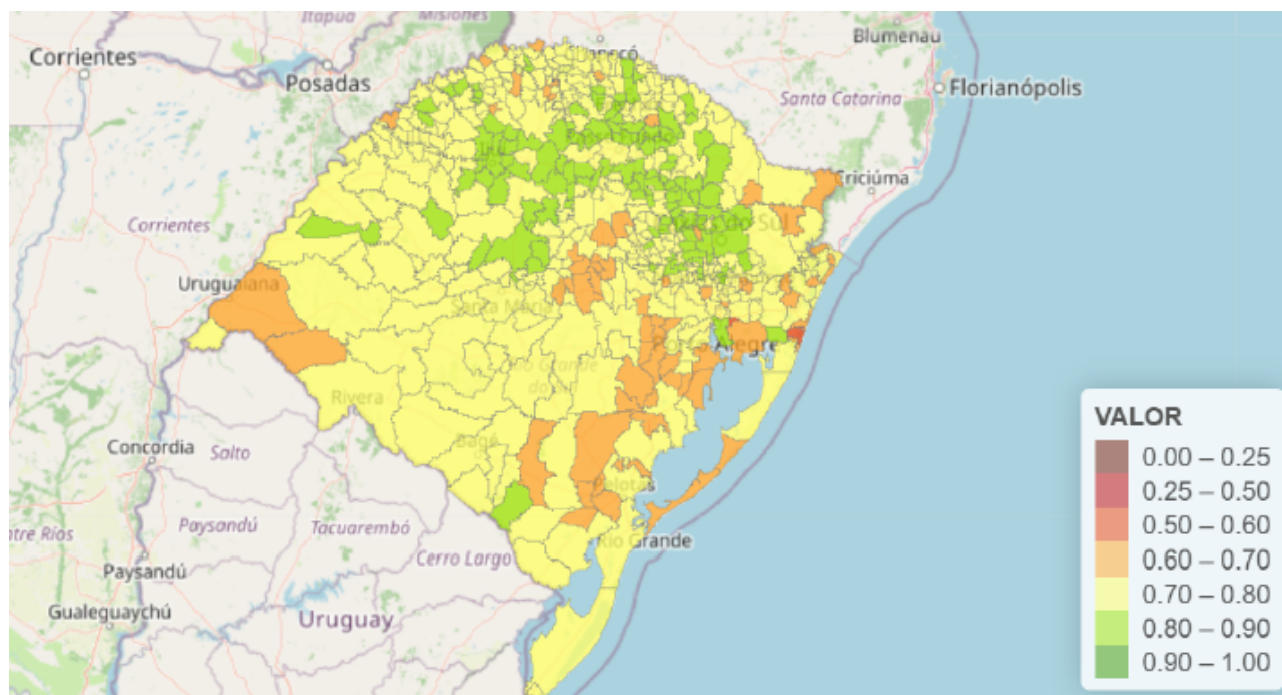
Figura 7 - Evolução do IDESE - Rio Grande do Sul, Corede Vale do Rio Pardo, Vera Cruz - 2013-2021



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados de Rio Grande do Sul (2026).

Nesta evolução, o RS de 0,744 em 2013 passa para 0,762 em 2021, um crescimento de 2,42%, enquanto o Corede do Vale do Rio Pardo de 0,733 passa a 0,763, registrando um aumento de 4,09%. Apesar de apresentar um valor abaixo da região, Vera Cruz se mantém com um desenvolvimento considerado alto, principalmente na visão do IDESE por município, se posicionando no *ranking* do estado na posição 342 dos 497 municípios.

Figura 8 - IDESE Rio Grande do Sul - por município (2021)



Fonte: RS (2026).

A utilização do IDESE para uma análise atual permite superar a defasagem temporal do IDHM que foi publicado apenas até 2010, apresentando um panorama mais atualizado do contexto de desenvolvimento socioeconômico municipal.

Entretanto, como qualquer indicador, pode apresentar distorções, especialmente desigualdades internas.

Mesmo assim, ambas as evoluções, do IDHM e do IDESE, demonstram múltiplos avanços nas condições de vida da população de Vera Cruz nestes últimos 30 anos, principalmente nas dimensões da Educação, Renda e manutenção de elevados índices na Saúde. Apesar dos avanços observados, os resultados também indicam desafios estruturais, especialmente na dimensão econômica.

Sendo assim, para alcançar novos patamares de crescimento dos indicadores de desenvolvimento, o município pode adotar como estratégias a diversificação das atividades econômicas, como forma de ampliar fatores como emprego, geração de renda e investimentos locais.

REFERÊNCIAS

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD); INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 13 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**. 2026. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **IdeseVis: App para análise da nova série histórica do Idese (Revisão 2020)**. Departamento de Economia e Estatística. 2026. Disponível em: <https://idese-vis.dee.rs.gov.br/>. Acesso em: 3 maio 2026.

2.2 DINAMISMO E DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA²

A diversificação econômica tem potencial para aumentar a resiliência de um território ao reduzir a dependência setorial e oferecer alternativas de fontes de renda, emprego e cadeias de valor. Isto aumenta as possibilidades locais no enfrentamento dos impactos de eventos extremos.

Ao suavizar os impactos sobre a renda, a diversidade de fontes de rendimentos no município reduz perdas líquidas quando um setor passa por uma crise, ajudando famílias e empresas a manter consumo e investimentos essenciais. A partir de uma base econômica variada, a recuperação do emprego pós-choques é facilitada, uma vez que empregos perdidos em um setor podem ser compensados por outros, acelerando o retorno ao padrão de trabalho anterior ao desastre. Considerando isto, um mercado de trabalho mais protegido reduz a vulnerabilidade em comparação a uma especialização produtiva.

Na agricultura familiar, a diversificação de rendas e fontes de trabalho reduz perdas produtivas e protege meios de subsistência. Estudo em comunidades de zonas rurais da China mostra redução dos impactos de seca por diversificação de rendimentos (Wan, Li, Wang, Liu, Chen, 2016). Análise na Zâmbia demonstra mitigação de efeitos de cheias/secas com a diversificação agrícola (Chonabayashi; Jithitikulchai; Qu, 2020). Em escala regional, a recuperação do emprego, proteção do mercado de trabalho e resiliência logística foi evidenciada pela análise de Xiao e Drucker (2013) no Meio-Oeste dos EUA após inundações em 1993, indicando que a diversidade econômica acelerou o retorno ao padrão de emprego em municípios com economia diversificada.

A diversificação econômica é um pilar fundamental nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sendo central para o ODS 8: “Trabalho Decente e Crescimento Econômico”. O objetivo é promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, além do trabalho decente para todos, reduzindo a dependência de um único setor. Economias diversificadas são menos vulneráveis a choques externos e flutuações de preços, pela criação de empregos mais qualificados e diversificados, bem como o apoio a micro, pequenas e médias empresas, e iniciativas locais.

² Autor: Ariana Inês Sachett

Diversificação, concentração e distribuição econômica em Vera Cruz

A partir do Cadastro Central de Empresas do IBGE é possível identificar a variedade da base produtiva de Vera Cruz. A estrutura econômica pode ser estudada a partir da distribuição na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) em dezoito atividades, o que demonstra as unidades locais, o pessoal ocupado e os valores de salários no município. Estas variáveis permitem a análise da estrutura produtiva.

A Figura 9 apresenta a distribuição em números de empresas formais em Vera Cruz, destacando o comércio (431), indústria de transformação (164), construção (107), transporte (96) e outros serviços (92) como as cinco principais atividades em volume de negócios constituídos. Pode-se observar nesta categoria a diversificação da atividade econômica entre os setores.

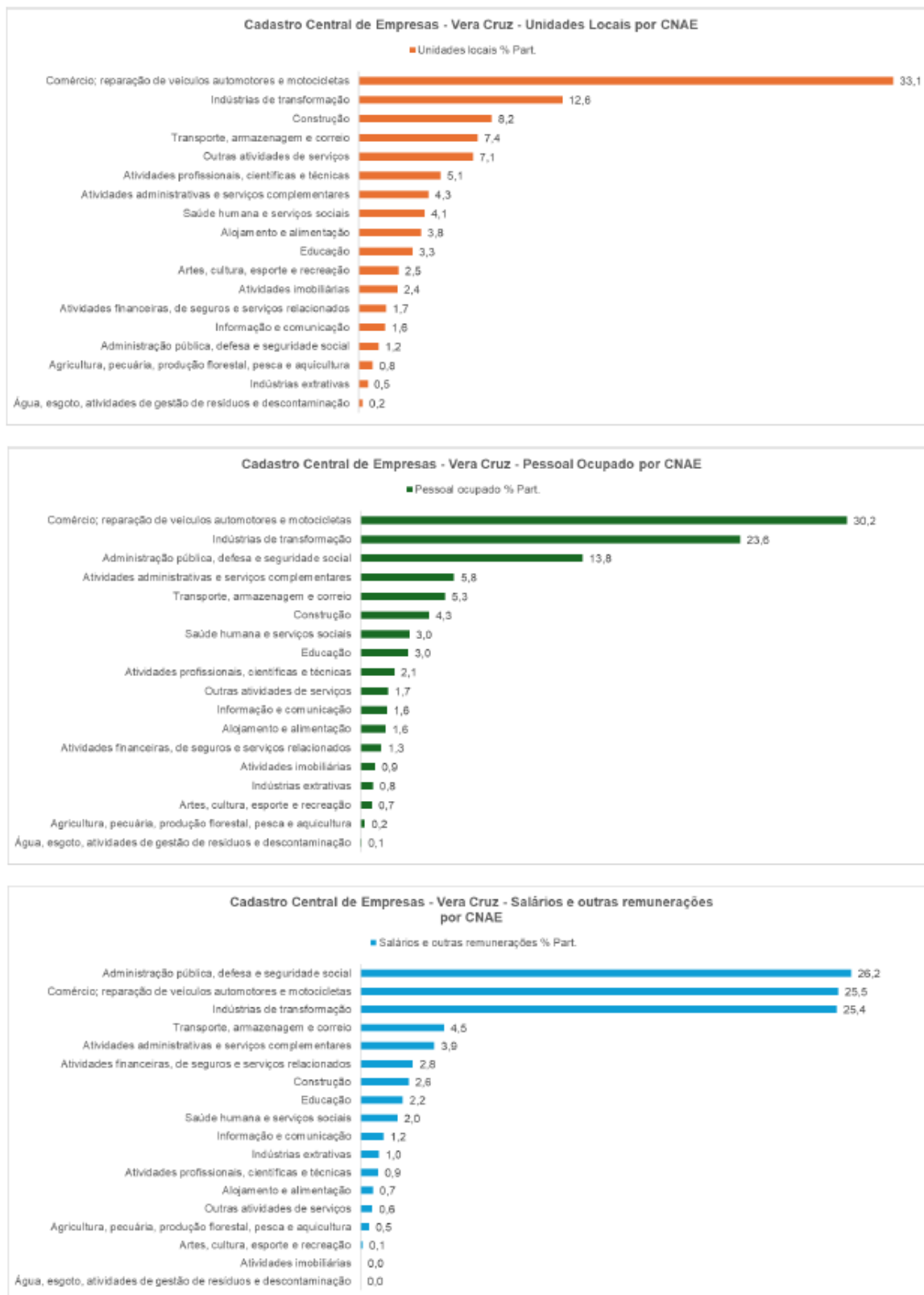
Figura 9 - Cadastro Central de Empresas - Vera Cruz - Unidades Locais por CNAE



Fonte: Com base nos dados do IBGE (2026b).

Em termos relativos, essa estrutura produtiva pode ser analisada pela participação de cada atividade no total do município. A Figura 10 apresenta a composição das atividades nas variáveis analisadas.

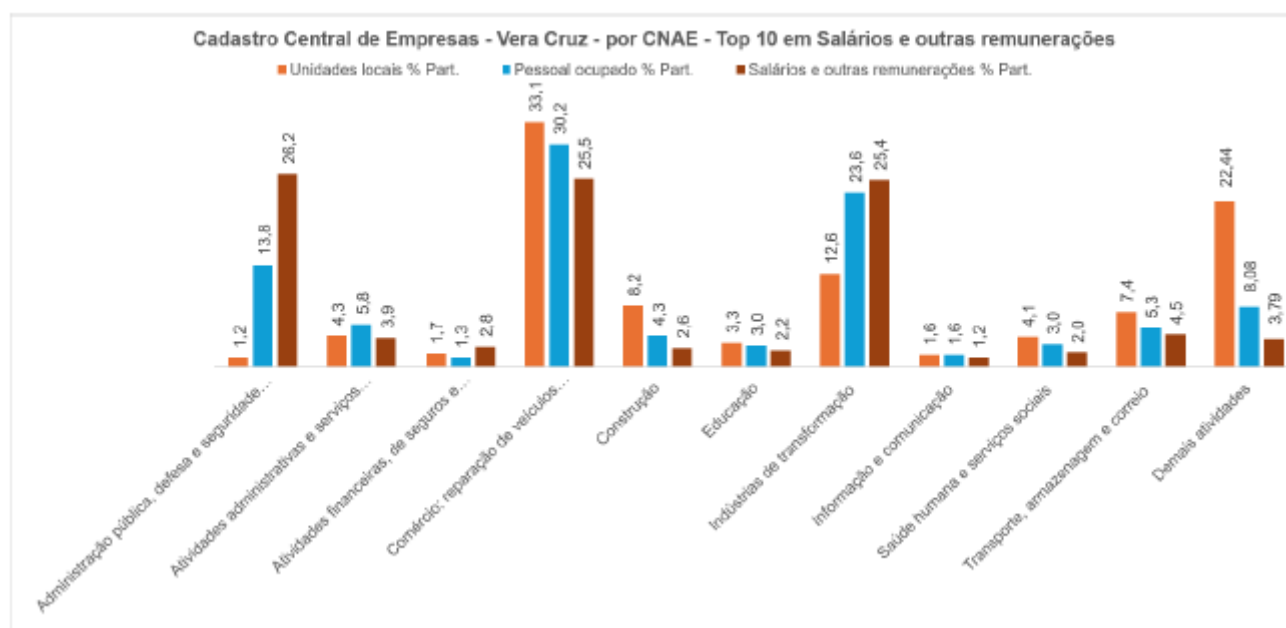
Figura 10 - Cadastro Central de Empresas - Vera Cruz - por CNAE



Fonte: Com base nos dados do IBGE (2026b).

Enquanto na categoria de empresas locais o comércio, a indústria e a construção civil constituem mais da metade do volume de negócios, na categoria pessoal ocupado com carteira assinada a administração pública substitui a atividade de construção. Já em relação à renda, a ordem passa a ser: administração pública, comércio e indústria. Como forma de comparação entre unidades locais, pessoal ocupado e salários, a Figura 11 apresenta a visão das dez principais atividades econômicas na geração de salários e outras remunerações. Nesse contexto, é possível observar o peso relativo do comércio em todos os indicadores, porém, apesar de conter o maior número de unidades locais (33,1%) e pessoal ocupado (30,2%), este perde representatividade na remuneração (25,5%), principalmente em relação à administração pública e indústria de transformação, o que indica a pulverização da base comercial do município.

Figura 11 - Cadastro Central de Empresas - Vera Cruz - por CNAE -
Top 10 em Salários e outras remunerações

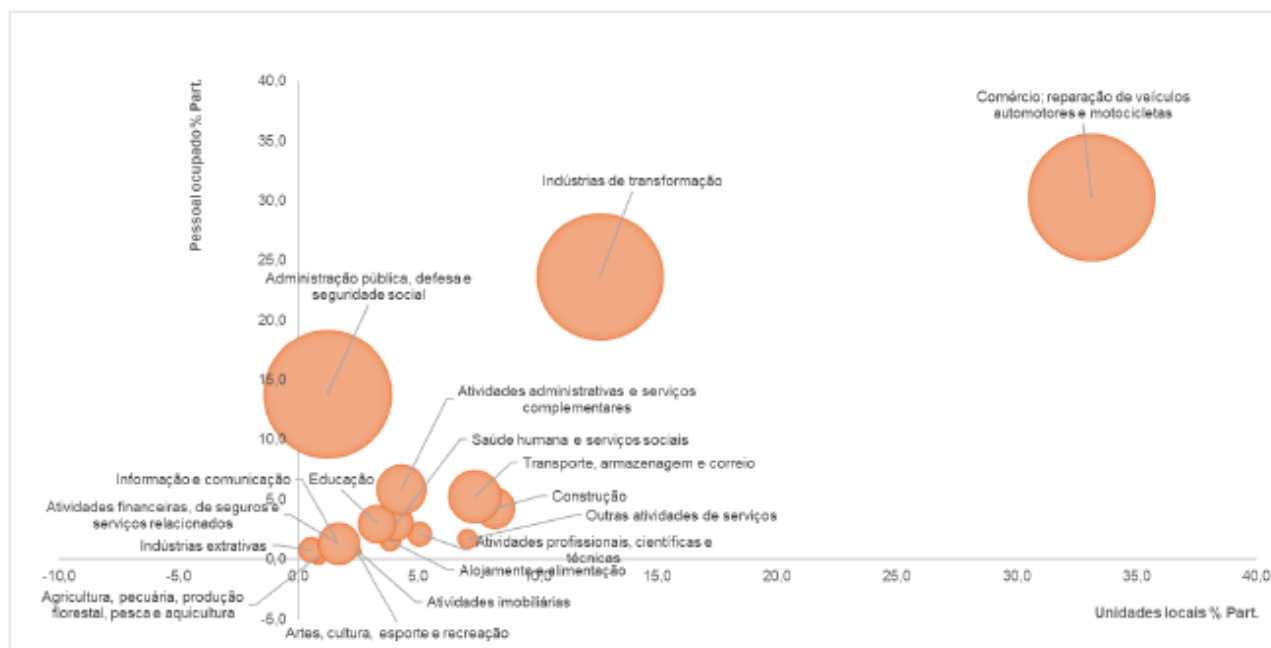


Fonte: Com base nos dados do IBGE (2026b).

Em relação à indústria, mesmo com uma menor participação no volume de unidades locais (12,6%), esta apresenta uma maior representatividade no total de pessoal empregado (23,6%) e geração de renda (25,4%). No que compete à administração pública, esse efeito também é visualizado, uma vez que as poucas unidades públicas (1,2%) ganham peso no emprego (13,9%) e na geração de renda (26,2%).

A Figura 12 agrega as informações e demonstra a distribuição da estrutura de unidades, pessoal empregado e remuneração gerada, a pulverização em maior número nas unidades locais têm menor peso relativo na massa salarial, visto que segmentos com menor número de unidades concentram maiores remunerações e empregos.

Figura 12 – Diagrama da Distribuição da Estrutura Produtiva, Emprego e Renda - Vera Cruz



Fonte: Com base nos dados do IBGE (2026b).

Os indicadores analisados apontam uma tendência de crescimento econômico nos últimos 16 anos, a partir do PIB e do VAB, mesmo com choques durante o período. Esta recuperação econômica diante de choques ocorreu com uma estrutura produtiva em que Serviços e Administração Pública exercem papel estabilizador no curto prazo, ao passo que Agropecuária e Indústria apresentam maior volatilidade aos ciclos.

O HHI, calculado para quatro grandes setores, permanece acima do mínimo teórico de 0,25 e apresenta tendência de elevação no período, sugerindo aumento da concentração relativa do VAB entre os agregados. Por outro lado, a visão desagregada pela CNAE indica uma base empresarial diversificada em número de unidades locais, mas com maior concentração na sustentação do emprego e, sobretudo, da massa salarial em poucas atividades.

Nesse sentido, a ampliação de encadeamentos produtivos e oportunidades de diversificação com maior capacidade de gerar renda, especialmente via indústria de transformação e serviços de maior valor agregado, pode fortalecer a resiliência econômica do município no longo prazo, reduzindo a sensibilidade a choques e ampliando a capacidade de adaptação.

REFERÊNCIAS

CHONABAYASHI, S.; JITHITIKULCHAI, T.; QU, Y. Does Agricultural Diversification Build Economic Resilience to Drought and Flood? Evidence from Poor Households in Zambia. **African Journal of Agricultural and Resource Economics**, 2020. Disponível em: <https://afjare.org/> Acesso em: 31 jul. 2026

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2026a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 01 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**: Cadastro Central de Empresas. 2026b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 01 maio 2026.

VERA CRUZ. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Vera Cruz**. Vera Cruz, 2026.

WAN, J.; LI, R.; WANG, W.; LIU, Z.i; CHEN, B. Income Diversification: A Strategy for Rural Region Risk Management. *Sustainability*, v. 8, n. 10, p. 1064, out. 2016. Disponível em: <https://www.mdpi.com/>. Acesso em: 26 abr. 2026.

XIAO, Y.; DRUCKER, J. Does economic diversity enhance regional disaster resilience? *Journal of the American Planning Association*, v. 79, n. 2, p. 148-160, abr. 2013. Disponível em: <https://ideas.repec.org/> Acesso em: 31 jul. 2026

2.3 ATRAÇÃO DE NOVOS INVESTIMENTOS³

A atração de investimentos é um processo que, assim como a diversificação econômica, busca reduzir a dependência em um único setor de modo a fortalecer a economia local. Nesse sentido, diferentes estratégias podem ser aplicadas como forma de promover investimentos públicos e privados na expansão do emprego e geração de renda. Isto constitui um papel estratégico para o dinamismo econômico, assim como para a capacidade de enfrentar, adaptar e se recuperar diante de desastres e eventos climáticos extremos.

Em um cenário de aumento da frequência e intensidade de desastres, essas estratégias contribuem para reduzir vulnerabilidades econômicas, ampliar a adaptabilidade dos sistemas produtivos e fortalecer a base fiscal dos municípios. Assim, as políticas econômicas orientadas à diversificação e à atração de investimentos podem atuar como instrumentos de um planejamento que tem em vista a construção de resiliência econômica capaz de desenvolver e recuperar o território.

A diversificação econômica municipal e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) conectam-se diretamente, impulsionando o ODS 8: “Trabalho Decente e Crescimento Econômico” e o ODS 9: “Indústria, Inovação e Infraestrutura”.

Investimentos recentes em Vera Cruz

A Prefeitura vem adotando uma estratégia de atração de investimentos com o propósito de ampliar a base de cálculo do Valor Adicionado Fiscal (VAF). Este indicador econômico é utilizado como base de cálculo da participação dos municípios na arrecadação fiscal, o Índice de Participação dos Municípios (IPM), definindo a cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que o governo estadual repassa às prefeituras. Além disso, busca refletir a capacidade de geração de riqueza e atividade econômica.

A política adotada de atração de investimentos avalia o retorno tributário e a prospecção de investidores, analisando o incentivo para o investimento

³ Autor: Ariana Inês Sachett

privado, desde a aquisição e doação de área, a isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), as concessões de direito de uso, execução de serviços e melhorias na infraestrutura. Segundo dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, foram atraídas 30 novas empresas nos últimos 10 anos, com destaque para o papel estratégico do corredor logístico da rodovia RSC-287 para o desenvolvimento econômico do município. Isto ocorre devido à localização central no estado facilita a expansão de empresas ao longo do eixo rodoviário.

Figura 13 – Novas empresas instaladas ao longo da RSC-287 em Vera Cruz (até 2023)



Fonte: Jornal Arauto (2023).

Reportagem do Jornal Arauto destaca novas empresas em Vera Cruz às margens da 287, sendo elas: 1 Medlive; 2 Unicruz; 3 CVI (Femsa); 4 MCW; 5 CLP; 6 Cotrijal; 7 Kist Heemann; 8 Ferros Castro; 9 Ohland; 10 Kopp; 11 Concreteira Kopp; 12 Eco Concreteira.

Segundo dados disponíveis no SEFAZ/RS, em maio de 2024 o município contava com 4.435 estabelecimentos ativos, considerando as inscrições estaduais. Em dezembro de 2025 este número era de 5.278, o que registra um aumento de 1.143 estabelecimentos, ou seja, um crescimento de +25,77%. Isto indica que, além da expansão do número de estabelecimentos na atividade econômica, mesmo

após o desastre de maio de 2024, se manteve a capacidade de atrair negócios e recuperar a atividade econômica, o que sugere uma base econômica resiliente.

Ao analisar as principais empresas geradoras do VAF é possível verificar a recente composição destes negócios e contribuição ao IPM. Com base nas informações da Prefeitura, o *ranking* das empresas com maiores participações no VAF se encontra na Tabela 2.

Tabela 2 - Maior Participação no Valor Adicionado Fiscal de Vera Cruz - 2025 - Por Empresa

Rank	Empresa	Ano Criação
1	LONGPING HIGH TECH BIOTECNOLOGIA LTDA.	2021
2	SPAL IND BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A (Coca-Cola Femsa)	2022
3	MEDILAR IMP E DISTRIB DE PROD MEDICO HOSP S/A	2005
4	C L P TABACOS DO BRASIL LTDA	1997
5	UNICRUZ IND E COM DE TABACOS LTDA	2007
6	MINERACAO SANTA CRUZ LTDA	2001
7	PREMIUM TABACOS DO BRASIL S/A	2025
8	SUPERMERCADO CENTRAL LTDA	1974
9	MCW PROD MEDICOS E HOSPLS LTDA	1991
10	MILLER COM DE ALIMENTOS LTDA	2022
11	SULPRINT EMBALAGENS INDUSTRIAIS LTDA	2016
12	HAND STRIP DESTALAMENT DAS FOLHAS DO FUMO LTDA (BTabacos)	2017
13	MERCADO BACK LTDA	1985
14	JLG DISTRIB LTDA	2017
15	ARGUS FIBERGLASS BOATS LTDA	2023
16	COM DE MEDIC BRAIR LTDA	2022
17	KIDIVERTIDO – COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA	2013
18	ECOTERRA MINERACAO LTDA	2012
19	LOJAS BECKER LTDA	2006
20	AZTEKA IND E COM LTDA	2011

Fonte: Adaptado de Jornal Arauto (2026).

Os segmentos das cinco primeiras são: distribuição de sementes, bebidas, medicamentos e tabaco, mas se destaca a diversidade de segmentos da lista. Ainda que o *ranking* apresente empresas relacionadas à cultura do tabaco, com quatro empresas, este segmento caiu em representação, visto que contava com sete empresas em 2013.

Foi-se o tempo em que Vera Cruz era conhecida e reconhecida apenas pelas indústrias de beneficiamento do tabaco. Ainda que em maior número e representatividade econômica, o setor fumageiro não é o único que projeta o nome do município para além das fronteiras. Sabidamente, a tecnologia é um campo que destaca Vera Cruz pela fabricação de componentes eletrônicos, equipamentos de trânsito, esporte e entretenimento (Vera Cruz, 2013).

Além das empresas com as maiores arrecadações de ICMS, a Tabela 2 também apresenta a data de abertura do cadastro da pessoa jurídica em Vera Cruz. Em relação à última década, 2016-2025, chama a atenção a abertura de nove empresas, o que corresponde a 45% das empresas que compõem a lista e que foram criadas nos últimos 10 anos. Demonstrando a representatividade dos investimentos desta década em relação à arrecadação de ICMS e composição do IPM. Em relação aos setores da atividade econômica dessas empresas, 56% correspondem a indústrias de transformação, 33% a comércio e 11% a agropecuária.

Em relação a busca pela diversificação das atividades, o segmento empresarial que estava em evidência em 2013 foi o de embarcações. Segundo a Prefeitura Municipal, “sediados em um município sem mar, estaleiros mostram que a mão de obra vera-cruzensense se tornou um atrativo para as empresas se instalarem na cidade, solidificarem sua estrutura e buscarem a ampliação do negócio” (Vera Cruz, 2013).

Figura 14 - Novas Empresas em Vera Cruz (2013 a 2023)



Fonte: Vera Cruz (2026).

O processo de atração de investimentos de Vera Cruz complementa um movimento de promoção da diversificação econômica, em que ambos constituem estratégias para o fortalecimento da resiliência econômica dos territórios, sobretudo em contextos de recorrência de desastres. A ampliação da base produtiva tem potencial de reduzir a dependência de setores vulneráveis a choques externos, de modo a minimizar perdas econômicas, acelerar a recuperação e assegurar maior estabilidade no médio e longo prazo. A integração entre políticas de atração de investimentos e diversificação econômica coloca Vera Cruz em uma trajetória em busca de expansão dos seus indicadores de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. Vera Cruz divulga as 20 principais empresas para a economia em 2025: veja quais são. **Portal Arauto**, 2026. Disponível em: <https://portalarauto.com.br/>. Acesso em: 02 maio 2026.

FUELBBER, G. Nas margens da RSC-287, empresas impulsionam a economia de Vera Cruz. **Jornal Arauto**, Vera Cruz, 2023. Disponível em: <https://portalarauto.com.br/>. Acesso em: 02 maio 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Fazenda. **SEFAZ RS**. Disponível em: <https://receitadados.sefaz.rs.gov.br/>. Acesso em: 02 maio 2026.

VERA CRUZ. Prefeitura Municipal de Vera Cruz. Economia. **Vera Cruz**, 2013. Disponível em: <https://www.veracruz.rs.gov.br/>. Acesso em: 02 maio 2026.

VERA CRUZ. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Vera Cruz**. Vera Cruz, 2026.

2.4 FORÇA E TRADIÇÃO DA AGROPECUÁRIA⁴

A base agrícola familiar de Vera Cruz

Reconhecida como a base da atividade econômica municipal, a agropecuária em Vera Cruz é fundamentada na agricultura familiar. Os dados disponíveis que norteiam as ações públicas do município e da assistência técnica estatal são do Censo Agropecuário do IBGE (2017). De acordo com o Censo, o que predomina são propriedades de áreas de 5, 10 a 15 hectares (ha), sendo a área média dos estabelecimentos rurais no município de 13 ha.

Com uma área total de 20.866 ha, o número total de 1.597 estabelecimentos registra uma alta densidade de propriedades rurais no município, sendo 7.898 ha com lavouras temporárias e 230 ha com lavouras permanentes, o que indica diversificação no rodízio da produção. Deste total, a área de preservação e/ou reserva legal corresponde a 3.950 ha, ou seja, 19 % da área total.

Estes dados reforçam a informação da base na agricultura familiar da economia de Vera Cruz, a qual apresenta elevada presença do trabalho com laços de parentesco (99,9% dos estabelecimentos), pela proporção alta de produtores proprietários da terra (92,5%) e por acesso a assistência técnica em pelo menos dois terços das propriedades (65,2%). Além desse perfil de propriedades, se soma o acesso ao crédito rural, principalmente via o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que concentra a maior parte do crédito rural com juros subsidiados, correspondente a 210 estabelecimentos, que acessam o crédito para custeio (73,1%) e investimento (42,2%).

Em termos de prática agrícola, 33,1% dos estabelecimentos possuem plantio direto na palha; 48,3% têm cultivo mínimo, o que reduz erosão do solo e, juntamente com o plantio, demonstra práticas conservacionistas; 54,8% possuem adubação orgânica ou mista, indicando manejo integrado; 63,8% com área de preservação ambiental; e 1,6% com sistemas agroflorestais; e os mecanizados, aqueles que possuem tratores, são 48,9% (IBGE, 2017). Considerando o tamanho das unidades produtivas em Vera Cruz, estes dados reforçam a adoção generalizada de práticas de conservação do solo, com preservação am-

⁴ Autor: Ariana Inês Sachett.

biental das áreas protegidas em grande parte das propriedades e o considerável nível de mecanização.

O escritório local da assistência técnica a Emater/RS-Ascar estima a existência de aproximadamente 2.100 famílias no meio rural em Vera Cruz, registrando que a maioria dos produtores assistidos tem de 50 a 70 anos de idade. As propriedades atendidas focam principalmente na produção de: tabaco, soja, arroz, pecuária leiteira e de corte. Nos últimos anos, com a valorização do preço da soja houve um movimento de arrendamento de terras de agricultores aposentados para empresas especializadas na lavoura de soja, porém com o retorno do nível de preços e aumento dos custos de produção essa tendência pode ser revertida.

Devido ao aumento de custos de produção verifica-se uma redução nos últimos anos do número de produtores de leite, que passaram de 40 produtores para 26. Mesmo com a redução do número de produtores, o nível de produção se manteve devido ao aumento da produtividade dos que permaneceram.

Historicamente, ao analisar a agropecuária de Vera Cruz, além de perceber sua base fundamentada na agricultura familiar, também se destaca o seu desenvolvimento a partir da trajetória do cultivo do tabaco. Com a maior parte das propriedades rurais em minifúndios, em 2013 o cultivo do tabaco era registrado em cerca de 95% das propriedades. Entendendo a centralidade da agricultura familiar e os riscos de dependência de uma única atividade, a Prefeitura adota incentivos para uma estratégia de diversificação produtiva como o movimento de “diversificar para agregar” (Vera Cruz, 2013).

Em um universo de cerca de 2,4 mil famílias rurais em Vera Cruz, 95% delas se baseia no cultivo do tabaco, o que sublinha a importância desta produção para a economia vera-cruzensa. Mas apostar em novas alternativas de produção diversifica a renda na propriedade e abre novos caminhos. Para a safra atual, o clima tem favorecido a produtividade em todas as culturas e safras cheias são colhidas. A produção de alimentos para a subsistência é outro ponto importante e faz com que, cada vez mais, os agricultores agreguem itens na horta e ampliem suas perspectivas de comercialização de frutas, verduras e hortaliças (Vera Cruz, 2013).

A presença tradicionalmente significativa da cultura do tabaco tem destaque na opinião pública principalmente em momentos de crises no setor, ocasionados por oscilações de preços, sazonalidades de clima e eventos

climáticos extremos. Com a intensificação destes eventos e desvalorização do preço ao produtor, há cada vez mais uma preocupação com a manutenção da renda e dos empregos gerados na agricultura: “Em Vera Cruz, o tabaco representa 73,1% da produção primária e é responsável por 70% da arrecadação municipal proveniente do setor primário” (Araújo, 2026).

Apesar da agricultura vera-cruzeira ter a base bem enraizada na produção de tabaco, a propriedade rural tem um perfil que contempla outras culturas, como arroz, batata, feijão, milho, mandioca, soja, hortaliças e frutas, além de criação de animais. Ainda, o beneficiamento da matéria-prima, transformada em subprodutos, favorece o surgimento das agroindústrias. As mais tradicionais em Vera Cruz são aquelas que preparam rapadura, melado e geléia, mas o segmento está crescendo e acompanha a procura no mercado (Vera Cruz, 2013).

Por meio do apoio à diversificação para agroindústrias, o município de Vera Cruz também valoriza a produção de alimentos com maior valor agregado para as propriedades rurais. O fortalecimento de agroindústrias e cooperativas aos produtores rurais pode ser visto pelo alcance de certificações. O município teve sua primeira agroindústria com a adesão homologada no Sistema Unificado de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte – SU-SAF/RS (Vera Cruz, 2019).

Na última década houve um aumento significativo no número de agroindústrias no município, em atividades como rapadura, melado, açúcar mascavo, geléias, sucos, massa caseira, mel, padaria, frutas cristalizadas, molho de tomate, linguiça e salsichão. Em 2014, o município contava com 14 agroindústrias, com oito certificadas e legalizadas. Em 2026, esse número passou para 31 agroindústrias, sendo 26 certificadas e legalizadas, um crescimento de +121,43% (+17 estabelecimentos) e +225,00% de aumento no número de legalizações (+18 estabelecimentos).

O apoio técnico do escritório local da Emater/RS-Ascar e a aproximação com serviços de auditoria foram fatores importantes para o crescimento das agroindústrias de produtos de origem vegetal, como melado e rapadura (presentes em 12 agroindústrias). Estabelecendo contatos para participar do Programa Estadual de Agricultura Familiar, realizar vendas em feiras e eventos regionais.

O apoio técnico da Emater/RS-Ascar local de Vera Cruz auxiliou a desconstruir a ideia de dificuldade de normas e esclarecimento sobre os custos

de transação para legalizar uma agroindústria. Também se reforça a contribuição de políticas públicas do âmbito federal e estadual de apoio à agricultura familiar, em especial a motivação para as agroindústrias participarem do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), voltado à aquisição de alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e redes socioassistenciais, como hospitais e quartel, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O gerente do escritório local registra em entrevista:

O foco mesmo foi esse conjunto de políticas públicas, digamos assim, seja para participar das feiras grandes do produtor, deste programa estadual, seja na questão da merenda escolar e esse sim motivou bastante a abertura de agroindústrias. Porque sempre vem fomentando, o PNAE ele tem por legislação tendo, possível, no mínimo 30% da compra sendo oriunda da agricultura familiar. E aí com essa escora, digamos assim, esse amparo de buscar aí do produtor de uma agroindústria, por exemplo, vender um produto para merenda não competir a preço de licitação com os concorrentes, aí se tornou, foi feita a questão de chamada pública, daí valorizou o produto do produtor, o município consegue alcançar esse valor pro produtor, melhora a qualidade também do alimento para alimentação escolar. É todo um somatório.

Com esse conjunto de políticas e incentivos, a maioria dessas agroindústrias se originaram em propriedades que antes eram destinadas ao cultivo do tabaco e que migraram para as novas atividades, após conciliar as duas atividades e conseguir fazer a transição. Um dos fatores de incentivo desse processo tem relação com o crédito rural vinculado ao PRONAF, em que o produtor fez uso de benefícios e subsídios de crédito para construir, como também com origem de recursos da consulta popular destinada à agricultura familiar da região. Esse conjunto de atuações fortalece a posição da atividade no município, o que é demonstrado pelo sétimo lugar que Vera Cruz ocupa no *ranking* do número de agroindústria dentre os municípios do Rio Grande do Sul.

No que compete à agricultura familiar de Vera Cruz como base para a segurança alimentar, abastecendo mercados locais e programas de cestas de alimentos, ganha relevância o caso PAA, do Governo Federal e que possui uma versão estadual e municipal. Em 2026, o município abriu inscrições para o PAA Estadual com investimento de R\$70 mil na compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar local, destinados a entidades e famílias em situação de vulnerabilidade social (Vera Cruz, 2026). O programa funciona de modo que o municí-

pio adquire a produção da agricultura familiar local e a destina a instituições que atendem famílias em situação de insegurança alimentar, de forma gratuita. Isto ocorre de maneira contínua, com editais e cadastros gerenciados pela prefeitura, que conectam produtores rurais a famílias em situação de vulnerabilidade.

Associado a isso, as ações de cooperação são percebidas a partir da Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Vera Cruz (COOPERVEC). A cooperativa que, desde 2012, demonstra o espírito associativista da agricultura familiar no município. A Coopervec operacionaliza o PAA, tendo 120 associados que vendem sua produção para a Prefeitura, especialmente para a merenda escolar, além de clientes como Susepe, Exército e escolas estaduais.

Esse conjunto de fatores, acompanhado pelo crescimento da população rural entre 2010 e 2022, aspecto incomum no contexto regional e indicativo da permanência das famílias no campo, revela uma agricultura familiar com dinamismo social e econômico no meio rural.

No que compete ao destaque de Vera Cruz em relação ao crescimento populacional, entre os censos de 2010 e 2022, o município foi o terceiro maior crescimento percentual do Vale do Rio Pardo, com um aumento de 11,37% na sua população geral. Dentre os 23 municípios da região, apenas seis municípios demonstraram crescimento populacional, enquanto os demais tiveram decréscimo. Contudo, “no contexto rural, esse aspecto se acentua ainda mais, onde somente 3 municípios tiveram acréscimo na população rural” (Vera Cruz, 2026, p.14), além de concentrar 40,61% da sua população no meio rural, o município apresentou crescimento populacional de 1,73% nesta área. Enquanto isso, a população rural na região do Vale do Rio Pardo teve uma queda de -11,47% (Vera Cruz, 2026).

A permanência da população no meio rural pode ser explicada pelo trabalho em infraestrutura e logística de mobilidade nas áreas rurais, com programas de estímulo e fomento à permanência da população nesse espaço. Por meio da Secretaria do Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente intensifica as ações estruturais e de assistência técnica para apoiar as cerca de duas mil famílias rurais no município.

Na infraestrutura, a distribuição de materiais e acesso a horas-máquina se somam às intervenções realizadas em acessos e entradas de lavouras para

garantir a mobilidade e o escoamento da produção local. Além disso, melhorias habitacionais em apoio e reformas estruturais em residências rurais complementam iniciativas locais, como o repasse de sementes e o Programa Estadual de Sementes Milho 100%.

Além das políticas públicas e da infraestrutura, a manutenção da população rural também se deve ao fracionamento das áreas por produtores em que famílias de outras regiões do estado vêm migrando para o meio rural e escolhem Vera Cruz como residência ou localização da chácara da família. Isto devido à redução de custos de vida e a intenção de busca por uma maior qualidade de vida e de bem-estar no seu cotidiano.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Livia. Queda no preço do tabaco impacta cidades do Vale do Rio Pardo. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 27 de maio de 2026. Jornal Cidades. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com>. Acesso em: 29 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**: IBGE, Censo Agropecuário 2017 - Resultados definitivos. 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 01 maio 2026.

GAZETA DO SUL. Vera Cruz intensifica ações para manter a população no meio rural. **Portal GAZ**, Santa Cruz do Sul, 20 jul. 2025. Disponível em: <https://www.gaz.com.br>. Acesso em: 29 maio 2026.

VERA CRUZ. Prefeitura Municipal de Vera Cruz. **Economia**. Vera Cruz, 2013. Disponível em: <https://www.veracruz.rs.gov.br/>. Acesso em: 02 maio 2026.

VERA CRUZ. Prefeitura Municipal de Vera Cruz. **Agroindústria local de embutidos é a primeira homologada pelo SUSAF**. Vera Cruz, 2019. Disponível em: <https://www.veracruz.rs.gov.br>. Acesso em: 29 maio 2026.

VERA CRUZ. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Vera Cruz**. Vera Cruz, 2026.

VERA CRUZ. Prefeitura Municipal de Vera Cruz. Vera Cruz abre inscrições para o PAA Estadual com investimento de R\$70 mil na agricultura familiar. **Vera Cruz**, 29 jan. 2026. Disponível em: <https://www.veracruz.rs.gov.br> Acesso em: 29 maio 2026.

2.5 EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO: A ESTABILIDADE ECONÔMICA⁵

A estabilidade econômica é um pilar fundamental para a resiliência territorial, permitindo que regiões e cidades antecipem, absorvam e se recuperem de crises (climáticas, sanitárias ou econômicas). Na resiliência territorial não se trata apenas de voltar ao estado anterior, mas de adaptar-se e reorganizar-se para um funcionamento superior frente à adversidade.

A estabilidade econômica deve estar acompanhada da melhoria da distribuição de renda e a proteção das populações mais pobres, garantindo que o desenvolvimento social acompanhe o econômico. Municípios com finanças sólidas, baixo endividamento e boa governança conseguem investir na redução de riscos e responder melhor a crises.

Sobre o debate da diversificação e integração da atividade econômica, a contribuição de Albert Hirschman destaca os encadeamentos para trás e para frente, isto é, os efeitos de transbordamento e multiplicação que uma atividade gera sobre outras, ativando investimentos, demanda e novas capacidades produtivas (Bianchi, 2007).

O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 8: “Trabalho Decente e Crescimento Econômico” visa promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos até 2030. Foca em aumentar a produtividade, inovar tecnologicamente, empreender e proteger direitos trabalhistas.

A atividade econômica de Vera Cruz

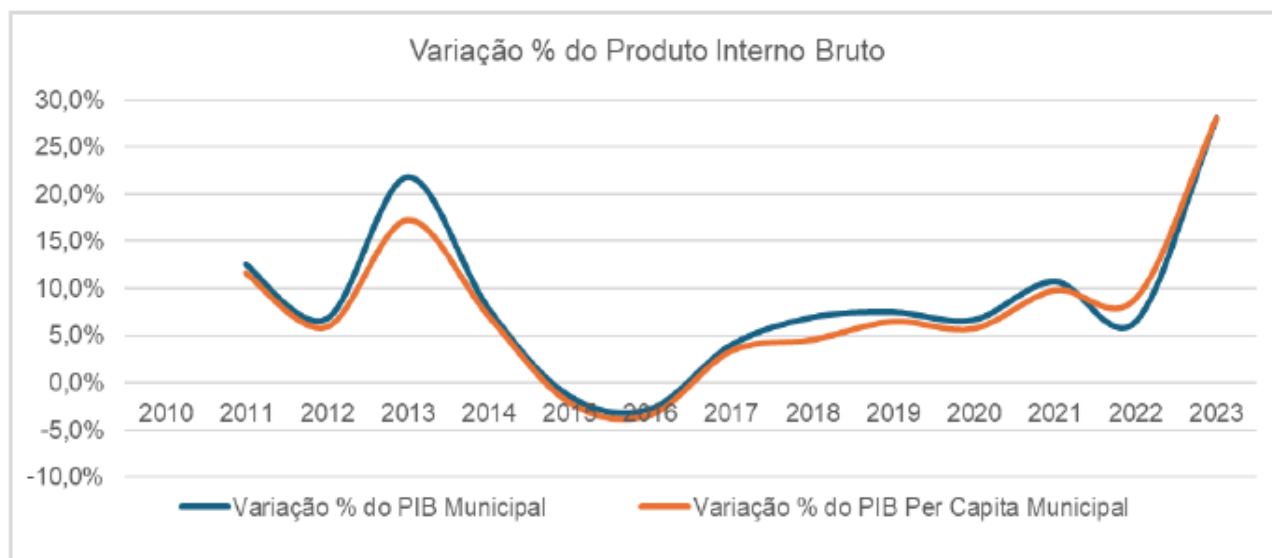
Para a compreensão da diversificação de uma região se faz necessário entender como se dá a estrutura e nível de atividade econômica alcançado, isto ocorre através de indicadores econômicos como o Produto Interno Bruto (PIB) e o Valor Adicionado Bruto (VAB).

A atividade econômica de Vera Cruz vem atingindo variações positivas no crescimento do PIB, mantendo uma tendência de expansão. Conforme dados do

⁵ Autor: Ariana Inês Sachett.

IBGE com a série histórica apresentada na Figura 15, com exceção dos anos de 2015-2016, o contexto de crise econômica nacional, em todos os demais anos o município apresenta um crescimento do nível de atividade econômica e, em consequência, do seu PIB per capita. Há destaque para o crescimento dos anos 2023 (+28,03%), 2013 (+21,76%), 2011 (+12,52%) e 2021 (10,68%), que superaram dois dígitos.

Figura 15 - Série Histórica do Produto Interno Bruto - Vera Cruz - Variação (%)



Fonte: Com base nos dados do IBGE (2026a).

A análise da série do PIB sugere uma capacidade de recuperação após choques, como o ocorrido com a crise macroeconômica em 2015-2016 ou a crise da pandemia do Covid-19 em 2020-2021. Isto indica que o município de Vera Cruz tem capacidade de retomar uma rota de expansão da atividade econômica que, além de possuir uma tendência crescente, alcançou uma aceleração elevada em 2023.

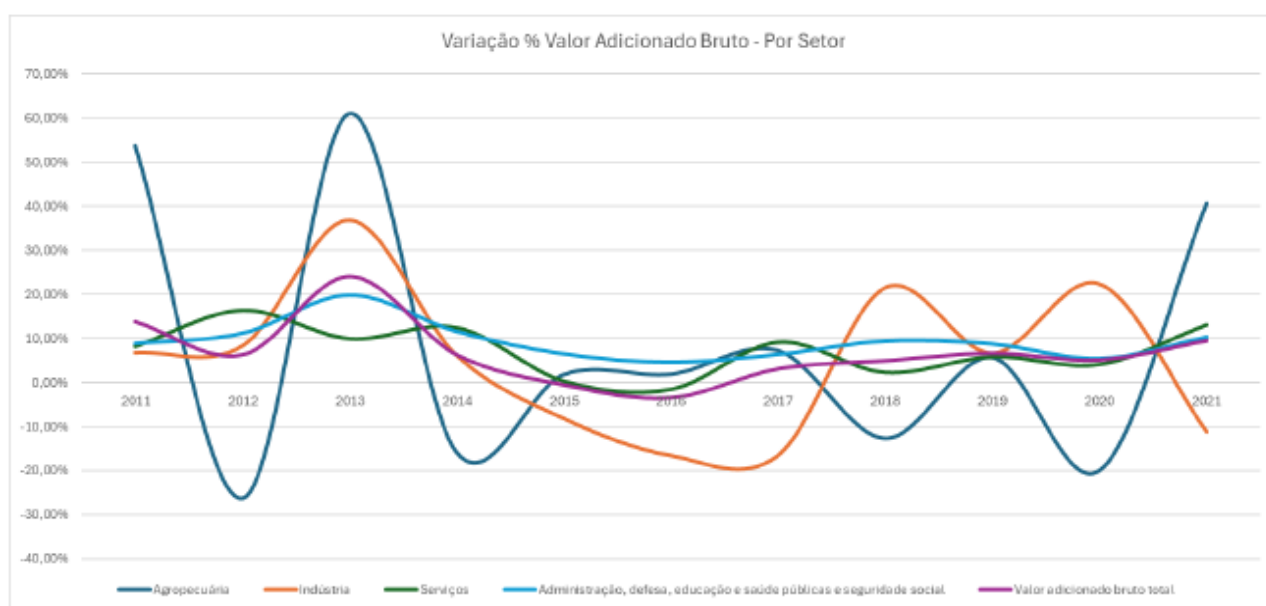
No caso do VAB, determinado a preços correntes, a Figura 16 demonstra a variação em percentual da série histórica da riqueza gerada pelos setores da Agropecuária, Indústria, Serviços e Administração Pública. Este indicador econômico mede o valor da produção local, subtraindo custos dos bens e serviços consumidos no processo produtivo.

Ao longo dos anos é possível observar comportamentos diferentes entre os setores, enquanto Serviços e Administração Pública se mantêm mais estáveis,

a Agropecuária e a Indústria oscilam alcançando picos e vales, o que indica sua maior sensibilidade a sazonalidades ou choques externos.

Em complemento a Figura 17 demonstra a composição do VAB entre estes setores. O setor de Serviços aparece com a maior parcela, indicando sua representatividade sobre o dinamismo econômico municipal chegando a 47,41% em 2021.

Figura 16 - Série Histórica da Variação % do Valor Adicionado Bruto - Vera Cruz

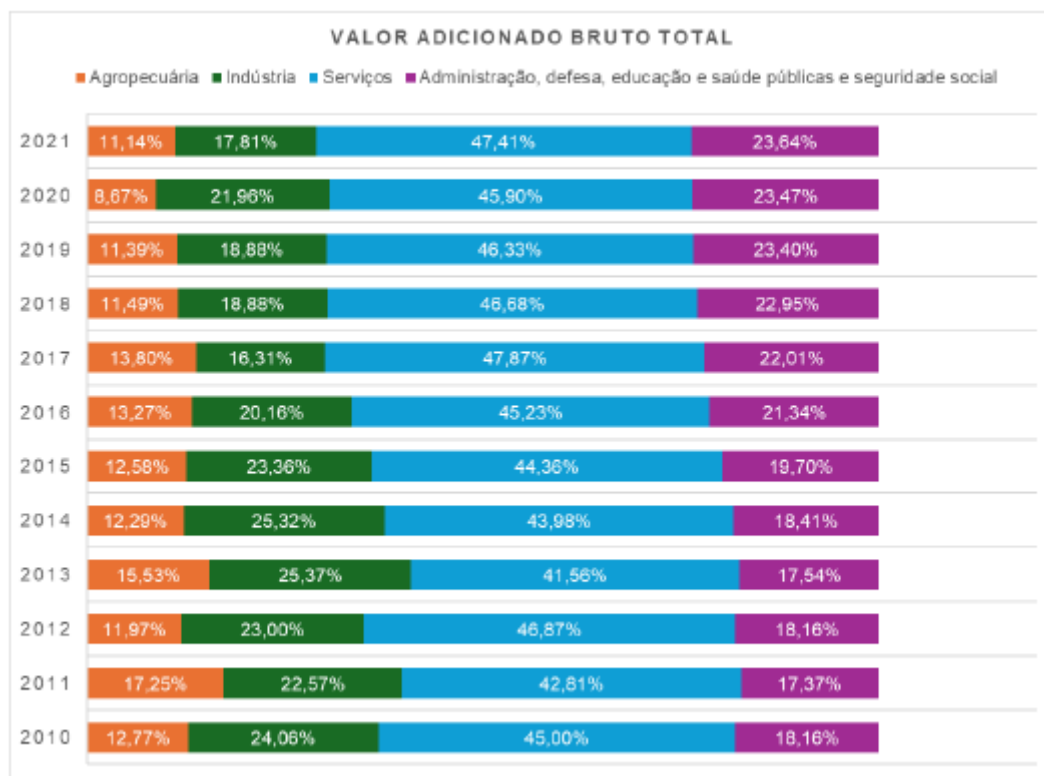


Fonte: com base nos dados do IBGE (2026a).

A Administração Pública aparece com crescimento na sua participação na estrutura econômica, proporção que representa uma maior dependência do setor público, obtendo 23,64% em 2021.

A Indústria aparece abaixo do setor de Serviços, frequentemente abaixo da faixa da Administração Pública, alcançando 17,81% em 2021. Já a Agropecuária é o setor que possui menor participação, 11,14% em 2021, e maior sensibilidade demonstradas pelas oscilações anuais, o que indica variações das safras sujeitas a sazonalidades e exposição ao clima.

Figura 17 - Série Histórica do Valor Adicionado Bruto - Vera Cruz



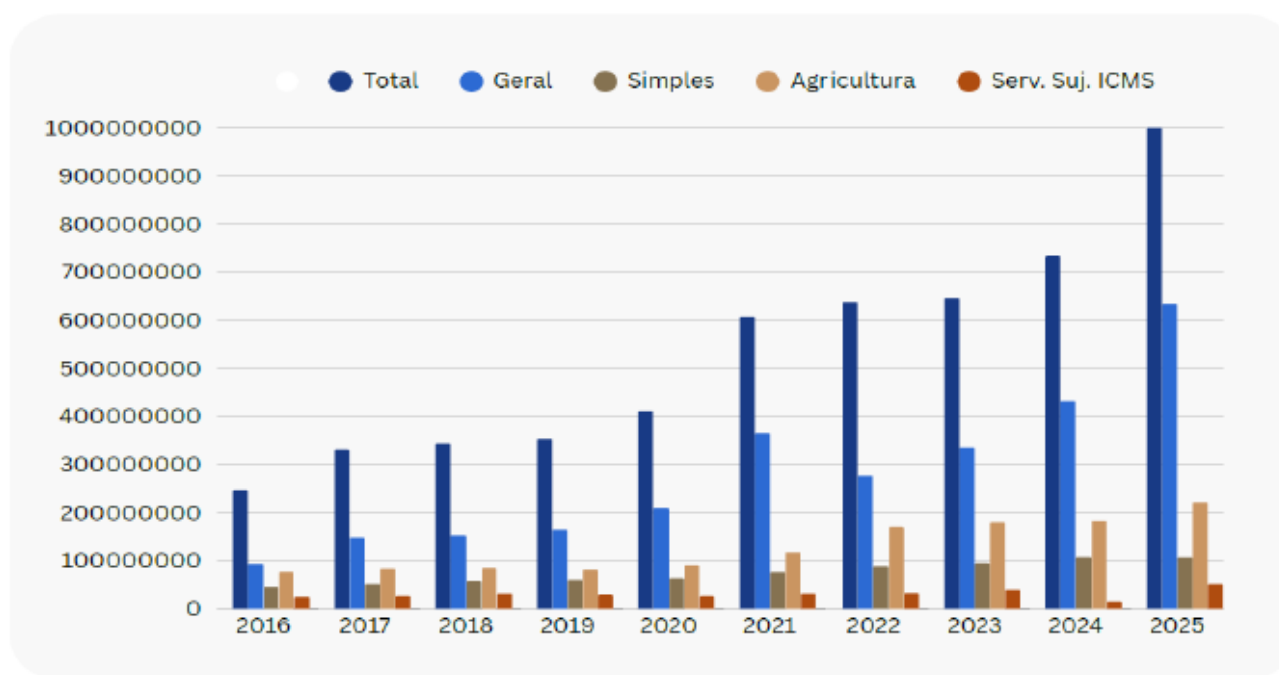
Fonte: com base nos dados do IBGE (2026a).

Apesar de o IBGE apresentar a composição do VAB somente até 2021, segundo dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico em 2026, o crescimento do VAB se manteve nos anos seguintes, alcançando crescimentos de +5,13% em 2022, +1,11% em 2023, +13,62% em 2024 e uma projeção de +32,68% em 2025, dados apresentados na Figura 18. Em análise comparativa 2016-2024, o crescimento do VAB municipal foi de 298,85%, enquanto o Vale do Rio Pardo cresceu 205,13% e o Rio Grande do Sul 205,2%.

Esse movimento posiciona o município como referência em crescimento na participação do ICMS. No biênio 2019/2020 registrou o 6º maior crescimento proporcional do RS no IPM (Índice de Participação dos Municípios), bem como entre os primeiros dos 23 municípios do Vale do Rio Pardo, bem como projeta alcançar 1 bilhão em VA para o ano de 2025 (Vera Cruz, 2026).

O acompanhamento do Índice de Participação dos Municípios (IPM) de 2026, realizado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico municipal, registra que Vera Cruz cresceu cinco posições e se posiciona com o 2º maior crescimento percentual da região, com um crescimento de +6,0%, enquanto o restante do Vale do Rio Pardo cresce 0,94% (Vera Cruz, 2026).

Figura 18 - Valor Adicionado Bruto - Vera Cruz - Realizado 2016-2024, 2025 projetado



Fonte: Vera Cruz (2026).

A partir dos dados do VAB, disponibilizados pela série histórica do IBGE, foi possível adaptar e calcular o Índice Herfindahl-Hirschman (HHI), o qual mede o grau de concentração setorial. No caso, ele indica o quão concentrado está o VAB entre os setores da economia municipal. A Tabela 3 apresenta os resultados do índice para a série histórica do VAB de 2010 a 2021, calculados a partir da participação da Agropecuária, Indústria, Serviços e Administração Pública.

Tabela 3 - Índice Herfindahl Hirschman sobre o VAB – Vera Cruz

Ano	HHI
2010	0,3097
2011	0,2941
2012	0,3199
2013	0,2920
2014	0,3065
2015	0,3060
2016	0,3083
2017	0,3233
2018	0,3194
2019	0,3180
2020	0,3215
2021	0,3248

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do IBGE (2026a).

O Índice Herfindahl-Hirschman calculado para o caso de Vera Cruz revela aumento gradual da concentração do VAB ao longo de 2010-2021, sugerindo redução relativa da diversificação setorial da economia local. Como o índice foi calculado a partir de apenas quatro grandes setores (Agropecuária, Indústria, Serviços e Administração Pública), o seu mínimo teórico no cenário de máxima diversificação seria igual a $1/4 = 0,25$. Assim, os valores observados (aproximadamente 0,292 a 0,325) devem ser interpretados como um nível de concentração acima do mínimo compatível com quatro setores. Isto reflete uma distribuição desigual do VAB entre eles, com maior peso relativo de Serviços e Administração Pública.

Para a análise de resiliência econômica, esse comportamento do HHI sugere uma possível contradição entre a predominância dos setores Serviços e Administração Pública, que tende a amortecer oscilações de curto prazo, e a menor diversificação relativa captada pelo aumento gradual do índice. Cabe destacar, contudo, que o HHI foi calculado com apenas quatro grandes setores, o que pode ocultar concentrações internas (por exemplo, dentro de Serviços ou dentro da Indústria). Por isso, a análise do HHI deve ser entendida como um diagnóstico do grau de concentração entre os grandes agregados setoriais e é complementada, na próxima seção, por indicadores mais desagregados da estrutura produtiva como a classificação das atividades econômicas na geração de emprego e renda.

A análise da composição do VAB em conjunto com o crescimento do PIB, em ambas as séries históricas, demonstra um crescimento econômico tracionado por setores de maior estabilidade, como Serviços e Administração Pública, apesar de picos de crescimento da Agropecuária e da Indústria. Essa estrutura econômica mais estabilizada tende a amortecer ciclos de períodos de crise, visto que Serviços e Administração Pública costumam oscilar menos do que as atividades mais expostas ao clima, a choques macroeconômicos e a ciclos de produtos agrícolas. Ainda, cabe o destaque ao período da pandemia que, embora o setor de Serviços tenha sido um dos mais afetados nesse choque, este ainda apresentou crescimento econômico e leve redução da participação no VAB, recuperando-se no ano seguinte.

Nesse contexto, a resiliência econômica depende de reduzir a difusão de eventos extremos para o restante das atividades econômicas. Sendo assim,

a Indústria pode ser vista como um vetor de diversificação e encadeamentos produtivos na construção de uma economia mais resiliente, ainda que esta apareça abaixo da participação de Serviços. Isto considerando a sua influência na geração de uma renda relativamente mais alta e no aumento da capacidade local de sustentação dos empregos quando um setor específico é afetado.

REFERÊNCIAS

BIANCHI, A. Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n. 2 (30), p. 131-150, ago. 2007. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/> Acesso em: 31 jul. 2026

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. 2026a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 1 maio 2026.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**: Cadastro Central de Empresas. 2026b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/vera-cruz/>. Acesso em: 1 maio 2026.

VERA CRUZ. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. **Relatório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Vera Cruz**. Vera Cruz, 2026.

2.6 FEIRA DA PRODUÇÃO: CULTURA, IDENTIDADE E CAPITAL SOCIAL NA ARTICULAÇÃO ENTRE ECONOMIA CRIATIVA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL⁶

Feiras representam um espaço privilegiado para a dinamização da economia local, troca de saberes e construção de conhecimento. Possibilitam aos expositores consolidar o reconhecimento de marca pelos consumidores, entusiasmar os consumidores regulares com simpatia e contato pessoal, como também engajar novos consumidores, ampliar e fortalecer relações pessoais e efetuar uma análise do cenário externo à empresa.

Adicionalmente, as feiras representam uma plataforma presencial de inovação, tanto para apresentação de novos produtos, como para conhecer produtos e serviços concorrentes. Permitem conhecer potenciais fornecedores ou parceiros, bem como estabelecer vínculos e relações de confiança pessoal que as plataformas de comércio virtual não permitem da mesma maneira.

Além dos potenciais benefícios aos expositores, feiras regulares dinamizam a economia no entorno do evento, mobilizando fornecedores de serviços como logística, limpeza e higiene, alimentação e hospedagem.

O contexto

Criada em 2009, a Feira da Produção nasce como parte das comemorações dos 50 anos de emancipação política do município e, desde então, ocorre tradicionalmente no mês de junho, como parte dos festejos de aniversário. Consolidou-se como um dos marcos culturais e econômicos do Vale do Rio Pardo, articulando produção local, identidade territorial e inovação.

No campo da economia da cultura, há uma ampliação das formas de produção e circulação simbólica. A economia criativa, embora frequentemente associada a grandes conglomerados midiáticos, também abrange práticas comunitárias, cooperativas e familiares. A presença de pequenos empreendedores e agroindústrias familiares na feira, ao lado de grandes expositores, confirma a diversidade de modos de produção cultural. Essa heterogeneidade é típica das indústrias criativas.

⁶ Autores: Mânon Dalize Regert Müller e Markus Erwin Brose

A discussão sobre capital social amplia o entendimento sobre os recursos simbólicos e relacionais que sustentam os processos de desenvolvimento. Christoforou (2015) propõe uma abordagem crítica e socialmente enraizada do conceito, defendendo que o capital social deve ser compreendido como uma rede de obrigações sociais e identidades compartilhadas, que emergem da participação ativa dos indivíduos em contextos coletivos. Em contraposição à lógica individualista, a autora introduz o conceito de encapsulamento social, caracterizando-o como um processo no qual os sujeitos se engajam em reflexão, mobilização e debate político, avaliando valores e objetivos muitas vezes conflitantes. Essa perspectiva reconhece que as escolhas humanas envolvem não apenas interesses privados, mas também dimensões éticas e identitárias, como o tipo de pessoa que se deseja ser e a sociedade que se almeja construir. A confiança, a cooperação e a reciprocidade que sustentam o evento são marcas de uma comunidade que valoriza suas raízes sem deixar de olhar para o horizonte.

Figura 19 – Praça da alimentação da Feira da Produção de 2024



Fonte: Vera Cruz (junho de 2024)

A longevidade da feira contrasta com o padrão de instabilidade das políticas culturais em outras regiões, frequentemente marcadas por descontinuidades e ausência de planejamento. A continuidade do evento em Vera Cruz representa uma situação positiva, sustentada por engajamento comunitário e gestão pública sensível às dinâmicas locais. A transformação da feira em polo regional de atração cultural e econômica também confirma a ideia de que as cidades são espaços privilegiados para construção coletiva da cultura.

A evolução e expansão

Ao longo de sua trajetória, o evento passou por transformações significativas, refletidas inclusive na evolução de seus slogans. Inicialmente com o nome simples e funcional de Festa da Produção, a feira passou a incorporar slogans que expressam momentos simbólicos e estratégicos distintos.

Figura 20 – Divulgação do site oficial da feira (2024)



Fonte: Vera Cruz (2024)

A primeira edição foi realizada na praça José Bonifácio, em 2009, no centro da cidade, com ruas fechadas, barracas simples e presença de agricultores, empresas e agroindústrias locais. Contando 15 expositores, o evento teve caráter familiar e comunitário, reunindo cerca de oito mil pessoas e consolidando-se como espaço de encontro e pertencimento.

Nos anos seguintes, a feira cresceu em público e estrutura. Em 2011 e 2012, chegou a reunir vinte mil visitantes e passou a destacar o *Hackbraten*, Rolo-de-carne prato típico de origem alemã como símbolo gastronômico do município. Em 2014, adotou oficialmente o nome Feira da Produção e incorporou novos elementos, como shows musicais e parque de diversões.

A partir de 2019, o evento foi transferido para o parque de eventos, ganhando estrutura moderna e maior capacidade de público. Em 2020, a feira foi cancelada pela primeira vez devido à pandemia. Em 2021, o evento foi realizado em formato *drive-thru*, com a comercialização de cestas coloniais e a transmissão online de shows. Essa adaptação, motivada pelas restrições sanitárias, reforçou o sentimento de pertencimento e a valorização dos produtores locais.

Figura 21 – Imagens aéreas da primeira (2009) e mais recente feira (2025)



Fonte: Vera Cruz (2025)

Em 2022, a feira retornou reafirmando seu papel como um dos principais eventos culturais e econômicos da região. Com a presença de sessenta mil visitantes e uma movimentação financeira de R\$2,6 milhões, a retomada presencial não apenas impulsionou a economia local, mas também reacendeu o sentimento de pertencimento coletivo. Já em 2023, o evento alcançou um novo patamar de reconhecimento institucional ao receber, pela primeira vez, a visita do governador do estado, conferindo maior visibilidade política e simbólica à iniciativa. Nesse ano, a feira movimentou R\$6 milhões, consolidando-se como espaço estratégico de valorização da cultura regional, de promoção da identidade local e de articulação entre agentes públicos, privados e comunitários.

Em 2024, a Feira da Produção enfrentou um dos maiores desafios: as inundações que atingiram o estado levaram à decretação de calamidade pública e ao adiamento do evento para o mês de julho. Inicialmente, a organização previa lan-

çar novo slogan “A Feira Mais Chamosa do Estado”, como parte de uma estratégia de reposicionamento turístico e valorização da identidade visual do evento. No entanto, diante da gravidade da situação e da mobilização comunitária para reconstrução, optou-se por adotar o slogan “Feira da Retomada”, ressignificando o evento como símbolo de resistência, solidariedade e reconstrução coletiva. Expositores e empreendedores locais, muitos afetados diretamente pelas cheias, engajaram-se para manter a realização da feira, enviando imagens de suas mercadorias danificadas como apelo à continuidade. A edição reuniu cerca de noventa mil visitantes e bateu recorde de vendas, com R\$7,3 milhões em negócios, reafirmando o papel da feira como espaço de regeneração simbólica e fortalecimento comunitário.

Já em 2025, a 15ª edição da Feira da Produção foi considerada a maior de todas, consolidando o evento como referência regional em cultura, turismo e desenvolvimento. Com mais de 260 expositores, a feira homenageou a lavoura do tabaco, reconhecendo sua importância histórica e econômica para o município e para o Vale do Rio Pardo. Essa homenagem extrapolou o campo simbólico e passou a integrar elementos visuais e identitários do evento, como o traje das soberanas, que incorporou o tabaco como símbolo de pertencimento e valorização da cultura local. Essa escolha estratégica também alavancou a possibilidade de patrocínio por parte das indústrias processadoras de tabaco.

Além disso, em 2025 a feira ampliou significativamente seu espaço de comercialização, permitindo a participação de produtos da agricultura familiar oriundos de outros municípios, movimentando R\$18,5 milhões. Essa abertura representou um marco importante conferindo-lhe um caráter regional. Ao mesmo tempo reafirmou o protagonismo da cultura alimentar e da produção artesanal como expressões de identidade coletiva. O concurso gastronômico selecionou como prato oficial o “Frich Schtik”, preparado pela Agroindústria Porath, reforçando o papel da feira como espaço de estímulo à economia criativa. O lançamento do slogan “A Feira Mais Chamosa do Estado” em materiais de divulgação e imprensa, marcou uma virada simbólica na identidade visual e comunicacional do evento.

A 16ª edição da Feira da Produção reafirmou, em 2026, o papel desse evento como uma das principais expressões da identidade econômica, cultural e co-

munitária de Vera Cruz. Sob o tema “Arraiá da Mió Feira do Mundo”, a feira destacou a capacidade do município de preservar tradições ao mesmo tempo em que promove oportunidades de negócios, lazer e integração social.

Figura 22 – Decoração da feira (2026)



Fonte: Portal RVA (2026)

Realizada entre os dias 3 e 7 de junho, no parque da Feira da Produção, com entrada gratuita, a programação reuniu agroindústrias familiares, comércio, indústria, artesanato, gastronomia, atrações culturais e shows nacionais, consolidando-se como um importante espaço de valorização das potencialidades locais e de fortalecimento do sentimento de pertencimento da população. A feira recebeu 173 mil visitantes e reuniu 277 expositores dos setores da indústria, comércio, serviços, agricultura familiar, agroindústrias e artesanato.

A movimentação econômica alcançou R\$18,6 milhões em negócios, enquanto as agroindústrias e a agricultura familiar registraram vendas superiores a R\$919 mil. Além disso, o evento ampliou sua visibilidade regional por meio de intensa divulgação digital, alcançando cerca de 8 milhões de visualizações nas redes sociais. Os resultados reforçam o papel da Feira da Produção como importante espaço de valorização dos empreendimentos locais, de fortalecimento da economia regional e de promoção da identidade cultural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C.. Feira da Produção é aberta oficialmente em Vera Cruz. Santa Cruz do Sul. **Portal Arauto**. 24 de julho de 2024. Disponível em: <https://portalarauto.com.br>. Acesso em: 10 out. 2025.

CHRISTOFOROU, A. Sobre a identidade do capital social e o capital social da identidade. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 11-35, ago. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/> Acesso em: 31 jul. 2026

PORTAL ARAUTO. Exposição exalta a trajetória da Feira da Produção. Santa Cruz do Sul, **Portal Arauto**. 8 de junho de. 2025. Disponível em: <https://portalarauto.com.br>. Acesso em: 10 out. 2025.

PORTAL ARAUTO. Programação da 15ª Feira da Produção será apresentada e terá show nacional. **Portal Arauto**. Santa Cruz do Sul, 24 abr. 2025. Disponível em: <https://portalarauto.com.br>. Acesso em: 10 out. 2025.

PORTAL RVA. Feira da Produção bate recorde de público e recebe Marcos & Belutti nesta sexta-feira em Vera Cruz. **Portal RVA**. Vera Cruz, 5 de junho de 2026. Disponível em: <https://portalrva.com.br/> Acesso em: 26 jul. 2026

RIOVALE JORNAL. Linha Dona Josefa: berço da colonização alemã em Vera Cruz. **Riovale Jornal**. Santa Cruz do Sul. 01 jun. 2025. Disponível em: <https://www.riovalejornal.com.br>. Acesso em: 10 out. 2025.

RIOVALE JORNAL. 14ª Feira da Produção virá com novidades. **Riovale Jornal**. Santa Cruz do Sul, 5 jul. 2024. Disponível em: <https://www.riovalejornal.com.br>. Acesso em: 10 out. 2025.

VERA CRUZ. PREFEITURA. **Vera Cruz apresenta a 15ª Feira da Produção com homenagem ao tabaco, símbolo da história e da economia local**. 30 abr. 2025. Disponível em: <https://www.veracruz.rs.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2025.

VERA CRUZ. PREFEITURA. **Instagram Feira da Produção**. 2025. <https://www.instagram.com/> Acesso em: 28 jan. 2026.

VERA CRUZ. Feira da Produção. **Divulgação imprensa**, 2024. Disponível em: <https://feiradaproducao.com.br/> Acesso em: 28 jan. 2026.

VILUTIS, L. A dimensão econômica da cultura: diversidade cultural e pluralidade de modos de produção. In: VAL, A. *et al.* **Políticas públicas de cultura**. São Paulo: Câmara Municipal, 2016. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/> Acesso em: 31 jul. 2026

2.7 MAIS QUE NOTÍCIAS, UM ESPELHO DA COMUNIDADE: DO JORNAL VERA-CRUZENSE À RÁDIO ARAUTO⁷

O jornalismo local pode impactar de forma positiva no espírito de pertencimento dos moradores, no bem-estar da comunidade e contribuir para a dinamização da economia local. Notícias produzidas localmente sobre eventos, a vida política, as competições esportivas, festas e celebrações, constituem indicador de capital social e confiança mútua. A credibilidade de notícias produzidas no território contribui para o sentimento de pertencimento ao formar laços positivos entre os diversos grupos da sociedade local.

Ao conhecer melhor através da imprensa local os agentes econômicos, as lideranças políticas e comunitárias, a comunidade está melhor preparada para tomar decisões coletivas em casos de desastres, atuar de forma mais integrada e superar os desafios de eventos inesperados.

O jornalismo local confere visibilidade às causas, problemas e demandas que não chegam à capital, contribuindo para a solução de problemas locais, bem como destacando os responsáveis pela superação de desafios. A transparência no jornalismo conecta-se diretamente ao ODS 16: “Paz, Justiça e Instituições Eficazes”, fortalecendo o acesso à informação, a checagem de dados públicos e a cobrança por governança ética.

Origem da versão impressa

Em 1985, com o fim da censura pela ditadura, havia expectativa no país do retorno da liberdade à expressão e de uma nova Constituição. Em 1986, acompanhando o crescimento de Vera Cruz, os casais Ivênio e Maria Nelsi Mueller, Álvaro e Flávia Terezinha Werner, apenas com a experiência de um boletim interno do Lions Clube, uniram esforços com Sérgio Jost para fundar o Jornal Vera-Cruzensense. Atuando na cobertura de notícias no município para o Jornal RioVale, com sede em Santa Cruz do Sul, o jornalista Sérgio Jost era instigado por Ivênio e Álvaro que defendiam a ideia de que Vera Cruz comportava seu próprio jornal.

⁷ Autor: Markus Erwin Brose

Os fundadores recordam que entre a ideia e a primeira edição, em setembro de 1986, passaram menos de dois meses. O Jornal Vera-Cruzensê iniciou sua edição impressa em formato quinzenal, sendo produzido manualmente, em máquina de escrever, na residência da família Mueller. Um laboratório fotográfico foi improvisado no banheiro da área de festas, e foi iniciada a busca por anúncios nas empresas locais. O primeiro funcionário da Empresa Jornalística de Vera Cruz Ltda foi contratado de outro jornal regional.

As empresas e o comércio de Vera Cruz compraram anúncios de forma expressiva desde o início. Os fundadores recordam, “A comunidade se sentia carente de um jornal. Ele tem valor inestimável para nossa história”. O primeiro exemplar, de 34 páginas, foi impresso em gráfica na cidade de Venâncio Aires e trazia a manchete, “Nasce o nosso jornal”, evidenciando no editorial o desejo de criar no município um veículo próprio de comunicação.

Uma fila de moradores aguardava desde a madrugada do dia 24 de setembro de 1986 em frente à casa da família Mueller para comprar a primeira edição. Os fundadores e as pessoas que tinham colaborado no empreendimento saíram pelas ruas do centro para distribuir os exemplares nas lojas, nas empresas e órgãos públicos, e em poucos dias cresceu o número de assinantes. O então prefeito estava entre os primeiros assinantes, e em entrevista para edição comemorativa sobre o jornal, recorda: “As críticas construtivas, a imparcialidade e a credibilidade em fazer o jornal sempre foram suas marcas. É um espelho em que a comunidade se enxerga”.

Nas máquinas de escrever os textos eram escritos em laudas, para depois ganhar as dimensões da coluna que iriam ocupar na página. A montagem dependia da revelação das fotos, sendo então composta cada página à mão. Os textos tinham que ter tamanho que encaixasse nas colunas, respeitando o espaço para encaixe das fotografias e dos anúncios. Os títulos eram colados um a um em letra set, ocupando toda a noite antes de ser levado até a gráfica em Venâncio Aires. Ao início da madrugada os exemplares precisavam ser transportados desde Venâncio Aires para distribuição em Vera Cruz.

Em 1988, a Prefeitura cedeu um terreno na região central e em novembro daquele ano era inaugurado prédio próprio do jornal. No ano seguinte a edição passou a ser semanal. Em 1991, uma campanha de assinaturas antecipadas

em três ou cinco anos viabilizou a compra dos primeiros computadores e de uma impressora.

A partir de então, ano a ano, foi sendo ampliada a estrutura operacional. Com aquisição de câmeras digitais não havia mais necessidade de revelação física de fotos, os computadores montavam em muitos a edição diária. Em 2000, foi inaugurada uma gráfica própria, sob a denominação Gráfica e Editora Pale.

Figura 23 – Edição do jornal (15 de março de 1991)



Fonte: Portal Arauto (1991)

A partir de 1994 a circulação passou a ter duas edições por semana, nas terças e sextas-feiras. Neste ano o jornal passou também a se inserir no município de Vale do Sol, cobrindo notícias daquela cidade e publicando anúncios das empresas locais. O número de assinantes cresceu a ponto de abrir uma sucursal, em 1999, em Vale do Sol. Mediante a expansão dos leitores pelo Vale do Rio Pardo, em 1997, a denominação foi alterada para Jornal Arauto Comunitário.

Em 2002, foi criado em Vera Cruz o Instituto de Cooperação e Desenvolvimento da Mídia Comunitária (ICOM), congregando diversos jornais

de circulação regional. Os diretores destas publicações passaram a se reunir mensalmente para troca de informações e aperfeiçoamento das estratégias operacionais. O ICOM passou a organizar concurso anual para premiar novos talentos e avanços tecnológicos dos jornais comunitários.

O Arauto passou a publicar o Guia Socioeconômico de Vera Cruz, material informativo sobre a infraestrutura econômica e social, as principais empresas e os indicadores econômicos do município. A revista foi utilizada pelas lideranças locais para divulgar o município em viagens e visitas a outras localidades.

A expansão pelas ondas do rádio

A partir de 2002, o leitor passou a contar também com uma versão virtual do site de notícias. Um fenômeno interessante foi o fato de que a versão online permitiu a significativo grupo de vera-cruzenses que residem no exterior acessar as notícias locais. Estes leitores sintetizam que, “não precisamos das notícias internacionais no Arauto. Isso está na internet. O que queremos ver no jornal são os assuntos caseiros de Vera Cruz”. Em 2016 foi criado o Portal Arauto online.

Arádio Arauto FM 95,7 foi ativada em 2011, focada na comunidade regional. Inaugurou sua segunda sede em Santa Cruz do Sul, em 2017. Destacou-se, tanto pela rápida aceitação com cobertura no Vale do Rio Pardo, como pela expansão, em 2018, com a Arauto FM 90,5 inicialmente sediada no município de Mato Leitão, no vizinho Vale do Rio Taquari. Em 2020, a Arauto FM 90,5 inaugura seu estúdio no município de Venâncio Aires. Em 2024, foi criada a terceira emissora, Arauto News 89,9, sediada na cidade de Rio Pardo.

O Grupo Arauto integra hoje portal e emissoras de rádio (Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari), com forte presença na cobertura regional. Nos anos 1980, o diretor executivo do grupo atuava como repórter do Jornal RioVale, em Santa Cruz do Sul. Em 1990 se tornou editor do jornal Vera-Cruzensense, adquirindo em 1997 parte da empresa e contribuindo ativamente para a alteração da marca. Hoje, Luís Carlos Dhíel é diretor-presidente do Grupo Arauto de Comunicação.

O Jornal Arauto impresso encerrou suas atividades com sua última edição circulando em 7 de junho de 2024. Após 38 anos de circulação em papel, o veículo migrou totalmente para o formato digital.

REFERÊNCIAS

ADORNA, L. Uma trajetória de inspiração. **Arauto**, 06 de junho de 2019. Disponível em: <https://portalarauto.com.br> Acesso em: 14 abr. 2026.

JORNAL ARAUTO. **Memórias**: edição comemorativa aos 25 anos do Nosso Jornal. Vera Cruz, set. 2011.

CAMPOS, P. O papel do jornal no interior. **Observatório da Imprensa**, 20 de setembro de 2000. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/> Acesso em: 28 jul. 2026.

DORNELLES, B. O localismo nos jornais do interior. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 237-243, set./dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2010.3.8191> Acesso em: 28 jul. 2026

DUARTE, D. **Rádio Santa Cruz**: Estudo das contribuições da radiodifusão à região do Vale do Rio Pardo. Dissertação (Mestrado) – Desenvolvimento Regional.

Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11624/251> Acesso em: 26 jul. 2026

PORTALARAUTO. Arauto FM: há 13 anos, a rádio que se conecta com a vida das pessoas. **Arauto**, 15 de novembro de 2024. Disponível em: <https://portalarauto.com.br/> Acesso em: 14 abr. 2026.

PRUDKIN, G.; WEBER, A. Os jornais locais no interior do RS: uma análise sobre a gênese do jornalismo impresso da cidade de Frederico Westphalen. **Revista Vozes e Diálogo**, Itajaí, v. 17, n. 1, p. 20-32, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/>. Acesso em: 28 jul. 2026.

SILVA, M. Os jornais e a construção dos sentidos e representações da cidade. **Revista do Laboratório de Estudos Urbanos**, Campinas, v. 30, n. 1, 2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/>. Acesso em: 28 jul. 2026

2.8 PROTAGONISMO JUVENIL E PROFISSIONALIZAÇÃO RURAL⁸

O fomento do protagonismo juvenil rural constitui processo onde estudantes do ensino fundamental ou médio são estimulados a assumirem papel de agentes de transformação, tanto na propriedade familiar, como em sua comunidade. Essa atuação conecta a sucessão familiar e a renovação de lideranças no meio rural aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, unindo elementos relevantes para a identidade como: tradição e inovação, geração de renda e sustentabilidade, valorização dos territórios e suas diversidades.

Um marco relevante na diversificação de oportunidades e de qualificação no meio rural constitui a Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000) que regula como empresas de médio e grande porte no setor primário podem fomentar a profissionalização de jovens de 14 a 24 anos. A legislação foi inspirada na experiência do ensino dual da Europa, modelo educacional que combina teoria e prática em um só curso. Os alunos alternam entre aulas em uma escola profissional, ou organização profissionalizante, e o trabalho prático, recebendo por tempo determinado salário, experiência direta e conhecimento prático do mercado.

De acordo com a legislação, o jovem deve estar matriculado e frequentando o ensino regular e as empresas parceiras devem reservar entre 5% e 15% de suas vagas para aprendizes. O contrato especial de trabalho tem duração máxima de dois anos, evitando a criação de dependências. O aprendiz tem direito a um salário-mínimo-hora, proporcional às horas de formação teórica e prática conduzidas por entidade qualificadora de aprendizagem validada pelo Ministério do Trabalho.

Instituto Crescer Legal

O Instituto Crescer Legal, com sede no município de Santa Cruz do Sul, tornou-se uma referência na promoção da aprendizagem profissional rural e no fortalecimento das juventudes do campo. Fundado em 2015, por iniciativa do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco - SindiTabaco e das empresas associadas, a organização nasceu da necessidade de criar alternativas ao trabalho

⁸ Autores: Caroline dos Santos e Markus Erwin Brose

infantil no meio rural e de garantir que adolescentes pudessem estudar, se qualificar e, a partir de reflexões e da ampliação do seu olhar, construir projetos de vida sem necessariamente abandonar as comunidades ou a realidades na qual estão inseridos.

Em articulação com as secretarias municipais de educação, seu trabalho busca fomentar o protagonismo juvenil, a valorização das identidades rurais e o fortalecimento dos laços familiares. O Programa de Aprendizagem Profissional Rural, principal iniciativa da instituição, oferece ao longo de um ano total de 800 horas de formação em empreendedorismo e gestão rural no contraturno escolar, garantindo vínculo formal de aprendizagem, renda e acompanhamento pedagógico.

Ao longo de mais de uma década o Instituto expandiu suas ações para os três estados do Sul do país, atuando em 25 municípios em dez anos e certificando mais de 1.200 jovens aprendizes. O objetivo não é apenas ensinar técnicas, mas incentivar os jovens a enxergarem o meio rural como espaço de oportunidades e inovação.

Atuação em Vera Cruz

A Secretaria Municipal de Educação de Vera Cruz foi uma das primeiras a aderirem ao projeto-piloto de aprendizagem profissional, ainda em 2016, tornando-se um laboratório para a consolidação da proposta pedagógica. Nesse modelo, os adolescentes são contratados como jovens aprendizes pelas empresas parceiras do Instituto, mas a formação acontece dentro de suas próprias comunidades, em escolas inseridas em localidades rurais e em atividades externas, inclusive com saídas pedagógicas e visitas a propriedades de outros agricultores. Essa característica diferencia o programa, pois os jovens não precisam sair do meio rural para estudar e conhecer oportunidades.

A aprendizagem acontece por meio de metodologias ativas e participativas, trabalho em equipe, pesquisas nas propriedades familiares, combinando saídas pedagógicas (como à Expointer, à Expoagro Afubra, ao Museu de Tecnologia da PUC ou à Universidade de Santa Cruz do Sul) e a construção coletiva de projetos. Os aprendizes desenvolvem projetos voltados às suas pró-

prias propriedades e comunidades, com os temas mais frequentes envolvendo a diversificação produtiva, empreendedorismo rural e melhorias estruturais. Após o curso, como egressos, podem ter outras oportunidades e até mesmo apresentar seus projetos a empresas parceiras em busca de recursos para sua implementação.

Figura 24 – Círculos de debate e aprendizagem coletiva



Fonte: Arquivo do programa

A maioria dos municípios participa da programação do Instituto por dois anos em média. Mas, Vera Cruz contabiliza seis turmas do Programa de Aprendizagem Profissional Rural em Gestão Rural e Empreendedorismo entre os anos de 2016 e 2026, em diferentes escolas. Os números mostram crescimento e continuidade das ações no município: em 2016/2017, participaram 15 aprendizes; em 2018, foram 20 jovens; em 2019, 19 participantes; em 2024, 23 aprendizes; em 2025, 25 participantes; e, em 2026, com o programa em andamento, são 26 aprendizes. No total, Vera Cruz contabiliza 128 jovens atendidos pelo Programa, evidenciando a continuidade e a relevância da iniciativa para as comunidades locais.

Segundo relatos da gestão do Instituto, Vera Cruz tornou-se uma referência pela ampla e contínua adesão das famílias, pela ativa participação comunitária e pela continuidade das parcerias institucionais. Diversas famílias que tiveram um filho participante do programa passaram posteriormente a incentivar a participação dos irmãos mais novos, demonstrando confiança na proposta educativa.

Outro aspecto importante destacado pela equipe do Instituto refere-se ao sucesso da articulação entre diferentes atores sociais no município: o funcionamento do programa depende da integração entre a instituição, empresas parceiras, escolas, Secretaria Municipal de Educação, educadores sociais, sindicatos, entidades técnicas e os familiares responsáveis. Como contrapartida, a Prefeitura de Vera Cruz assegura transporte escolar, alimentação e espaços físicos nas escolas das comunidades rurais, fortalecendo uma rede coletiva de apoio à juventude.

Figura 25 – Promoção da igualdade de gênero para a qualidade de vida rural



Fonte: Arquivo do projeto

Essa capacidade de articulação coletiva ajuda a compreender por que Vera Cruz se consolidou como um território modelo para o desenvolvimento do Programa. De acordo com a equipe pedagógica, o município possui uma cultura de engajamento em parcerias e valorização técnica que favorece a permanência de projetos sociais e educacionais ao longo do tempo. Em Vera Cruz, além do Programa de Aprendizagem Profissional Rural, o Instituto desenvolve ações complementares:

- Programa de Acompanhamento de Egressos,
- Programa Nós por Elas – A Voz Feminina do Campo, realizado em parceria com a UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul,

- Programa Boas Práticas de Empreendedorismo para a Educação, voltado à formação de professores de escolas rurais.

O Programa de Egressos possibilita a participação ativa de egressos em feiras e exposições nos diferentes municípios, acompanhando o estande do Instituto. Os egressos têm acesso a seminários de atualização e formação de lideranças, bem como de encontro interestadual.

O Programa Nós por Elas propiciou até hoje a 15 jovens de Vera Cruz a participação na produção de boletins de rádio gravados nos estúdios do Curso de Comunicação da UNISC. O foco dos programas está em dar voz e visibilidade ao papel feminino no meio rural e são veiculados em estações de rádio da região Sul por entidades parceiras do Instituto Crescer Legal.

O Programa Boas Práticas abre a oportunidade para que professores da rede pública municipal participem de encontros de formação para atuação empreendedora na educação, com estímulo à qualificação pedagógica e inovação em sala de aula. Até 2026 o programa certificou 93 educadores de 52 escolas em meio rural dos três estados da Região Sul, sendo 14 professores de Vera Cruz.

Pesquisa encomendada junto ao Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), organização especializada em avaliação de projetos com sede em São Paulo, realizada em 2025, identificou resultados expressivos entre os egressos do Programa de Aprendizagem Profissional Rural. Entre os principais indicadores destacam-se o aumento da escolaridade, a ampliação das habilidades de comunicação, o fortalecimento do protagonismo individual e o aumento do interesse dos jovens pela permanência na sucessão familiar.

Segundo relatos das educadoras do Instituto e gestores da Secretaria Municipal de Educação, o principal resultado do programa não está na efetivação imediata dos jovens em empresas, mas na transformação de sua visão sobre si mesmos e sobre o território onde vivem, frisando que muitos participantes passam a reconhecer o meio rural como espaço de possibilidades. Jovens que antes visualizavam apenas o espaço urbano como alternativa de sucesso passam a refletir de forma consciente, identificar possibilidades e construir projetos vinculados ao meio rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Hucitec, 1998.

BERTAIOLLI, M.; GARBACCIO, G. Análise da efetividade da Lei No. 10.097/2000 e a necessidade de sua modernização para ampliar o programa jovem aprendiz. **Revista Brasileira de Gestão Pública**, Brasília, v.1, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/>. Acesso em: 26 jul. 2026

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual da aprendizagem profissional**. 2ª. edição revista. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/> Acesso em: 26 jul. 2026

CRUZ, M. Instituto Crescer Legal celebra 10 anos de atuação na formação de jovens do meio rural. **Portal Arauto**, 22 de maio de 2025. Disponível em: <https://portalarauto.com.br/> Acesso em: 20 maio 2026.

INSTITUTO CRESCER LEGAL. **Relatório institucional 2025**. Santa Cruz do Sul: Instituto Crescer Legal, 2025. Disponível em: <https://www.crescerlegal.com.br/relatorio-institucional> Acesso em: 26 jul. 2026

2.9 PROTAGONISMO RURAL: VALORIZANDO A AUTONOMIA EMPREENDEDORA DOS JOVENS⁹

Os estudantes que vivem em áreas rurais precisam de apoio específico para superar as barreiras geográficas, econômicas e de infraestrutura que podem limitar seu potencial. Entre as principais necessidades estão a conectividade digital, as oportunidades de transporte e a capacitação empreendedora, fatores que contribuem para reduzir as desigualdades de oportunidades em relação aos seus colegas em áreas urbanas.

A oferta do ensino público de qualidade constitui a base do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável ODS 4: “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. No Brasil, o ODS 4 atua como um pilar fundamental para erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades.

A Meta 4.4 do ODS 4 estabelece: Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham as competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais, para o emprego, o trabalho decente e o empreendedorismo. Por sua vez, a Meta 4.5 estabelece: Até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e tradicionais.

Diversidade de iniciativas

A administração municipal tem como uma de suas prioridades o fortalecimento da qualidade de vida nas comunidades rurais de Vera Cruz, buscando favorecer a permanência dos jovens no campo e minimizando, assim, o êxodo rural. O objetivo é estimular o desejo dos jovens oriundos da agricultura familiar em dar continuidade às atividades rurais, não apenas as atividades existentes da família, mas também reconhecerem e explorarem as diversas oportunidades inovadoras existentes no meio rural. Buscando demonstrar que é possível gerar renda de diferentes formas, como por exemplo, por meio das diversas agroindústrias que fazem parte da economia do município.

⁹ Autor: Markus Erwin Brose

Bolsas para estudantes em escolas agrícolas

A prefeitura de Vera Cruz concede cerca de 40 bolsas anuais a jovens do município que optam por cursar o ensino médio profissionalizante em agropecuária em escolas da região.

Figura 26 – Assinatura de continuidade de convênio com AGEFA (2025)



Fonte: Mídias sociais da Prefeitura de Vera Cruz, 2025

Assim, o executivo municipal mantém convênio com três escolas na região, buscando fomentar as oportunidades de ensino nas proximidades do município. São conveniadas as instituições:

- Escola Família Agrícola de Vale do Sol (EFASOL) – instituição mantida por associação comunitária, baseada na pedagogia da alternância, localizada na Linha Formosa, município de Vale do Sol.
- Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC) – instituição mantida por associação comunitária, baseada na pedagogia da alternância, localizada na Linha Santa Cruz, em Santa Cruz do Sul.
- Colégio Estadual Técnico Dr. Zeno Pereira Luz (CETEC) – escola estadual de ensino médio e técnico em agropecuária, no formato ensino concomitante, localizada na comunidade de Corredor de Meio, município de Encruzilhada do Sul.

Mentoria nas escolas municipais

Em 2022, a Secretaria Municipal de Educação iniciou projeto contratando jovem profissional, com vivência no meio rural e formação técnica na área agropecuária, para atuar durante 20 horas semanais como mediador junto aos estudantes das escolas municipais em meio rural.

O objetivo central consiste em ampliar o conhecimento dos estudantes quanto aos recursos, valores e oportunidades que o meio rural em Vera Cruz proporciona. As atividades são oferecidas uma vez por semana em três escolas rurais, de forma voluntária, em turno inverso ao ensino dos anos finais do ensino fundamental. Em 2026, 36 estudantes da rede municipal se matricularam no projeto participando das atividades ao longo de todo o ano letivo.

O primeiro passo da iniciativa foi a implantação de hortas orgânicas em escala comercial nos terrenos das escolas, coordenadas pelo mediador. A produção nestas hortas é destinada principalmente ao consumo escolar, ao abastecimento das famílias dos estudantes e à comercialização dos excedentes. Uma vez iniciada a produção, cada estudante é orientado na formação de uma horta própria, aprendendo técnicas como análise de solo, aplicação de calagem, manejo sustentável e convivência com plantas espontâneas.

Além disso, são oferecidas palestras por organizações presentes no município, como organizações de assistência técnica, sindicatos e cooperativas. Também são organizadas visitas técnicas a agroindústrias de acordo com o interesse expresso pelos estudantes, bem como participação em feiras agrícolas ou visita a instituições culturais.

Uma vez ao ano, em novembro, é organizada a feira de oportunidades, onde organizações presentes nos municípios da região, como escolas, centros de formação, cooperativas e demais entidades ligadas ao desenvolvimento rural tem estandes para apresentar aos estudantes do oitavo e nono ano do ensino fundamental informações sobre formação profissional, empreendedorismo e perspectivas de atuação no meio rural

Entre os indicadores de êxito destas iniciativas, a Secretaria de Educação destaca o aumento da procura por vagas no programa de bolsas e o crescente interesse das famílias em matricular os jovens no projeto de capacitação no turno inverso ao escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. **Manual do jovem empreendedor rural**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/> Acesso em: 31 jul. 2026

MORETTI, C.; VERGUTZ, B.; CORRÊA, A. Possibilidades emancipatórias na Efasc: diálogos entre a pedagogia da alternância e a educação popular. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 15, n. 3, 2017, p. 821-841. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2017v15i3p821-841> Acesso em: 26 jul. 2026

NETTO, D. *et al.* A construção histórica das práticas escolares das escolas Família Agrícola do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Palmas, v. 9, 2024. <https://doi.org/10.70860/ufnt.rbec.e16739>

3 RESILIÊNCIA SOCIAL

A interpretação de um desastre deve ir além dos aspectos físicos e naturais. O verdadeiro desastre resulta da incapacidade dos gestores e dos planejadores de estabelecer estratégias que reduzam a vulnerabilidade e os riscos frente aos próximos eventos extremos. Pensar a resiliência no ambiente urbano exige pensar o território como um constructo socioespacial, onde o ser humano e a natureza se relacionam e se transformam.

Comunidades vulneráveis a desastres não são apenas vítimas passivas. Elas possuem forças internas, como recursos físicos, humanos, sociais e econômicos, que podem ser mobilizadas de forma coletiva para construir resiliência e fazer a gestão dos riscos. Neste sentido, os recursos sociais da comunidade incluem redes de confiança, solidariedade, organizações locais e as jovens lideranças. Fortalecer o capital social significa construir redes de confiança, reciprocidade e cooperação dentro da comunidade.

O principal objetivo desta concepção é romper a visão de que ações de resposta a desastres ou adaptação climática devem ser impostas “de cima para baixo”. Em vez disso, ao compreender os ativos que a comunidade já possui, as políticas públicas podem focar em fortalecer e ativar essas capacidades locais para transformar a vulnerabilidade em resiliência.

3.1 ENGAJAMENTO COMUNITÁRIO E CAPITAL SOCIAL: ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO¹⁰

O capital social é o conjunto de recursos individuais vinculados a uma rede durável de amizades, relações pessoais, conhecimentos e reconhecimentos mútuos baseados na confiança, que beneficiam a todos os envolvidos. É uma forma de capital, junto ao econômico e cultural, que indivíduos mobilizam para obter benefícios mútuos, como favores, empréstimos, parcerias, oportunidades de investimento, ajuda em emergências, sendo essencial para a reprodução social em uma comunidade.

As organizações comunitárias, associações e cooperativas são fundamentais na formação de capital social, atuando como redes que promovem confiança, cooperação e ações coletivas, o que, por sua vez, fortalece o desenvolvimento local. Associações de moradores, centros comunitários e clubes de mães unem as pessoas, gerando relações de lealdade e compromisso mútuo. Essas entidades transformam redes de relacionamento em recursos que permitem alcançar objetivos comuns, como melhorias no bairro ou projetos sociais. A atuação conjunta nessas organizações fortalece a sociedade civil, fundamental para o desenvolvimento sustentável de uma comunidade. Essa força coletiva tem, na região estudada, raízes históricas profundas, remontando ao início da colonização europeia na metade do século XIX.

As origens

Em 1850, ano de adoção da nova Lei de Terras (Lei No. 601) no país, inicia a colonização com agricultores familiares em Dona Josefa (hoje Vera Cruz), com a chegada pouco tempo depois do imigrante Philipp Limberger que ocupa o “prazo colonial” (lote) nº 45 da localidade. As terras da antiga sesmaria de Dona Josefa foram vendidas por Kleudgen, demarcadas e medidas por Martin Buff, então diretor da colônia de Santa Cruz do Sul. As terras deveriam ser pagas em cinco prestações anuais, havendo uma carência de três anos para o pagamento da primeira anuidade.

¹⁰ Autor: Markus Erwin Brose

As famílias pioneiras eram fugitivas da pobreza, do alistamento obrigatório nas repetidas guerras e dos solos frágeis da região montanhosa do Hunsrück, na fronteira tríplice entre Alemanha, França e Luxemburgo. Posteriormente, mais famílias vieram de outras regiões do Império Alemão, como Saxônia, Prússia, Pomerânia e Silésia. Após cruzarem seu país a pé, ou em carroças e barcaças, as famílias embarcaram em navios nos portos de Bremen ou Hamburgo e viajavam até o porto de Rio Grande. De lá, seguiam a bordo de vapor pela Lagoa dos Patos até Porto Alegre. Depois de registrados como residentes permanentes uma barca os levava, pelo rio Jacuí, até Rio Pardo, de onde rumavam acompanhando as carroças até o loteamento de Dona Josefa.

Logo nos primeiros anos, em 1858, foi estabelecido o curtume Tasch, um dos primeiros empreendimentos de base familiar na nova comunidade. Em 1860, as famílias construíram uma igreja de madeira junto à casa de Johann Kessler e, em 1862, foi bento o cemitério. Em 1868, os moradores lançaram a pedra fundamental da Igreja Católica Imaculada Conceição. Face ao crescimento populacional e ao dinamismo econômico, em 1866 o diretor da colônia determinou o lançamento da pedra fundamental para uma nova cidade em Villa Thereza. Eram oito quadras designadas pelas letras “A” até “H”, circunscrevendo um quarteirão destinado à praça pública central, hoje denominada praça José Bonifácio. Em 1869, foi colocado em funcionamento o moinho Franke para a produção de óleo e em 1885, José Müller fundou o Curtume Vera Cruz.

As memórias do primeiro prefeito Nestor Frederico Henn em entrevista para livro comemorativo dos 50 anos do município resumem:

Talvez seja uma parcela de herança dos colonizadores o espírito criativo que nossos antepassados eram possuidores. Eles exerciam um artesanato com tecnologia para desenvolver equipamentos de produção, como, por exemplo, o descascador de arroz, o moinho de farinha, a máquina de plantar, a industrialização de bebidas, e tantos outros que mereceram nota máxima em exposições industriais (Henn, 2009, p.73).

Na exposição industrial de 1901, realizada em Porto Alegre, a Intendência de Santa Cruz manteve um pavilhão onde foram expostos 212 produtos, dentre eles diversos do então distrito de Villa Thereza. Moradores do distrito foram pre-

miados com medalhas e menções honrosas, entregues pelo intendente de Santa Cruz do Sul, em sessão pública realizada em julho de 1902. Foram recompensados os seguintes expositores do distrito de Villa Thereza:

- Medalha de Ouro – F. Ernesto Wunderlich, pelo arroz de diversas qualidades. O engenho de arroz esteve localizado no lugar onde hoje existe o prédio da Farmácia Schmitt e ocupava uma sede de três andares.
- Medalha de Prata – Gruending & Irmãos, pela cerveja. Esta indústria foi o marco inicial da Indústria de Bebidas Celina Ltda.
- Medalha de Bronze – David Klump, pela aguardente. Tinha seu alambique em Linha Dona Josefa, mais precisamente no topo da elevação que tem o nome de ‘*Klumpsberg*’, nome que se conserva ainda hoje.
- Menções Honrosas:
 - Pedro José Assmann, pelos cestos de vime.
 - Alberto Keller, pela máquina de semear.
 - Jacob Doern, pelas banhas. Sua indústria tinha sede na esquina das ruas Cláudio Manoel com Thomaz Gonzaga.”

A Exposição Agropecuária e Industrial do RS de 1901 foi uma vitrine dos produtos agropecuários e industriais, e buscava marcar o ingresso no progresso para o Século XX enquanto fomentava a diversificação econômica no estado. Foi parte do ciclo de exposições industriais realizadas pelo governo provincial, que incluíram a Exposição Riograndense, em 1866, a Exposição de 1875 e a Exposição Brasileira-Alemã de 1881. Eram inspiradas nas feiras internacionais organizadas na Inglaterra, que iniciaram em 1851, em Londres, com a Grande Exposição das Indústrias de Todas as Nações.

Além dessa industrialização difusa, o associativismo foi uma marca das novas colônias. Desde a chegada dos primeiros imigrantes em São Leopoldo em 1824, os agricultores familiares de língua alemã criaram associações de canto, de ginástica e clubes de tiro, fundamentais para a coesão social, além de escolas e sociedades religiosas. Chegando em seguida, a partir de 1875, os agricultores familiares italianos igualmente trouxeram um espírito de trabalho coletivo, baseado na doutrina social católica ou nos ideais socialistas, criando associações beneméritas, corais e cooperativas.

Naquela colonização da agricultura familiar em um ambiente hostil e isolado na mata, sem presença do Estado, estranho ao paradigma político e econômico da pecuária no Pampa, o associativismo foi a ferramenta principal das famílias imigrantes para a instalação de infraestrutura e de ajuda mútua. As colônias promoveram uma cultura de bancos comunitários e sociedades de auxílio mútuo para viabilizar o crédito e o comércio. O livro “Vera Cruz: terra, tempo e gente” registra a dinâmica sociedade civil característica dos agricultores que colonizaram o município:

Os imigrantes que para cá se dirigiram – assim como em todo o estado – organizaram grupos e sociedades que serviram para unir e congregar os moradores nos momentos de lazer, cultura, prática esportiva, apoio em crises e dificuldades, entre outros. Em grande número surgiram igrejas, sociedades de canto, orquestras, círculos de leituras, grupos de teatro, clubes de tiro ou lanceiros, sociedades de damas.

Segundo registro no livro “Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul”, a Villa Thereza, hoje Vera Cruz, possuía ao menos 20 dos mais diversos grupos, sociedades e clubes sociais (Quadro 1):

Quadro 1 - Grupos, sociedades e clubes em Vera Cruz até 1924

Sede	Nome	Fundação	Sócios
Ferraz	Clube de Lanceiros Ferraz	1887	60
Linha Sítio	Sociedade de Atiradores	1888	125
Villa Thereza	Clube Concórdia	1890	94
Villa Thereza	Sociedade Alemã de Atiradores	1886	101
Dona Josefa	Sociedade de Atiradores	1890	40
Villa Thereza	Ass. Teuto-Brasileira de Cavalaria	1902	140
Linha Sítio	Sociedade de Cavalaria	1905	70
Villa Thereza	Ass. de Damas Victoria Thereza	1909	76
Dona Josefa	Ass. de Damas Augusta Victoria	1910	35
Dona Josefa	Sociedade de Cavalaria	1911	47
Linha Sítio	Clube de Cavalaria	1911	35
Ferraz	Sociedade de Cavalaria Karlsruhe	1913	28
Villa Thereza	Soc. Rio-grandense de Cavalaria	1916	114

Ferraz	Clube de Damas Frohsinn	1918	32
Ferraz	Clube de Atiradores	1918	42
Ferraz	Sociedade de Damas Ferraz	1919	68
Villa Thereza	Sociedade de Canto Lira	1921	90
Villa Thereza	Sociedade de Amparo aos Doentes	1922	21

Fonte: adaptado de Dummer *et al.* (2009, p. 61)

O associativismo dos imigrantes foi um pilar fundamental para a fixação e prosperidade das comunidades. Essas organizações não apenas propiciavam lazer e cultura, mas foram decisivas para o desenvolvimento econômico, social e produtivo, introduzindo o cooperativismo e o trabalho coletivo como formas de superação de dificuldades individuais.

Ao serem recrutados em sua pátria, os imigrantes foram seduzidos por promessas: passagem paga pelo governo imperial; concessão gratuita de um lote de terras de 400 braças; subsídio diário a cada colono de 160 réis, no primeiro ano e metade no segundo; certa quantia de bois, cavalos, sementes e ferramentas de trabalho. Ao chegarem à região que hoje é Vera Cruz, os imigrantes enfrentaram dificuldade que não estavam previstas: os lotes coloniais nem sempre estavam medidos, tendo que aguardar mais algum tempo; a divisão das terras causava brigas porque os agrimensores mediam apenas a frente e os limites laterais precisavam ser feitos pelos colonos; os subsídios prometidos não eram pagos como deveriam ser; os distribuidores dos gêneros logravam os beneficiados; dificuldade para construir as casas; nem todos sabiam fazer as roças e nem conheciam as sementes mais apropriadas e muito menos a época adequada para plantá-las (Dummer *et al.*, 2009, 29)

Para entender o contexto da formação econômica de Vera Cruz no âmbito da colonização da região central do estado, é fundamental levar em conta o isolamento e abandono no qual as famílias se encontravam nos primeiros anos após a difícil travessia. A homogeneidade cultural favorecia a formação de estruturas de apoio mútuo, em crédito, educação, saúde, religião e lazer, similares às existentes no país de origem, com os imigrantes trazendo alto apreço pela alfabetização que não era comum no Brasil.

Segundo levantamento feito pela Secretaria da Agricultura de São Paulo, entre 1908 e 1932, o índice de alfabetização dos imigrantes que entraram pelo porto de Santos foi: imigrantes alemães com 91% alfabetizados; japoneses

com 71%; portugueses com 51% e espanhóis com 46% [...] Schaden pesquisou um período mais longo, de 1908 a 1941, e os imigrantes alemães tinham uma porcentagem de 87% de alfabetizados, os japoneses, 73% e os espanhóis 28% (Kreutz, 2004, p. 47).

Para a organização dos núcleos rurais, conhecidos como linhas, um número de até 100 famílias precisava organizar um centro para a comunidade, com infraestrutura para artesanato, comercialização e atendimento religioso-escolar, que se iniciava pela construção de uma escola-capela comunitária. Era prevista a participação de todos os moradores na manutenção das instâncias coletivas, como cooperativa, associação, igreja e escola. Além disso, havia convocações anuais para mutirões na manutenção de estradas, reparo de pontes e conservação do cemitério.

Estas regiões de democratização do acesso ao solo pela agricultura familiar ganharam significativo peso econômico após os primeiros anos da economia de subsistência. A partir de 1860/70 surgem nestas regiões cidades produtivas, em contraste com as antigas cidades de colonização portuguesa no Pampa que tinham caráter militar-administrativo. Surgem novos pólos econômicos que geram a industrialização difusa da Metade Norte do estado, em oposição aos polos tradicionais vinculados à estagnada economia da pecuária extensiva.

A economia com base na agricultura familiar e no pequeno empreendimento comercial, conhecida como “economia colonial”, desempenha papel crescente nas exportações gaúchas a partir de 1880. Abastecia outras regiões do país com banha, feijão e fumo, que passam dos 8% do total exportado pelo estado em 1881, para 30% do valor exportado em 1896, gerando significativo crescimento econômico nas regiões da agricultura familiar.

Assim, nas cidades produtivas da agricultura familiar desenvolveu-se uma economia dinâmica, inovadora, baseada no comércio, que fomenta um sistema bancário e a formação de indústrias. Existem duas interpretações básicas, provavelmente complementares: a primeira sustenta que as origens das indústrias residem no desenvolvimento do artesanato familiar; a segunda considera o comércio nas áreas coloniais como o fator central, por acumular o capital necessário para investir na mecanização e na substituição do artesanato.

Um segundo censo das sociedades comunitárias em Vera Cruz, realizado em 2007, registrou a longevidade das mesmas. O Quadro 2 registra a longevidade e a sustentabilidade de associações rurais que promovem o espírito comunitário há mais de um século.

Quadro 2 – Sociedades comunitárias ativas em Vera Cruz (2007)

Sede	Denominação	Membros	Fundação	Ativo
Linha Dona Josefa	Sociedade Bolão União (Tiro)	92	s.d.	s.d.
Linha Dona Josefa	Sociedade de Atiradores Dona Josefa	s.d.	1890	117 anos
Linha Andreas	Sociedade Lanceiros Mista Unidos Venceremos	68	1897	110 anos
Centro	Sociedade de Damas Vitória Thereza	150	1910	97 anos
Linha Dona Josefa	Sociedade de Damas Primavera Augusta Vitória	104	1910	97 anos
Linha Andreas	Sociedade Lanceiros Progressista	42	1911	96 anos
Linha Andreas	Sociedade de Damas Violeta	60	1925	82 anos
Lina Capão	Sociedade de Damas Primavera	50	1929	78 anos
Vila Progresso	Sociedade de Damas Sempre Viva	60	1930	77 anos
Linha Ferraz	Sociedade de Damas Ideal	60	1950	57 anos
Linha Dona Josefa	Sociedade Mista Sempre Avante	52	1961	46 anos
Linha Andreas	Sociedade de Bolão Mista	90	1972	35 anos
Linha Dona Josefa	Sociedade de Damas Rosa Branca	62	1984	23 anos
Linha Andreas	Sociedade de Damas Beija-Flor	115	1994	13 anos
Vila Progresso	Sociedade Mista Quinze de Maio	65	1994	13 anos
Linha Sítio	Sociedade Mista Unidos	85	1994	13 anos
Linha Ferraz	Sociedade Mista Rainha do Mar	115	1995	12 anos
Linha Henrique Dávila	Sociedade de Damas Mista Renascer	186	1996	11 anos
Linha Ferraz	Sociedade Mista Laços de Amizade	70	1999	8 anos
Entre Rios	Sociedade Mista Unidos	45	2002	5 anos

Fonte: adaptado de Piovesan e Schuch (2007)

Além da relevância do associativismo de cultura e lazer, o município conta com histórico de valorização da ação coletiva em cooperativas. Estão ativas com sede no município a Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Vera Cruz (Coopervec) e a Cooperativa Agrícola Progresso (Coaprol) com sede na linha Progresso. Além disso, estão presentes em Vera Cruz com associados e/ou agências locais as cooperativas:

- Sicredi - primeira instituição financeira cooperativa do Brasil, com mais de 120 anos de atuação no estado;
- Sicoob - Sistema de Cooperativas Financeiras do Brasil, o maior sistema cooperativo financeiro do país;
- Cresol - confederação que representa institucionalmente o Sistema Cresol, formada por três centrais de crédito na Região Sul;
- Origem Camponesa - cooperativa vinculada ao Movimento dos Pequenos Agricultores atua na agroecologia, fornecendo sementes crioulas e insumos biológicos para a agricultura familiar;
- Ecovale - Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas, especializada na produção e comercialização de alimentos orgânicos;
- Dalia - Cooperativa Dália Alimentos, produtora e comercializadora com destaque para carne suína, frangos e laticínios;
- Cotrijal - Cooperativa Agropecuária e Industrial, a maior cooperativa agropecuária do estado com recebimento de grãos (soja, milho, trigo);
- Coohaf - Cooperativa Habitacional da Agricultura Familiar, criada pelos sindicatos de trabalhadores rurais viabiliza a construção, reforma e melhoria de moradias para agricultores familiares.

O cooperativismo amplia a capacidade de resiliência ao unir produtores e consumidores ao superar crises econômicas e climáticas, focando no desenvolvimento local e no bem-estar dos associados.

REFERÊNCIAS

- DUMMER, C.; BARTH, M.; SILVEIRA, M.; SKOLAUDE, M. **Vera Cruz: tempo, terra e gente**. Edição dos autores. Vera Cruz: LupaGraf, 2009. Disponível em: <https://celestedummer.com.br/vera-cruz-tempo-terra-e-gente/> Acesso em: 31 ju
- KRAUSE, S. **Migrantes do tempo: vida econômica, política e religiosa de uma comunidade de imigrantes alemães na República Velha**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2002.
- KREUTZ, L. Sugestiva articulação entre escola, família e comunidade. In: Cunha, L. (org.) **Cultura alemã em 180 anos**. Comissão de Comemoração dos 180 Anos de Imigração. Porto Alegre: Nova Prova, 2004, p. 45-53.
- MÜLLER, A. Como era Santa Cruz em 1855? In: Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras, 4º em 2000 e 5º em 2001. **Anais**, Lajeado, 2001, p. 125-128.
- PEREIRA, J. Memória, identidade e etnicidade: colonização e cooperativismo na Região Noroeste do RS. **Historiæ**, Rio Grande, v. 12, n. 2, p. 198-213, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/> Acesso em: 28 jul. 2026
- PIOVESAN, A.; SCHUCH, H. **Sociedades alemãs: a cultura através dos tempos**. Porto Alegre: Assembleia Legislativa; Corag, 2007.

3.2 VERA CRUZ NA COORDENAÇÃO REGIONAL DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS¹¹

Durante as festas de casamento de Napoleão em Paris, em 1810, um incêndio destruiu em minutos o salão de baile construído em madeira ao lado da embaixada da Áustria, matando ou ferindo nobres e autoridades de vários países. Enfurecido com a ineficiência da brigada de incêndio formada por militares, Napoleão ordenou a criação de um corpo de bombeiros voluntários, capacitados e organizados em hierarquia militar.

Esta experiência se espalhou pela Europa durante aquele século e, até hoje em dia, em diversos países os bombeiros voluntários prestam a maioria dos serviços de emergência, como Áustria, Polônia, Holanda, norte da Itália e Canadá. Na Alemanha, de 2.054 municípios apenas as 100 cidades de maior porte têm corpo de bombeiro profissional.

Nestes países, apenas serviços especiais, como paramédicos ou mecânicos dos caminhões, são profissionalizados. O voluntariado do corpo de bombeiros passou a ser uma tradição familiar, passada entre as gerações. Os agrupamentos nas pequenas cidades e vilas rurais da Europa executam treinamentos e simulações diversas vezes ao ano, além de conduzirem festas e celebrações para arrecadar fundos que integram o calendário cultural local.

Imigrantes trouxeram esta experiência para a América, assim, em países como Chile e Paraguai, todas unidades de bombeiros são formadas por voluntários. Na Argentina, imigrantes italianos criaram o primeiro corpo de bombeiros voluntários em 1884. No Brasil, imigrantes alemães criaram o primeiro agrupamento de bombeiros voluntários na cidade de Joinville, Santa Catarina, em 1892, que permanece funcionando até hoje.

Formação do núcleo inicial em Vera Cruz

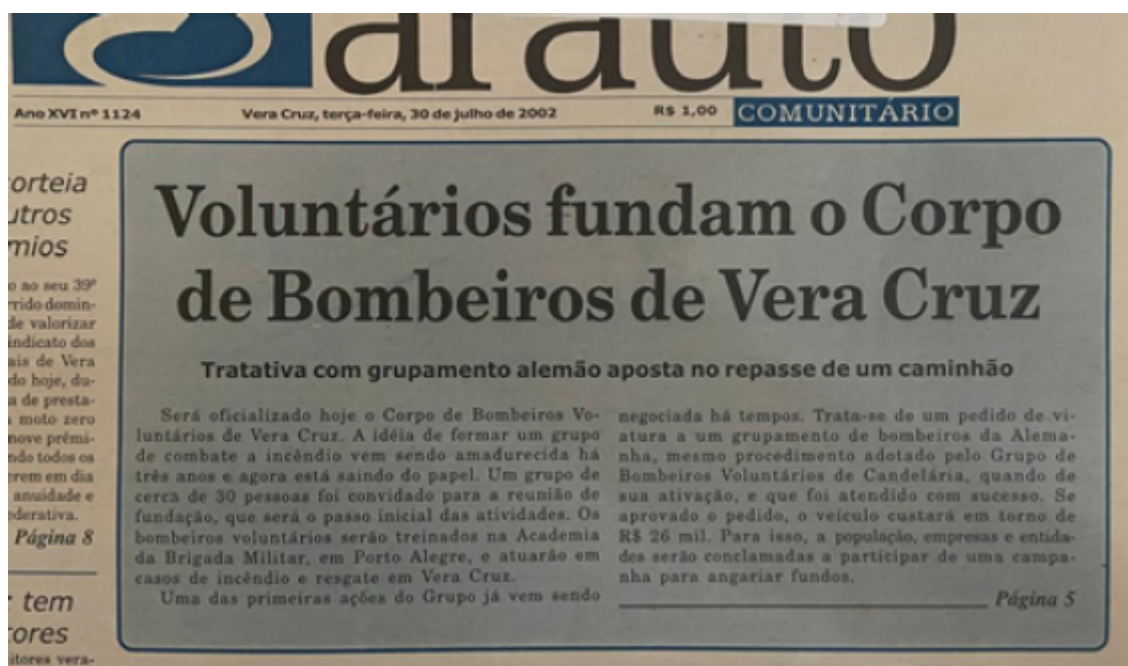
Frente aos frequentes incêndios das estufas de secagem do fumo nas propriedades rurais no município de Candelária, e a ausência de um agrupamento de bombeiros local, nos anos 1990, o Sr. Breno Rocha auxiliava as famílias vo-

¹¹ Autor: Markus Erwin Brose

luntariamente com seu jipe e reboque com pipa de água. Por motivo da visita de um viajante alemão à cidade, em 1995, foi divulgada a informação de que grupamentos de bombeiros da Alemanha doavam caminhões usados após reforma do veículo. Através da mobilização de moradores locais a Prefeitura apoiou a submissão do pedido de doação de um caminhão de bombeiro, que chegou à cidade em 1998. No mesmo ano foi criada a associação do corpo de bombeiros voluntários, notícia que foi divulgada na imprensa estadual.

Em Vera Cruz, o empresário Sr. Sergio Brandt teve conhecimento da notícia e contatou amigos em Candelária para mais informações. Em 1999, foi convidado pelo coordenador dos bombeiros de Candelária para visitar o município após incêndio residencial e conhecer o trabalho operacional. Motivado pela visita, o Sr. Brandt, que conhecia o advogado que redigiu os estatutos e a legislação municipal para o grupamento de voluntários em Candelária, solicitou apoio na formação de um grupo em Vera Cruz.

Figura 27 – Divulgação no jornal Arauto Comunitário (2002)



Fonte: Arquivo Sr. Brandt

A importação dos caminhões de bombeiros usados para o interior do estado era assessorada pelo Cônsul Honorário da Alemanha, residente em Ijuí. Durante sua visita à vizinha cidade de Sobradinho para entrega de um caminhão, em 2002, ele recebeu o pedido de delegação de Vera Cruz e incluiu o município na

lista de espera. Ainda no mesmo ano veio a notícia de que havia um caminhão com 2.800 litros de capacidade reformado à disposição de Vera Cruz.

Foi organizada uma comissão em Vera Cruz com apoio da Associação Comercial para campanha de doações na comunidade dos 12 mil dólares americanos necessários para pagar os custos da Receita Federal e armazenamento no porto de Rio Grande para liberação da importação. O transporte marítimo levou 30 dias e, em novembro de 2002, o caminhão chegou ao porto de Rio Grande.

Figura 28 – Imagem do caminhão liberado no porto de Rio Grande (2004)



Fonte: Arquivo Sr. Brandt

O desafio foi liberar o caminhão na Receita Federal, o que ocorreu no final de 2004 após intervenção do Procurador Geral da República lotado na comarca de Santa Cruz do Sul. Enquanto isso, a associação divulgou a notícia na imprensa local e logrou reunir 15 jovens, alugando um galpão em Vera Cruz como sede. Foram realizadas capacitações e simulações com mangueiras e equipamentos coletados em doações, além de primeiros apoios pela Prefeitura.

Após revisão mecânica do caminhão, o primeiro atendimento foi realizado na virada do ano para 2005, quando fogos de artifício incendiaram o depósito da madeireira Schmitt no centro da cidade. Através da mobilização de doações

pela comunidade foi possível a aquisição de outro caminhão de fabricação nacional com capacidade de 7 mil litros através do orçamento participativo estadual. Ainda em 2005, a Prefeitura articulou com o governo estadual a criação de uma brigada de bombeiros profissional em Vera Cruz. Foram enviados três bombeiros militares que passaram a trabalhar também nas instalações existentes, formando um destacamento misto.

Consolidação e expansão regional

O corpo de bombeiros de Vera Cruz passou a funcionar em rodízio 24h do dia, mediante escala realizada com o tempo livre dos adultos aposentados e o turno inverso da escola dos jovens. Além disso, receberam reforço dos quatro policiais militares do destacamento municipal que auxiliavam nas horas vagas.

O maior número de atendimentos ocorriam no final da safra do fumo, no final do verão e no outono, quando as estufas de secagem das folhas do fumo se incendiavam, colocando também em risco a residência próxima e o estoque de fumo da família. No primeiro ano, ao longo de 60 dias, foram atendidos 35 incêndios em estufas, pois 2005 foi um ano atípico com longa estiagem. Em alguns dias foram até três atendimentos no mesmo dia. Ao todo foram 530 atendimentos naquele ano, incluindo residências, fogo em mata e distribuição de água na zona rural.

A partir de 2007 o Sr. Brandt foi nomeado coordenador regional pela Federação Estadual dos Bombeiros Voluntários do RS (Voluntersul), que conta com mais de 50 associados e sede no município de São Sebastião do Caí. Ele passou a visitar os pequenos municípios da região e, em diálogo com as Prefeituras, incentivou a criação de associações locais. Ao longo dos anos foram criados corpos de bombeiros voluntários nos municípios de: Passo do Sobrado, Agudo, Paraíso do Sul, Faxinal do Soturno, Butiá, Arroio do Tigre, chegando até Eldorado do Sul na Região Metropolitana.

Pelo alto custo e a demora na liberação dos caminhões doados, países como o Canadá e a Alemanha não doam mais veículos ao Brasil, direcionando suas doações para países como Argentina e Chile que tem uma burocracia simplificada e permitem o ingresso de viaturas com agilidade. Assim, a busca por viaturas

no Brasil passou a se concentrar em veículos apreendidos pela Receita Federal, que inicialmente eram doados, hoje são leiloados.

Hoje em dia a Voluntersul mantém escola com material didático próprio, para formação de bombeiros voluntários em São Sebastião do Caí. Após as inundações históricas de maio de 2024, com forte atuação dos bombeiros voluntários, o orçamento estadual de 2025 incluiu pela primeira vez recursos para fomento dos corpos de bombeiros voluntários no estado.

REFERÊNCIAS

BALDISSARELLI, J.; OLIVEIRA, A.; BERNARDY, T. Fatores motivacionais e permanência no voluntariado: a experiência de bombeiros voluntários em Caçador/SC. **Revista Navus**, Florianópolis, v. 16, p. 1-18, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.22279/navus.v16.2136> Acesso em: 27 jul. 2026

BOMBEIROS CANDELÁRIA. Desde 1995 prestando serviços à comunidade. **Candelária**, [s.d]. Disponível em: <https://www.bombeiroscandelaria.com.br> Acesso em: 2 abr. 2026.

MUSEU NACIONAL DOS BOMBEIROS. **Atas históricas do corpo de bombeiros voluntários de Joinville** (1892 a 1938). Tradução Helena Richlin. Ebook. Joinville: Associação Corpo de Bombeiros Voluntários, 2018. Disponível em: <https://www.cbvj.org.br/> Acesso em: 27 jul. 2026

VALLE, F. **Bombeiros voluntários**: novas formas de provisão e de gestão dos serviços de proteção contra sinistros no RS. Dissertação (Mestrado) – Administração Pública. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bit> Acesso em: 27 jul. 2026

3.3 HOSPITAL VERA CRUZ: UM PEQUENO HOSPITAL RESILIENTE¹²

Um Hospital de Pequeno Porte (HPP) é uma unidade de saúde com capacidade instalada entre 5 e 50 leitos. São essenciais para atenção básica e urgências de baixa complexidade em pequenos municípios e áreas rurais, atuando na assistência médica a curta distância dos pacientes que vivem de forma espaçada no território.

No meio rural os HPP filantrópicos representam um alto estoque de capital simbólico e político investido pela comunidade para a construção dos prédios e a manutenção descentralizada dos serviços de saúde. Os hospitais locais constituem objeto de orgulho, integram a identidade regional e, mesmo com dificuldades financeiras, os cidadãos e seus representantes políticos não abrem mão de custeá-los, ampliá-los e mantê-los com os meios que dispõem.

A capacidade de resiliência de HPP em casos de desastre detém papel fundamental para manter os cuidados de saúde essenciais à comunidade local. Eles estão na linha de frente na resposta à mudança climática e sua qualificação constitui um componente crítico da gestão de riscos, conforme reconhecido por diretrizes internacionais, tanto da Organização Mundial da Saúde, como do Marco de Sendai para Redução de Riscos e Desastres 2015-2030.

Origem histórica

Para compreender as origens do HPP de Vera Cruz, mantido por uma fundação filantrópica, é necessário retornar às primeiras iniciativas de organização da assistência médica na antiga localidade de Vila Teresa, atual município de Vera Cruz. Em 1927, o médico Dr. Jacob Blész emigrou da Hungria para estabelecer residência em Vila Teresa. Logo após sua chegada, também se estabeleceram na localidade sua mãe, Ilona Hauser, e seu padraсто, Jacob Hauser, que atuava como construtor na Hungria.

Ainda no mesmo ano, o Dr. Blész e seu padraсто iniciaram o planejamento e a construção de uma estrutura hospitalar de três pavimentos destinada ao atendimento da população local, denominado “Hospital Villa Thereza”. O projeto

¹² Autores: Mânnon Dalize Regert Müller e Markus Erwin Brose

foi viabilizado em caráter privado pela família Blész, embora a memória local registre que algumas lideranças comunitárias de Vila Teresa também tenham contribuído ao processo de construção e organização da instituição.

Figura 29 – Imagem do hospital após inauguração (década de 1930)



Fonte: Acervo pessoal da família Blész

A obra do prédio hospitalar levou aproximadamente quatro anos para ser concluída. Conforme relatos históricos, o hospital foi aberto à comunidade em 1º de fevereiro de 1931, data que coincidiu com o nascimento de Arpad Ludwig Blész, filho do médico fundador. Em entrevista à equipe de gestão do estabelecimento, em 2008, o Sr. Arpad recuperou as informações sobre a história do hospital.

O Hospital Villa Thereza permaneceu em funcionamento entre os anos de 1931 e 1942, oferecendo atendimento médico à população local em um período em que os serviços de saúde eram escassos no interior do estado. Entretanto, entre 1942 e 1945, o hospital permaneceu fechado em razão dos conflitos da Segunda Guerra Mundial. Durante esse período a família do Dr. Blész precisou se refugiar devido à sua condição de imigrante com conhecimento da língua alemã.

Em 1946, o hospital retomou suas atividades. Nos dois primeiros anos após a reabertura, diversos procedimentos ambulatoriais eram realizados por freiras que residiam no porão da própria casa de saúde. Os atendimentos realizados naquela época ocorriam em caráter particular, pois não existiam convênios médicos, previdência pública ou planos assistenciais. Após o falecimento do Dr. Blész o hospital acabou por encerrar suas atividades em 1996.

A crise de 1996 e a mobilização comunitária

O cenário da saúde pública em Vera Cruz preocupava não apenas a comunidade, mas também a gestão municipal, e a Prefeitura decretou estado de emergência no município. Houve uma série de reuniões, articulações e contatos pelas lideranças políticas e empresariais locais no intuito de encontrar uma solução para a reativação do hospital.

Em fevereiro de 1997, os moradores do município foram convidados pela Prefeitura para uma assembleia para discutir os rumos do hospital. Foi aprovada a compra do prédio mediante compromisso de antecipação do IPTU por dois anos pelas famílias e empresas para quitar as primeiras parcelas. As negociações com a família Blész avançaram e o valor de R\$631 mil foi quitado até o ano de 2003.

Em agosto de 1997 ocorreu a reinauguração do hospital, agora denominado Hospital Vera Cruz. O prédio foi cedido pela Prefeitura em regime de comodato à nova entidade filantrópica, registrada em abril daquele ano, a Fundação de Saúde Dr. Jacob Blész. Sua criação representou um passo importante para a consolidação institucional do hospital, pois possibilitou estruturar juridicamente a gestão da instituição, estabelecer convênios com o Sistema Único de Saúde e articular diferentes fontes de financiamento para a manutenção das atividades hospitalares.

Em sua composição inicial a fundação foi constituída por quinze entidades representativas da comunidade de Vera Cruz. Cada entidade, social ou empresarial, possuía um representante que participava das atividades do conselho gestor de forma voluntária, demonstrando o comprometimento das lideranças locais com a manutenção da instituição hospitalar.

Nos primeiros anos de funcionamento, o hospital contava com 36 leitos de internação clínica, uma sala cirúrgica e plantão noturno para atendimentos de ur-

gência. Com o passar do tempo, a estrutura hospitalar foi sendo ampliada e adaptada às demandas da população e às mudanças nas políticas públicas de saúde.

Figura 30 – Imagem da estrutura atual do Hospital Vera Cruz (2025)



Fonte: Mídias sociais Youtube, Grupo PróVida/Hospital Vera Cruz

Atualmente, o hospital conta com 50 leitos de internação distribuídos entre clínica médica, clínica cirúrgica, obstetrícia e pediatria. A instituição mantém também um serviço de pronto atendimento que funciona 24 horas por dia para casos de urgência e emergência. Oferece ainda diversos serviços diagnósticos e terapêuticos, incluindo exames de radiologia, ecografia, tomografia, endoscopia digestiva e colonoscopia, além de exames laboratoriais e serviços de fisioterapia, hemoterapia, dietoterapia e acompanhamento nutricional. A instituição também dispõe de duas salas cirúrgicas e estrutura de hotelaria hospitalar qualificada.

O corpo clínico é composto por 74 médicos de diferentes especialidades e uma equipe multidisciplinar formada por 84 colaboradores. Ao longo dos anos, a instituição ampliou sua capacidade de atendimento e passou a desempenhar papel relevante na rede regional de saúde, atuando como porta de entrada para atendimentos de urgência e emergência do SUS e também como referência em leitos de retaguarda clínica para o serviço de saúde estadual.

A crise de 2018 e os desafios institucionais

Assim como ocorre com muitos hospitais comunitários, o Hospital Vera Cruz também enfrentou desafios relacionados à sustentabilidade financeira e à gestão institucional ao longo de sua trajetória. Durante a década de 2010, a instituição enfrentou dificuldades decorrentes da defasagem dos valores pagos pelo SUS em relação aos custos reais dos serviços hospitalares, além do aumento das despesas operacionais e da necessidade de manutenção de equipes médicas especializadas.

Como parte de uma reorganização administrativa, em 2018 foi estabelecida parceria para a gestão hospitalar com o Hospital Ana Nery, localizado no município vizinho de Santa Cruz do Sul. A parceria teve como objetivo aprimorar os processos de gestão, reorganizar a administração financeira e acessar novas fontes de financiamento. Após o período de readequações, em 2020, a Fundação Dr. Jacob Blész retomou a gestão do hospital.

A superação no desastre de 2024

Em 30 de abril de 2024, a direção do hospital recebeu telefonema pela Defesa Civil estadual de que deveria preparar até 50 leitos para receber os casos mais graves de pessoas resgatadas das inundações dos rios Pardo e Pardinho e que atingiu municípios da região, como Sinimbu, Candelária e Vale do Sol. A instituição mobilizou sua equipe para atender as pessoas que chegavam em estado crítico, idosos e crianças que chegaram em condições de vulnerabilidade, muitos deles com sinais de hipotermia e roupas molhadas.

Mesmo diante das dificuldades impostas pela inundação que deixou parte dos funcionários ilhados em suas residências, até impossibilitados de chegar ao hospital, médicos, enfermeiros e técnicos se organizaram em uma força-tarefa emergencial. Voluntários também se somaram auxiliando na triagem, na distribuição de roupas secas e na oferta de alimentação. A solidariedade da comunidade foi decisiva: doações de roupas, cobertores e alimentos chegaram ao hospital, permitindo que os pacientes fossem aquecidos e alimentados após o resgate.

Mais de vinte pessoas foram atendidas no primeiro dia, vindas principalmente de Sinimbu e Candelária. Diversas pessoas foram resgatadas carregando seus animais de estimação, que tiveram que ser abrigados em recinto separado nos fundos do hospital. Após a estabilização, os pacientes foram encaminhados ao ginásio municipal que serviu como espaço de acolhimento coletivo. O Exército teve papel essencial, realizando resgates aéreos e encaminhando os casos mais graves para o hospital nos primeiros dias de maio.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. Hospital completa 25 anos, celebra sua história e projeta o futuro. **Portal Arauto**, 30 ago. 2022. Disponível em: <https://portalarauto.com.br> Acesso em: 13 abr. 2026.

CARDOSO, R.; DE OLIVEIRA, A. Hospitais seguros em desastres: demandas e tecnologias voltadas à redução de riscos. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 44, especial, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042020E206> Acesso em: 28 jul. 2026

CONASS-Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Diretrizes para a reorganização dos hospitais de pequeno porte**: proposta do CONASS. Nota Técnica 12/2014. Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.conass.org.br/> Acesso em: 31 jul. 2026

COSTA, M.; SALES, R. Avaliação de política pública para hospitais de pequeno porte: um referencial para a efetividade. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v23n2p771-785>. Acesso em: 28 jul. 2026

FUNDAÇÃO DE SAÚDE DR. JACOB BLÉSZ. **Hospital Vera Cruz**: serviços e informações institucionais. [s.d.] Disponível em: <https://hvcrs.com.br>. Acesso em: 9 mar. 2026.

PORTAL ARAUTO. Hospital Vera Cruz acolhe vítimas da enchente da região. **Notícias**. Vera Cruz, 30 de abril de 2024. Disponível em: <https://portalarauto.com.br/> Acesso em: 16 mar. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Saúde. Hospital de Vera Cruz renova contrato de prestação de serviços pelo SUS. **Notícias**, 18 de setembro de 2014. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br>. Acesso em: 9 mar. 2026.

VERA CRUZ. Prefeitura Municipal. Fundação volta a gerir o Hospital Vera Cruz. **Notícias**, 09 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.veracruz.rs.gov.br/> Acesso em: 9 mar. 2026.

3.4 CAPITAL DAS GINCANAS: CULTURA, MEMÓRIA COLETIVA E IDENTIDADE¹³

As competições esportivas podem ser catalisadores importantes para a formação de capital social na comunidade, promovendo a integração, a confiança mútua e a solidariedade. Mais do que simples competições recreativas, permitem a diferentes gerações construírem vínculos, redes e pontes entre diferentes grupos sociais, fortalecendo valores como respeito, cooperação e o cumprimento de regras coletivas.

A participação em times, ou a torcida compartilhada, podem contribuir para a identidade grupal, fortalecendo a coesão comunitária. As competições exigem que indivíduos atuem em prol de um objetivo comum ao grupo, desenvolvendo confiança interpessoal. Competições esportivas podem atuar como ferramentas de inclusão social, compartilhando noções de cidadania.

Os conceitos de vínculos, confiança e capital social formam a base fundamental para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 16: “Paz, Justiça e Instituições Eficazes”, bem como o ODS 17: “Parcerias e Meios de Implementação”. O capital social refere-se à rede de relacionamentos, normas de reciprocidade e confiança que unem indivíduos e organizações. Sem esse capital, a colaboração efetiva entre sociedade, setor privado e governo torna-se muito frágil.

A confiança constitui o alicerce do capital social. Níveis elevados de confiança interpessoal e institucional reduzem custos de transação e facilitam a formulação de políticas públicas inclusivas. Vínculos são as pontes que conectam diferentes grupos (vínculos de ligação) ou pessoas com diferentes níveis de poder (vínculos de ponte/hierarquia). Fortalecer esses laços permite a troca de conhecimento, recursos e tecnologias necessários para a Agenda 2030.

A Gincana de Vera Cruz: cultura, identidade e capital social

Historicamente, as gincanas surgiram no município como atividades voltadas ao entretenimento e à integração comunitária, porém, ao longo das décadas, passaram a assumir papel significativo na construção da identidade

¹³ Autoras: Manôn Dalize Regert Müller e Débora Leonhardt da Silva

local. Em diversas cidades gaúchas as equipes tornam-se verdadeiras organizações sociais permanentes, mobilizando famílias inteiras, grupos de amigos, escolas, empresas e associações comunitárias.

As tarefas envolvem arrecadações solidárias, provas culturais, apresentações artísticas, desfiles temáticos, desafios de conhecimento e ações de impacto social, demonstrando a capacidade organizativa dessas comunidades. Além disso, esses eventos movimentam significativamente a economia local, estimulando setores como alimentação, hotelaria e serviços.

A Gincana de Vera Cruz é reconhecida como o maior evento comunitário do município e uma das mais expressivas manifestações culturais da região. Realizada anualmente, no final de maio e início de junho, por ocasião dos festejos do aniversário do município, a competição mobiliza milhares de pessoas, envolvendo empresas, poder público e sociedade civil.

Sua origem remonta a 1969, quando o município celebrava seu décimo aniversário de emancipação política. Na ocasião, foi organizada uma gincana automobilística, reunindo doze casais em provas de habilidade e resistência. O sucesso da iniciativa levou à repetição do evento em 1974 e em 1979, consolidando o gosto da comunidade pela prática competitiva e festiva.

Figura 31 - Registro da Gincana Automobilística inicial (1969)



Fonte: Portal Arauto, 2026

Nos anos 1980, a Juventude Católica organizou a chamada Gincana da Integração, realizada entre 1982 e 1986, incorporando provas esportivas e culturais. Essa fase ampliou o caráter participativo do evento e aproximou diferentes gerações em torno da cultura comunitária. O marco definitivo ocorreu em 1989, quando a Prefeitura assumiu oficialmente a organização da gincana como parte

das festividades de emancipação de 30 anos do município. A partir desse momento, o evento passou a ocorrer anualmente. Neste ano, de 1989, foram oficializadas a Tarefa Show, o Desfile, e o Enigma, que continuam até hoje. A institucionalização garantiu continuidade, maior estrutura e visibilidade regional.

Durante os anos 1990, a gincana cresceu em número de equipes e público, tornando-se cada vez mais complexa e diversificada. Foi nesse período que se consolidaram as tarefas artísticas, os desfiles temáticos e as provas de grande mobilização coletiva, considerados atualmente o ponto alto do evento. Tradicionalmente, os temas são entregues às equipes na sexta-feira à noite e, em menos de 48 horas, os participantes precisam produzir carros alegóricos, fantasias, encenações, trilhas sonoras e coreografias completas para apresentação no sábado e no domingo.

Além dos desfiles, uma das provas mais emblemáticas da competição é a tarefa enigmática, conhecida popularmente apenas como “enigma”. Considerada por muitos participantes como o auge da gincana, essa prova mobiliza centenas de integrantes simultaneamente em buscas por pistas e soluções espalhadas pelo município e pela região. A tarefa exige conhecimentos sobre história local, cultura regional, geografia, literatura, música, cinema e atualidades, além de raciocínio lógico, rapidez e intensa articulação coletiva. Durante a madrugada, é comum observar intensa movimentação pelas ruas de Vera Cruz em razão da tarefa enigmática.

O título “Capital das Gincanas” foi oficializado pela Lei Municipal nº 5.669, de 2023. A legislação reconhece a Gincana Municipal como evento de relevante interesse público, cultural, esportivo, turístico e econômico do município. A força simbólica da gincana levou à criação do mascote oficial: “Gino, o Gincaneiro”. Em 2011, Vera Cruz conquistou reconhecimento internacional ao ser registrado no *Guinness World Records* com a realização da maior *polonaise* do mundo. A tradicional dança reuniu aproximadamente 320 participantes no centro do município, superando o recorde anterior registrado em Londres. A conquista ocorreu durante a programação da Gincana Municipal e simbolizou a forte capacidade de mobilização comunitária presente em Vera Cruz.

Figura 32 – Imagens do desfile e finalização na caixa d'água (2026)



Fonte: Mídia social do perfil oficial da Gincana de Vera Cruz, 2026

As equipes constituem o principal elemento organizador da gincana e representam a essência da cultura gincaneira do município. Muito mais do que grupos competitivos, elas funcionam como comunidades afetivas e redes sociais permanentes, reunindo famílias, amigos e diferentes gerações em torno da construção coletiva da gincana. Atualmente participam da competição as cinco equipes Kabonghi, Selvagens, Xiruz, Largados e Tigers. Cada uma possui identidade própria, símbolos, mascotes, gritos de guerra e formas específicas de organização comunitária. Ao longo do ano, os integrantes mantêm atividades internas, promovem eventos que ultrapassam o período oficial da gincana.

Figura 33 - Mascote Gino Gincaneiro (2026)



Fonte: Mídia social do perfil oficial da Gincana de Vera Cruz, 2026

Em 2025, as equipes oficializaram a criação da Associação da Liga das Equipes de Gincana de Vera Cruz. A iniciativa tem como principal objetivo fortalecer a organização do evento, ampliar a representatividade das equipes e contribuir para a preservação da tradição cultural da gincana no município. No ano de 2026, o desfile reuniu cerca de 10 mil pessoas.

REFERÊNCIAS

G1. Vera Cruz entra para o Guinness com maior polonaise do mundo. Curitiba, 27 de dezembro de 2011. **G1 RS**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/>. Acesso em: 31 jul. 2026.

PORTAL GAZ. **Equipes criam Associação da Liga das Equipes de Gincana de Vera Cruz**. portal gaz Santa Cruz do Sul, 06 de março de 2025. Disponível em: <https://www.gaz.com.br/> Acesso em: 03 maio 2026.

JORNAL ARAUTO. **30 anos de uma história que vai além da Gincana**. Vera Cruz, 08 de março de 2019.

PORTAL ARAUTO. **Desfile da Gincana vai evidenciar a magia dos parques de diversão**. Vera Cruz, 31 de maio de 2025. Disponível em: <https://portalarauto.com.br/> Acesso em: 21 abr. 2026.

PORTAL ARAUTO. **Gincaneiros criam Associação da Liga das Equipes de Gincana de Vera Cruz**. Vera Cruz, 06 de março de 2025. Disponível em: <https://portalarauto.com.br/> Acesso em: 28 jul. 2026.

PORTAL ARAUTO. **Vídeo: equipes levaram beleza e animação às ruas de Vera Cruz**. Santa Cruz do Sul, 01 de junho de. 2025. Disponível em: <https://portalarauto.com.br/>. Acesso em: 15 maio 2026.

PORTAL ARAUTO. **Vida Gincaneira: do nascimento à morte ou à vida eterna?** Santa Cruz do Sul, 01 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://portalarauto.com.br/>. Acesso em: 25 abr. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ. **Vera Cruz: a Capital das Gincanas**. Vera Cruz, 02 de março de 2023. Disponível em: <https://www.veracruz.rs.gov.br/>. Acesso em: 18 abr. 2026.

3.5 PRÊMIO BRASIL SEM FOME: PRIORIDADE À SEGURANÇA ALIMENTAR¹⁴

Segurança alimentar é o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e saudáveis, sem comprometer outras necessidades essenciais. Ela engloba quatro pilares principais: disponibilidade (produção), acesso (econômico/físico), utilização (nutrição) e estabilidade do fornecimento.

O clima, por sua vez, é o insumo invisível da agricultura. Os efeitos das mudanças climáticas previstos para as próximas décadas colocarão a agricultura sob pressão. Alterações no regime de chuvas, longos períodos de seca, ondas de calor e eventos extremos vão afetar, ao mesmo tempo, a produtividade das lavouras, a qualidade dos alimentos colhidos e a cadeia que os leva ao consumidor. Esse desafio se intensifica porque a demanda por alimentos cresce, enquanto as condições climáticas tendem a restringir a oferta.

O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 2: “Fome Zero e Agricultura Sustentável” estabelece as metas de erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável até 2030. Ele busca garantir o acesso a alimentos nutritivos e suficientes para todos, especialmente os grupos vulneráveis.

A iniciativa municipal

O Programa Alimenta Vera Cruz (PAVEC) surgiu como uma iniciativa central para a promoção da segurança alimentar no município. O programa disponibiliza cerca de R\$100.000,00 anuais para os produtores vinculados à Cooperativa dos Produtores Rurais de Vera Cruz (COOPERVEC). O PAVEC se destaca pela articulação entre assistência social, agricultura familiar e políticas públicas intersetoriais. O programa possui duas finalidades centrais: promover o acesso à alimentação adequada para pessoas em situação de vulnerabilidade social; e incentivar diretamente a produção da agricultura familiar, atendendo à prioridade da gestão municipal em valorizar a população rural.

¹⁴ Autores: Manôn Dalize Regert Müller e Markus Erwin Brose

Esse investimento público fortalece a agricultura familiar local, garantindo mercado para os produtores e promovendo a circulação de renda no município. Ao mesmo tempo, os alimentos adquiridos são destinados a famílias em situação de vulnerabilidade social, criando um ciclo virtuoso que articula produção, distribuição e consumo de forma integrada. As cestas básicas distribuídas mensalmente às famílias em situação de vulnerabilidade social são compostas por alimentos variados, priorizando produtos frescos e minimamente processados oriundos da agricultura familiar, garantindo qualidade nutricional e diversidade alimentar.

As cestas distribuídas possuem variedade de alimentos, contendo entre 30 e 35 itens diferentes, incluindo frutas, legumes, verduras, panificados, proteínas como ovos e linguiça, além de geleias e conservas. Um diferencial importante do programa é a forma de organização das cestas. As cerca de 500 famílias cadastradas participam de encontros no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), onde, além de levarem seus documentos para atualização e as sacolas, também recebem orientações nutricionais. Nessas ocasiões, são abordados temas como aproveitamento integral dos alimentos, conservação e preparo adequado, além de oficinas de culinária.

Assim, as próprias famílias têm participação ativa na composição das cestas, podendo escolher entre itens previamente definidos, o que contribui para a autonomia e a adequação às suas realidades alimentares. A operacionalização do programa envolve critérios rigorosos. O número de cestas é limitado, variando entre 100 e 120 por mês, sendo distribuídas em forma de rodízio entre as famílias.

Existe uma lista de espera, e a seleção é realizada com base em critérios sociais claramente definidos. O encaminhamento é realizado pelo CRAS, considerando critérios como: renda familiar, situações de vulnerabilidade social, famílias chefiadas por mulheres, presença de crianças, idosos e pessoas em situação de agravamento de saúde. O processo de identificação das famílias em situação de vulnerabilidade ocorre por meio da atuação integrada da Secretaria de Assistência Social com os agentes comunitários de saúde, especialmente através do programa Primeira Infância Melhor. Essas equipes identificam situações de vulnerabilidade durante visitas domiciliares, tanto na área urbana quanto periurbana.

Segundo dados do Cadastro Único do município, atualizados em abril de 2026, Vera Cruz possui 3.498 famílias cadastradas, sendo 1.156 famílias em situação de pobreza. Além disso, 1.215 famílias encontram-se em lista de espera e/ou já receberam cestas de alimentos por meio do programa, demonstrando a amplitude e a relevância social da iniciativa no contexto municipal.

Além dos recursos municipais, o PAVEC também se beneficia de aportes provenientes de programas estaduais e federais de alimentação. Essa articulação demonstra a capacidade da Prefeitura em acessar políticas públicas mais amplas e adaptá-las à sua realidade, ampliando significativamente o impacto das ações desenvolvidas.

Reconhecimento nacional

O Prêmio Brasil Sem Fome foi instituído pelo governo federal em 2025 e reconhece estados e municípios por ações eficazes no combate à insegurança alimentar. A premiação foi organizada pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome em três categorias:

- Redução da Insegurança Alimentar e Nutricional nos Estados,
- Bom Funcionamento das Instâncias do Sistema Nacional de Segurança Alimentar, e
- Boas Práticas de Combate à Fome e Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional.

O programa PAVEC de Vera Cruz foi premiado na terceira categoria. Vera Cruz foi um dos dois municípios do RS contemplados, o que reforça ainda mais a relevância dessa experiência local. Um aspecto relevante é o papel da gestão municipal na captação de recursos e na participação ativa em editais públicos. Vera Cruz demonstra uma postura proativa ao buscar constantemente novas oportunidades em programas estaduais e federais, ampliando o alcance de suas ações e qualificando continuamente suas políticas públicas.

Os impactos do PAVEC são multifacetados. Do ponto de vista social, destaca-se a redução da insegurança alimentar entre famílias em situação de vulnerabilidade, garantindo acesso a alimentos de qualidade. No âmbito econômico, o fortalecimento da agricultura familiar contribui para a geração de renda e o desenvolvimento rural. A parceria com a COOPERVEC exemplifica como a or-

ganização coletiva dos produtores pode potencializar os resultados das políticas públicas. Além disso, a integração entre diferentes programas permite maior eficiência na utilização dos recursos públicos, evitando sobreposições e ampliando o alcance das ações.

Figura 34 – Postagens de mídia social para divulgação do programa



Fonte: Mídia social da Prefeitura de Vera Cruz, plataforma Instagram (2025)

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Brasil Sem Fome**, Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/>. Acesso em: 6 maio 2026.

GAZ. **Vera Cruz recebe prêmio nacional por programa de segurança alimentar**. Gazeta do Sul, 18 de dezembro de 2025. Disponível em: <https://www.gaz.com.br/>. Acesso em: 6 maio 2026.

VERA CRUZ. Prefeitura Municipal. **Vera Cruz é premiada em reconhecimento nacional de combate à fome e segurança alimentar**. Vera Cruz, 11 de novembro de 2025. Disponível em: <https://www.veracruz.rs.gov.br/>. Acesso em: 6 maio 2026.

3.6 HABITAÇÃO SOCIAL PARA FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE¹⁵

O crescimento urbano gera uma sobrecarga na necessidade de infraestrutura e equipamentos, afetando o funcionamento da cidade como um todo e podendo comprometer a qualidade de vida da população. O problema habitacional e as inadequadas condições de moradia para a população de baixa renda são consequências da acelerada urbanização, especialmente em municípios de pequeno porte.

O papel do Estado na produção de habitação social é essencial para garantir o direito à moradia digna e combater o déficit habitacional. O poder público pode atuar como financiador, regulador e planejador, utilizando subsídios, áreas especiais e investimentos próprios para viabilizar moradias destinadas às famílias de baixa renda. A habitação de cunho social atende trabalhadores cuja baixa remuneração não permite a poupança ou o investimento em imóveis, tornando a intervenção estatal indispensável para assegurar condições mínimas de dignidade e inclusão social.

Os municípios possuem papel fundamental na execução das políticas habitacionais. Embora os grandes programas de financiamento sejam, em sua maioria, federais ou estaduais, cabe às administrações municipais identificar as demandas locais, cadastrar as famílias, disponibilizar terrenos, providenciar infraestrutura urbana e acompanhar a execução das obras. Em cidades menores, a proximidade com a realidade da população permite que as ações sejam mais direcionadas às necessidades concretas das famílias.

A habitação social está diretamente relacionada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11: “Cidades e Comunidades Sustentáveis”. A Meta 11.1 prevê que os governos garantam moradias seguras, adequadas e acessíveis, além de promover o acesso à infraestrutura básica e reduzir os riscos associados às áreas vulneráveis e suscetíveis a desastres naturais. Nesse sentido, a produção de habitação social ultrapassa a simples construção de casas, envolvendo inclusão social, segurança, mobilidade urbana e qualidade de vida.

¹⁵ Autores: Manon Dalize Regert Müller e Markus Erwin Brose

Parcerias nas primeiras experiências

As primeiras iniciativas de produção de habitação social em Vera Cruz ocorreram em meio ao processo de expansão urbana registrado nas décadas de 1970 e 1980. O crescimento da cidade e a atração de mão de obra provocaram o surgimento de ocupações espontâneas, muitas delas em áreas precárias e sem infraestrutura adequada. Diversas famílias passaram a residir em locais irregulares, inclusive em áreas de risco.

Ao longo de diferentes administrações municipais, foram implementadas ações voltadas ao reassentamento dessas famílias e à regularização fundiária. Uma das primeiras experiências ocorreu em 1986, quando a família Rech, proprietária da Construtora Rech, realizou a doação de uma área de aproximadamente dois hectares nas proximidades do ginásio municipal de esportes. A Prefeitura organizou a regularização de 18 lotes com matrículas individuais e promoveu a construção de casas populares destinadas a famílias em situação de vulnerabilidade social.

Outra experiência importante ocorreu em meados da década de 1980, quando o empresário Armino Losenkamp realizou a doação de uma área de aproximadamente seis hectares, onde atualmente está localizado o bairro Boa Vista. Nesse local, o município realizou a divisão em 146 lotes, providenciando regularização fundiária, construção das residências e implantação da infraestrutura básica necessária. As moradias foram destinadas principalmente a famílias que ocupavam áreas não regularizadas, permitindo melhores condições de vida e maior integração urbana.

Essas primeiras iniciativas demonstram a importância das parcerias entre poder público e comunidade local na construção de políticas habitacionais. A participação de empresários e famílias do município, por meio da doação de áreas, contribuiu para viabilizar projetos que garantiram moradia digna a dezenas de famílias em situação de vulnerabilidade social.

Reconstrução habitacional pós-desastre

A inundação pelo rio Pardinho, em abril de 2024, atingiu áreas da cidade que até então não haviam experimentado desastres semelhantes, evidenciando a necessidade de remoção de famílias residentes em habitações precárias e em áreas de risco. O objetivo da administração municipal passou a ser não apenas reconstruir as moradias destruídas, mas também evitar novos assentamentos urbanos em áreas vulneráveis, buscando integrar as famílias ao tecido urbano já consolidado.

As áreas mais atingidas localizaram-se no bairro Bom Jesus, no Corredor Verena e em algumas localidades do interior, como Mato Alto. Diversas famílias tiveram suas residências destruídas ou severamente danificadas. Parte dessas famílias passou a receber aluguel social no valor de R\$500,00 mensais, custeado pelo município por meio da Secretaria de Assistência Social, como forma de garantir moradia temporária até a conclusão das novas unidades habitacionais.

Após as cheias, o município realizou inscrições junto aos programas habitacionais estaduais e federais destinados à reconstrução das áreas atingidas. Inicialmente as famílias cadastradas eram aquelas que tiveram suas residências destruídas ou estruturalmente comprometidas pelas inundações. Posteriormente, houve ampliação dos critérios para contemplar também famílias residentes em áreas consideradas de risco permanente.

Vera Cruz aderiu ao programa estadual “A Casa é Sua - Calamidade”, coordenado pela Secretaria Estadual de Habitação e Regularização Fundiária. O município foi contemplado com 20 unidades habitacionais destinadas às famílias atingidas pelo desastre e a famílias em situação de vulnerabilidade social e territorial.

As moradias possuem 55m² e são construídas pelo sistema *steel frame*, método construtivo a seco que utiliza perfis de aço galvanizado como estrutura principal. As casas contam com dois quartos, banheiro, sala e cozinha conjugadas. Como contrapartida a Prefeitura ficou responsável pela disponibilização dos terrenos e pela implantação da infraestrutura básica, incluindo terraplanagem, acessos, redes de água, energia elétrica e demais serviços essenciais.

As unidades habitacionais estão sendo instaladas em diferentes áreas do município, evitando a formação de um único conjunto habitacional isolado. Parte das moradias está localizada ao final à Rua José Elemar Sehnem e outra parte em áreas públicas de novos loteamentos do bairro São Francisco. Essa descentralização busca favorecer a integração social das famílias e evitar processos de segregação urbana ou estigmatização social. Outro aspecto importante do programa refere-se à desocupação definitiva das áreas atingidas. As famílias contempladas precisam assinar termo de doação dos terrenos ao município, impedindo novas ocupações em áreas consideradas de risco. A Prefeitura transforma esses espaços em áreas verdes ou locais sem possibilidade de novas construções.

Figura 35 – Primeiras unidades do “A Casa é Sua - Calamidade” em Vera Cruz



Fonte: Arquivo do programa “A Casa é Sua - Calamidade), 2026

O município também foi contemplado com 25 moradias populares pelo programa federal “Minha Casa, Minha Vida”, na modalidade FNHIS Sub 50, destinada a municípios com menos de 50 mil habitantes. As casas deste programa são distribuídas também em áreas públicas nos bairros Boa Vista, São Francisco e Cipriano de Oliveira. O investimento previsto é de aproximadamente R\$2,7 milhões, provenientes do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, contando com contrapartida municipal relacionada à disponibilização dos terrenos e à execução da infraestrutura urbana necessária.

Figura 36 – Imagem de divulgação do programa “Minha casa, minha vida”



Fonte: Portal Gaz (2025)

As unidades habitacionais do “Minha casa, minha vida” possuem área mínima de 40m², contendo sala, cozinha, área de serviço, banheiro e dois dormitórios. O programa é destinado a famílias com renda bruta mensal de até R\$2.850,00, sendo priorizados beneficiários inscritos no Cadastro Único, idosos e pessoas com deficiência.

Nos últimos anos Vera Cruz vem se destacando pela capacidade de articulação e captação de recursos públicos voltados à área social. Além das políticas habitacionais, o município também obteve investimentos para reforma de equipamentos públicos, fortalecimento da rede de assistência social e ampliação de serviços destinados à população em situação de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

PORTAL GAZ. Vera Cruz receberá 25 unidades habitacionais por meio do Minha Casa, Minha Vida. **GAZ**, 22 de dezembro de 2025. Disponível em: <https://www.gaz.com.br/>. Acesso em: 19 maio 2026.

RUBIN, G.; BOLFE, S. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. **Ciência e Natura**, Santa Maria, v. 36, n. 2, p. 201–213, maio/ago de 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2179460X11637>. Acesso em: 28 jul. 2026

VERA CRUZ. Gabinete do Prefeito. Vera Cruz conquista 45 novas moradias populares. **Vera Cruz**, 22 de novembro de 2024. Disponível em: <https://www.veracruz.rs.gov.br/> Acesso em: 19 maio 2026.

3.7 COMPROMISSO NACIONAL COM A EDUCAÇÃO: SELO OURO¹⁶

A alfabetização constitui um marco crucial no desenvolvimento de uma criança, influenciando diretamente seu sucesso escolar e, conseqüentemente, sua vida. É importante que se atinja esse marco na idade certa. Crianças que dominam a leitura e a escrita até os sete anos de idade têm mais chances de se sair bem academicamente e desenvolver habilidades cognitivas sólidas. Isso é fundamental para a compreensão de outras disciplinas, estimulando o pensamento crítico, a comunicação eficaz e a autoconfiança. No Brasil, o acesso à educação formal e, portanto, à alfabetização, é um direito de toda criança garantido por lei.

Com o fechamento de escolas durante a pandemia do Covid-19, em 2020/21, em vários países foi constatado o atraso no letramento de crianças e queda no desempenho no ensino fundamental feito por internet de modo remoto. Nos EUA, em 2023, dez governos estaduais proibiram a alfabetização baseada no método das Três Pistas, criado nos anos 1960, e adotaram legislação para acelerar a alfabetização baseada na ciência, pois, nas provas pós-Covid, apenas 35% dos alunos da terceira série dominavam leitura e escritas para sua idade.

A Suécia, único país europeu que desde a década de 1990 buscou implementar a educação 100% digital nas escolas, voltou atrás e decidiu investir, desde 2023, cerca de R\$242 milhões na retomada dos livros didáticos impressos, aulas presenciais e testes escritos com lápis e caneta. Os testes nacionais mostraram que entre 2016 e 2022 o desempenho dos alunos suecos no ensino fundamental caiu, pois os alunos que aprendem apenas com telas têm menos capacidade de concentração e de raciocínio abstrato.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4: “Educação de Qualidade” tem como uma de suas metas “garantir que todos os meninos e meninas tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que estejam prontos para o ensino primário” e “garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino fundamental e médio, equitativo e de qualidade, na idade adequada, assegurando a oferta gratuita na rede pública e que conduza a resultados de aprendizagem satisfatórios e relevantes”. Segundo o Censo Escolar 2026, a distorção idade-série é mais

¹⁶ Autores: Manôn Dalize Regert Müller e Markus Erwin Brose

acentuada no RS do que na média nacional. Enquanto no Brasil, em média, 33,1% dos jovens nessa faixa etária ainda estão no ensino fundamental, no RS esse índice sobe para 38,3%.

Inovação na legislação nacional

No Brasil, o Decreto Nº11.556, de 12 de junho de 2023, instituiu o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. A legislação prevê a conjugação dos esforços da União, dos governos estaduais e das prefeituras para garantir o direito à alfabetização das crianças na idade certa para a construção de trajetórias escolares bem-sucedidas. Para tanto, a adesão das unidades da federação é voluntária. Com a aprovação da Lei Nº15.247, de 31 de outubro de 2025, o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada deixou de ser um decreto para se tornar legislação nacional.

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada tem como finalidade garantir o direito à alfabetização das crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental e prioriza a recuperação das aprendizagens das crianças do 3º, 4º e 5º ano afetadas pela pandemia Covid-19. O Compromisso estabelece, entre seus princípios, a promoção da equidade educacional, sendo considerados aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero.

O padrão nacional de desempenho da criança alfabetizada foi estabelecido em 743 pontos na escala do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). A partir dessa definição, foi possível a proposição de metas anuais, considerando os percentuais de estudantes que apresentaram desempenho igual ou superior ao do ponto de corte, até que atinjam a maioria das crianças alfabetizadas em 2030.

O Ministério da Educação propôs, como meta para 2023, alcançar o mesmo desempenho observado já em 2019, o que significou recuperar o patamar anterior à pandemia. Em 2019, 55% dos alunos no país estavam alfabetizados de acordo com os padrões nacionais, em 2021, este índice caiu para 36%. A meta nacional para 2026 é de 67% e, até 2030, atingir mais de 80% das crianças.

Premiação da rede municipal de Vera Cruz

Em setembro de 2024, o Ministério da Educação lançou a campanha de certificação do Selo Nacional do Compromisso com a Educação. Seus objetivos são:

- incentivar a adoção de práticas de gestão pública comprometidos com o atingimento das metas de alfabetização e de redução de desigualdades;
- reconhecer os esforços de gestão realizados pelas secretarias de educação na implementação das estratégias; e
- sistematizar práticas exitosas de gestão das secretarias de educação, com vistas a estimular inovações nas políticas de alfabetização.

Trata-se de um concurso em escala nacional coordenado pelo Ministério da Educação, no qual governos estaduais e prefeituras podem aderir ao Compromisso e submeter seus dados para avaliação. No primeiro ciclo, em dezembro de 2024, a rede de educação municipal de Vera Cruz esteve entre os 114 municípios gaúchos que receberam o Selo Ouro de alfabetização na idade correta.

Em 2025, a Secretaria de Educação de Vera Cruz recebeu também o prêmio estadual Alfabetiza Tchê pela alfabetização na idade correta referente à Escola Municipal de Ensino Fundamental Sagrado Coração de Jesus, com base nos resultados obtidos no ano de 2023. A escola ficou entre as 200 melhores escolas de ensino fundamental do estado.

Ainda em 2025, o município registrou crescimento em 192 posições em relação a 2024, sendo a maior evolução do Vale do Rio Pardo, no Índice Municipal da Educação do Rio Grande do Sul (IMERS), que é elaborado pelo governo estadual em parceria com especialistas da área, reunindo indicadores de qualidade da aprendizagem, fluxo escolar, infraestrutura, gestão e atendimento.

A Secretaria Municipal de Educação atribui estas conquistas ao investimento em livros, material complementar, melhorias em infraestrutura física e em recursos humanos, bem como à formação continuada em serviço dos professores. Os encontros formativos para professores são estruturados com base na análise das avaliações diagnósticas, possibilitando a reflexão sobre

os processos de aprendizagem e a construção de novas estratégias pedagógicas, fortalecendo práticas docentes mais intencionais, contextualizadas e alinhadas às necessidades dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Compromisso Nacional Criança Alfabetizada**. Gov.br, junho de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/> Acesso em: 20 abr. 2026.

GREENE, T. From Policy to Action: Early Literacy Laws 10 States Passed in 2023. **ExcelinEd**, 10 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://excelinedinaction.org/> Acesso em: 20 abr. 2026.

PORTAL ARAUTO. Escola de Vera Cruz está entre as melhores do estado no Alfabetiza Tchê. **Portal Arauto**, 31 de março de 2025. Disponível em: <https://portalarauto.com.br/> Acesso em: 20 abr. 2026.

TENENTE, L. Por que a Suécia desistiu da educação 100% digital e gastará milhões de euros para voltar aos livros impressos? **G1 Notícias**, 07 de agosto de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/> Acesso em: 20 abr. 2026.

3.8 NOVAS CRECHES NO MEIO RURAL FORTALECEM AGRICULTURA FAMILIAR¹⁷

O RS enfrenta desde os anos 2020 o fim do seu bônus demográfico, um período em que a população em idade ativa (15 a 64 anos) foi superior à dependente dos adultos trabalhadores, como crianças e idosos. A proporção de idosos acima de 65 anos deve duplicar para 30% da população até 2060. O estado apresenta um dos perfis demográficos mais maduros do Brasil, com a queda na fecundidade sendo o principal fator de redução no ritmo de crescimento populacional gaúcho.

A alta da Razão de Dependência dos Idosos, medida pela proporção entre idosos e a população economicamente ativa, reflete a ideia de que a população idosa depende economicamente da população apta a trabalhar. O RS chegaria, em 2060, a possuir um idoso para cada duas pessoas em idade potencialmente ativa. O diferencial do Rio Grande do Sul reside em um indicador essencialmente positivo: a elevada expectativa de vida da população. Ao superar a média nacional, essa longevidade permite aos gaúchos um período mais extenso de usufruto dos benefícios previdenciários

O estado tem a menor taxa de natalidade do país, insuficiente para renovar a população. A Taxa de Fecundidade Total no estado, segundo o Censo 2022, foi de 1,4 filho por mulher. Esse número está bem abaixo do nível de reposição populacional de 2,1, indicando um envelhecimento populacional acelerado e tendência de redução populacional futura, padrão similar ao da Europa e do Japão. Na década de 1970, a taxa no estado era média de 5,8 filhos por mulher. A tendência de postergação da maternidade está associada a vários fatores, também ao aumento da escolaridade. Entre as mulheres com Ensino Superior completo no RS, a taxa de fecundidade é de apenas 1,1 filho por mulher.

Assim, o Ensino Básico da rede estadual gaúcha apresenta uma trajetória de declínio contínuo nas matrículas. Em 2019, havia 838.776 estudantes matriculados, número que caiu para 669.548 em 2025, o que representa uma redução de 20,2% (menos 169 mil alunos). Essa diminuição revela uma tendência consistente de encolhimento da rede estadual, associada tanto a mudanças

¹⁷ Autores: Mânon Dalize Regert Müller e Markus Erwin Brose

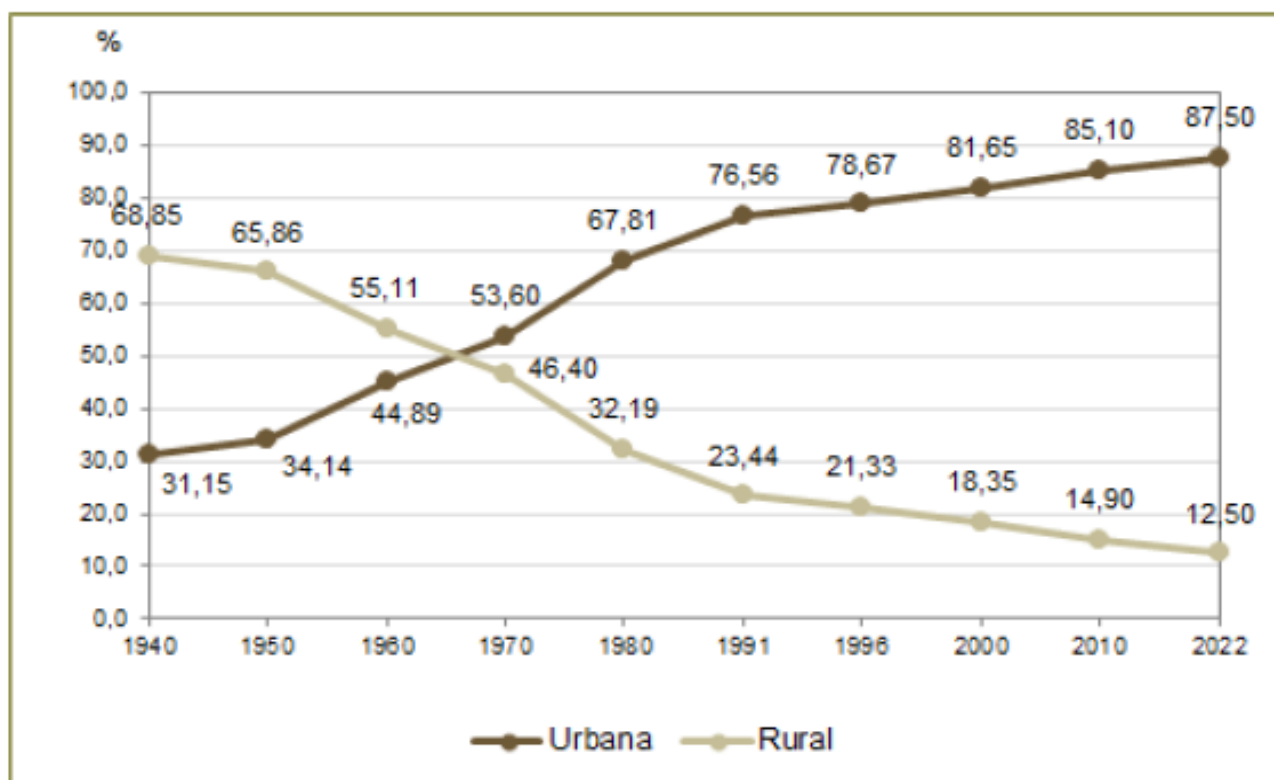
demográficas, quanto a processos de reorganização da oferta educacional e redistribuição de matrículas.

O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 4: “Educação de qualidade” prevê entre suas metas: assegurar a todas as meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância e acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade, de modo que estejam preparados para o ensino fundamental.

Esvaziamento do meio rural

Conforme o Censo 2022, a população rural do RS caiu para 12,5% do total, totalizando cerca de 1,36 milhão de pessoas. O fato de que as famílias agricultoras têm menos filhos, em média um por família, implica em que a decisão pela sucessão tem forte impacto na continuidade das propriedades. Tendo apenas uma filha ou um filho, se este decide não seguir na atividade agropecuária a propriedade será transformada em chácara de lazer ou arrendada para o plantio mecanizado de soja.

Figura 37 - Evolução da população do RS por domicílio (1940 – 2022)



Fonte: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Governo do Estado do RS (2024)

O reduzido número de filhos tem gerado o contínuo fechamento de escolas em áreas rurais no Vale do Rio Pardo. Entre 2010 e 2021 foram fechadas 121 escolas rurais na região, os alunos remanescentes foram remanejados para escolas nucleadas. Esse fato teve alta incidência no município de Venâncio Aires, onde mais de 50% das instituições rurais fecharam entre 2007 e 2020. Em escala estadual, no governo Sartori, entre 2015 e 2018, a Secretaria Estadual de Educação fechou em média duas escolas estaduais por mês. Ao início da primeira gestão Leite, entre 2019 e 2022, foram fechadas sete escolas estaduais por mês.

A importância estratégica das creches

Segundo o Censo 2022, as taxas de frequência escolar mostraram que a cobertura de creches para crianças de 0 a 3 anos no estado foi de apenas 39,4%, ou seja, apenas 4 entre cada 10 crianças têm acesso a creches, essencialmente no meio urbano.

Face a este cenário, em 2021, a Secretaria Municipal de Educação de Vera Cruz iniciou estudos voltados à implantação de Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIIs) no meio rural, com o objetivo de atender crianças de até 4 anos de idade. Inicialmente, foram analisados quatro pontos estratégicos no território, considerando critérios como concentração populacional, demanda por vagas e condições de acesso. A proposta partiu do reconhecimento de que muitas famílias residentes no interior enfrentavam dificuldades para conciliar o trabalho nas lavouras, ou em outras atividades, com o cuidado dos filhos pequenos, o que, em muitos casos contribuía para o deslocamento dessas famílias para a área urbana.

Figura 38 – EMEI na localidade de Vila Ferraz (2022)



Fonte: Prefeitura Municipal de Vera Cruz (2021)

A criação das EMEIs rurais surge, portanto, como uma resposta a essa demanda social, articulando políticas educacionais com estratégias de desenvolvimento rural. A primeira unidade, a EMEI Rural Gonçalves Dias, foi implantada na localidade de Ferraz, a mais distante da cidade, consolidando-se como um marco na política educacional do município. Originalmente, a escola da Linha Ferraz foi criada em 1941, ainda no município de Santa Cruz do Sul, mas passou para Escola Municipal de Ensino Fundamental em 1959, as atuais instalações foram construídas em 1972. Em 2022, foi transformada em Escola Municipal de Educação Infantil Rural de Vera Cruz.

A partir dessa experiência inicial o modelo passou a ser expandido para três outras localidades, evidenciando uma política pública inovadora no contexto regional. As EMEI atendem crianças de 4 meses a 3 anos, em regime de tempo integral, com turmas organizadas desde berçários a níveis em grupos de diferentes idades, ou seja, grupos multietários, estruturando-se a partir do princípio da indissociabilidade entre educar e cuidar e do compromisso com o desenvolvimento integral das crianças. Para facilitar a mobilidade dos pais, a matrícula ocorre mensalmente.

A EEI Professora Darci Ziebell, segunda Escola de Educação Infantil Rural no Município de Vera Cruz, em Vila Progresso, inaugurada em 2024, também opera com turmas multietárias, organizando crianças de diferentes idades em um mesmo espaço pedagógico. Essa característica está diretamente relacionada ao contexto rural e ao menor número de matrículas, exigindo uma organização diferenciada do trabalho pedagógico e evidenciando a adaptação da política educacional às realidades territoriais.

Em 2025, foi anunciada a transformação da Escola Municipal de Ensino Fundamental São Sebastião em Escola de Educação Infantil, etapa creche e, em fevereiro de 2026, foi inaugurada a EMEI Rural São Sebastião, localizada em Linha Andréas, focada no atendimento de crianças de 0 a 3 anos. No mesmo ano, foi inaugurada a quarta EMEI Rural, na localidade de Linha Henrique D'Ávila, após a reforma e adequações no prédio da extinta Escola Estadual Rosália Schneider.

Assim, na área da educação, Vera Cruz atende todo o seu meio rural também com creches em idade das crianças não obrigatória por lei de acesso à escola, mas fundamental para o pleno desenvolvimento de crianças pequenas, contribuindo de forma significativa para a permanência de famílias jovens no meio rural.

REFERÊNCIAS

ANDREIS, T.; ZUANAZZI, P.; SANTOS, M. Um diagnóstico do regime próprio de Previdência Social no RS: por que nossa insuficiência de recursos é a maior do Brasil? **Indicadores Econômicos FEE**, v. 44, n. 1, p. 73-92, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/>. Acesso em: 28 jul. 2026

BRASIL DE FATO. Governo do RS fecha 61 escolas estaduais em menos de um ano, denuncia sindicato. **Brasil de Fato**, 10 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/> Acesso em: 21 abr. 2026.

GAZ. Vera Cruz inaugura a quarta escola de educação infantil rural. **Portal GAZ**, 11 de fevereiro de 2026. Disponível em: <https://www.gaz.com.br/> Acesso em: 21 abr. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Cartões RS no Censo 2022: migração e fecundidade**. Porto Alegre, 2025. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/> Acesso em: 28 jul. 2026

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Atlas Socioeconômico do RS: taxa de urbanização**. 8ª. ed., 2024. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br> Acesso em: 21 abr. 2026.

VERA CRUZ. Assessoria de Imprensa. **Ferraz ganha EMEI em 2022**. Prefeitura Municipal, 24 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.veracruz.rs.gov.br/> Acesso em: 21 abr. 2026.

3.9 COOPERATIVISMO NA ESCOLA¹⁸

O cooperativismo fortalece a cidadania ao promover a participação democrática, a educação, a inclusão e o compromisso direto com a comunidade onde atua. O cooperativismo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são conceitos intrinsecamente alinhados, pois compartilham valores essenciais de justiça social, desenvolvimento econômico sustentável, democracia e solidariedade para com a comunidade.

Em especial o ODS 8: “Trabalho Decente e Crescimento Econômico” reflete o princípio do interesse pela comunidade e o intercâmbio entre cooperativas mediante o objetivo: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Sicredi Vale do Rio Pardo

A Sicredi Vale do Rio Pardo é uma instituição financeira cooperativa regional, parte do Sistema Sicredi que tem um século de história, com sede regional localizada no município de Santa Cruz do Sul e atuação em todo Vale do Rio Pardo. Foi fundada em 1919 como Caixa Econômica e de Empréstimo Rural União Popular de Santa Cruz.

As 99 cooperativas de crédito que compõem o Sistema Sicredi são mantenedoras da Fundação Sicredi que tem como objetivo promover o desenvolvimento social por meio da educação, cultura, esporte e iniciativas comunitárias. Nesta perspectiva a Fundação defende que a educação é um dos principais caminhos para a transformação das comunidades, mantendo viva a essência do cooperativismo por meio de iniciativas educacionais que ampliam os impactos positivos nos territórios.

Os programas educacionais desenvolvidos em parceria com a Fundação Sicredi têm como área de atuação os municípios de Vera Cruz, Venâncio Aires, Passo do Sobrado, Vale Verde, General Câmara, Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Rio Pardo e Herveiras, assumindo um papel estratégico ao contribuir para a

¹⁸ Autora: Débora Leonhardt da Silva e Markus Erwin Brose

formação de cidadãos mais preparados para compreender sua realidade, atuar sobre ela e construir soluções coletivas.

Atuação em Vera Cruz

A atuação da Fundação Sicredi ocorre em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. Um dos destaques é o Programa Cooperativas Escolares. A Cooperativa Escolar é um projeto educativo formado por estudantes (do ensino fundamental e médio) para a vivência prática dos princípios do cooperativismo. Os alunos criam e gerenciam a própria cooperativa no contraturno escolar, elegem cargos, decidem ações sociais/culturais e administram recursos com professores capacitados pela Fundação.

O reflexo dessa parceria traduz-se em números expressivos: das 35 cooperativas escolares implantadas na área de atuação da Sicredi Vale do Rio Pardo, três estão localizadas em Vera Cruz. A primeira delas foi a Cooperativa Escolar Pingo de Mel, fundada em 2021 na Escola Estadual Frederico Augusto Hannemann, tornando-se a pioneira do município e abrindo caminho para uma nova forma de aprendizagem baseada no protagonismo estudantil. Posteriormente, em 2023, foi fundada a Cooperativa Escolar Pequenos Passos na Escola Walter Dreyer, ampliando a presença do cooperativismo educacional na rede municipal. Mais recentemente, em 2025, nasceu na Escola José Bonifácio a Cooperativa Escolar União pelas Águas, iniciativa diretamente conectada às demandas ambientais do território. Com foco na proteção dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do Arroio Andréas, a atuação desta cooperativa demonstra como os estudantes podem transformar desafios locais em oportunidades de aprendizagem.

Figura 39 – Dinâmica em grupo com alunos



Fonte: Fundação Sicredi (2026)

Vera Cruz também vem consolidando resultados expressivos por meio do Programa Finanças na Mochila, um dos municípios pioneiros na implementação da proposta pela Fundação no ano de 2021. Nesta trajetória já são mais de 51 professores formados, impactando diretamente mais de 650 estudantes.

Figura 40 – Capacitação para professores



Fonte: Fundação Sicredi (2026)

O “Finanças na Mochila” é um programa da Fundação Sicredi voltado para a educação financeira de crianças e adolescentes. Ele atua capacitando professores para levar conceitos de finanças de forma lúdica, prática e interdisciplinar para dentro da sala de aula, ajudando a formar cidadãos mais conscientes sobre o uso do dinheiro desde cedo.

Mais do que ensinar conceitos relacionados ao dinheiro, o programa busca promover uma relação mais consciente com os recursos financeiros, estimulando planejamento, autonomia, consumo responsável e construção de projetos de vida. A própria Fundação Sicredi destaca que a educação financeira tem como propósito cooperar para uma vida financeira sustentável, fortalecendo indivíduos e comunidades por meio do conhecimento e da tomada de decisões conscientes. Ao levar essas reflexões para dentro dos lares, o programa contribui para a formação de uma cultura de cuidado, prevenção e organização, elementos fundamentais para comunidades mais resilientes.

As iniciativas educacionais desenvolvidas em Vera Cruz contribuem para a formação desse capital social desde a infância, ampliando a participação cidadã e fortalecendo a resiliência territorial.

REFERÊNCIAS

FUNDAÇÃO SICREDI. Fundação Sicredi. Disponível em: <https://fundacaosicredi.org.br>. Acesso em: 12 jun. 2026.

SICREDI VALE DO RIO PARDO. **Estudantes realizam fundação da primeira cooperativa escolar de Vera Cruz**. 20 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/>. Acesso em: 12 jun. 2026.

SICREDI VALE DO RIO PARDO. Rio Pardo e Vera Cruz fundam mais duas cooperativas escolares. 29 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.sicredi.com.br/>. Acesso em: 12 jun. 2026.

FOUR COMUNICAÇÃO. União pelas Águas e Luz da Lua são as novas cooperativas escolares da região. 12 de dezembro de 2025. Disponível em: <https://fourcomunicacao.com.br/>. Acesso em: 12 jun. 2026.

4 RESILIÊNCIA AMBIENTAL

Não existem definições universalmente aceitas de resiliência ambiental, mas todas elas concordam em um conceito básico: a capacidade de um sistema natural absorver os efeitos da mudança, reorganizar-se e adaptar-se ao novo contexto, mantendo essencialmente sua estrutura e funções anteriores.

Com o passar do tempo, o conceito de resiliência ambiental forneceu um novo modelo de gestão social e ambiental, não mais centrado no controle de mudanças ecológicas, mas na incorporação delas. Buscar a resiliência se transformou assim numa importante ferramenta, porque ao contrário do modelo de gestão comando e controle, que busca eficiência, otimização e equilíbrio através das leis e das multas, a resiliência ajuda adaptar-se a mudanças, surpresas não-lineares, fomentando consequentemente a inovação e ajudando a moldar a capacidade de aprendizagem dos envolvidos na gestão ambiental.

Resiliência ambiental a desastres, assim, passou a ser entendido como a capacidade de um sistema em antecipar, absorver o impacto e se recuperar de eventos extremos (enchentes, secas, deslizamentos). Em vez de apenas retornar ao estado original, ela envolve aprender, adaptar-se e evoluir para um novo equilíbrio mais seguro.

4.1 PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS HÍDRICOS: O PROGRAMA PROTETOR DAS ÁGUAS¹⁹

Soluções Baseadas na Natureza (SbN) são estratégias que utilizam ecossistemas para enfrentar desafios socioambientais, como mudanças climáticas e inundações, protegendo e restaurando a natureza. Elas imitam processos naturais para gerar benefícios ambientais, econômicos e sociais simultâneos, promovendo resiliência, biodiversidade e qualidade de vida.

Entre as principais SbN, o Pagamento por Serviço Ambiental (PSA) pode ser definido como um mecanismo econômico que oferece incentivos financeiros para promover comportamentos pró-conservação ambiental. Ele envolve pagamentos pelos consumidores a ações que geram benefícios ambientais, como a proteção de florestas ou a restauração de ecossistemas.

O PSA pode incluir incentivos diretos aos produtores de serviços ambientais, como os proprietários de terras, também restrições de uso de recursos e ações de capacitação, sendo aplicado para alcançar impactos positivos na conservação da biodiversidade e no uso sustentável da terra, transferindo recursos dos consumidores destes serviços aos produtores.

Breve histórico

A história do Programa Protetor das Águas de Vera Cruz começa, em 2011, com uma mudança na forma de interpretar o produtor rural proprietário de terras: de um potencial poluidor e degradador da bacia hidrográfica, para um parceiro e provedor de serviços ambientais essenciais à sociedade.

Inspirado por iniciativas que já funcionavam no exterior e em outras partes do Brasil, o projeto nasceu da união entre o setor privado (Universal Leaf Tabacos e Fundación Altadis/Imperial Tobacco) e o setor público (Prefeitura de Vera Cruz). Até hoje esse arranjo institucional é uma das grandes fortalezas do programa.

A ideia dos patrocinadores era iniciar um projeto para proteção de nascentes, revegetação e produção de água potável na bacia do Rio Pardo. Para

¹⁹ Autores: Marcelo Luís Kronbauer; Tanise Etges; Joana Tartari Klein

definição da área piloto foi consultado o Plano da Bacia, de 2005, que trazia cenários complexos em termos de disponibilidade hídrica para a microbacia do Arroio Andréas. O Arroio Andréas contribui com o abastecimento de 70% da população urbana de Vera Cruz, e, naquele cenário, já eram discutidas as limitações do uso do manancial para o abastecimento da população crescente do município, tanto por aspectos quantitativos como qualitativos da água.

Uma característica importante da área de atuação selecionada é que, até o ponto de captação de água utilizado pelo sistema de abastecimento municipal, a microbacia não tem uma formação urbana, o uso e a ocupação do solo são caracterizados essencialmente por atividades agrossilvopastoris. Além disso, outra característica importante é que a titularidade pelos serviços de abastecimento é do próprio município.

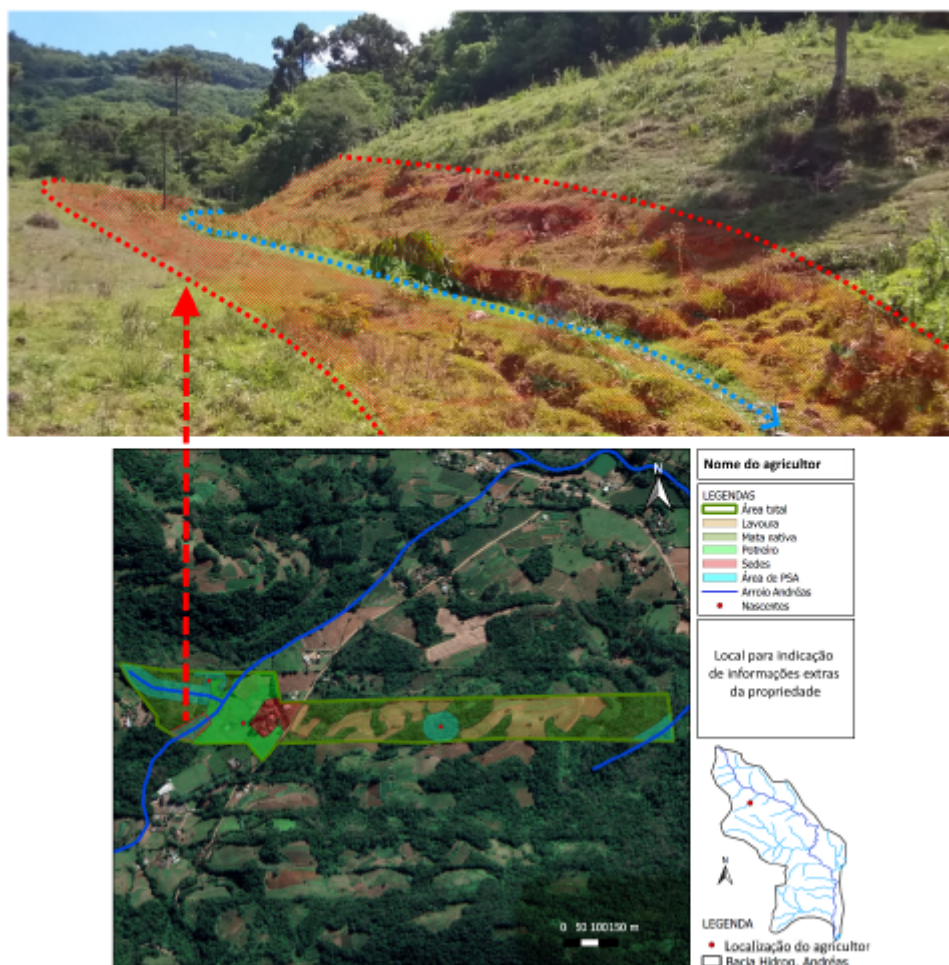
Assim, em 2011, a microbacia do Arroio Andréas tornou-se o palco da primeira iniciativa de PSA focada em recursos hídricos de todo o Rio Grande do Sul. O objetivo era garantir que a água chegasse ao sistema de tratamento com mais qualidade e em maior quantidade, protegendo especialmente as áreas ao redor das nascentes e as margens dos cursos de água (áreas ripárias). A iniciativa proposta recebeu o nome de “Protetor das Águas”.

As estratégias de mobilização para a adesão dos agricultores foram um fator determinante na fase inicial do programa, pois houve casos em que alguns se recusaram a negociar ou mesmo a receber a equipe técnica. Cabe destacar que todo o processo de adesão era realizado em caráter voluntário, sendo as propriedades rurais percorridas individualmente.

Os agricultores que aceitavam a realização de diagnóstico recebiam uma visita técnica, utilizando sistema de *GPS* para marcar pontos específicos de interesse para adesão ao programa, bem como as divisas da propriedade. Esses pontos foram então sobrepostos em imagens de satélite para criar um croqui da propriedade, definindo assim as parcelas a serem incluídas no PSA. Em alguns casos foram feitas múltiplas propostas aos agricultores, mas a decisão final sobre a área coube sempre à família titular da área.

A Figura 41 apresenta uma proposta de croqui oferecida ao produtor rural. Uma vez definida a área a ser integrada ao programa, procede-se à sua demarcação *in loco*, e quando necessário, a instalação de cercamento para proteção, especialmente para isolar as áreas do pastoreio de animais.

Figura 41 - Croqui esquemático de uma das propriedades participantes



Fonte: Arquivo do projeto

A família proprietária da terra recebe gratuitamente todos os serviços de planejamento da propriedade, instalação das cercas, monitoramento da vegetação e capacitações eventuais. Além disso, recebe um bônus financeiro anual calculado de acordo com a evolução da vegetação e a ampliação da produção de água na bacia. Adicionalmente, estas famílias têm isenção na conta de água do serviço municipal.

Evolução institucional e sustentabilidade

Ao longo dos anos, o projeto deixou de ser uma iniciativa isolada para se tornar uma política municipal passando a ser denominado não mais como projeto, mas Programa Protetor das Águas. Alguns marcos importantes no processo de amadurecimento do programa estão destacados a seguir:

- **2013:** Reconhecimento pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) como a única iniciativa do Rio Grande do Sul a integrar o Programa Nacional Produtor de Água, recebendo recursos para ações de conservação na bacia, através do plantio direto, readequação de estradas rurais, proteção dos taludes no ponto de captação de água do município com técnicas de Engenharia Natural e ações de educação ambiental;
- **2015/2016:** Aprovação da Lei nº 4.264 que instituiu a Política Municipal de PSA, criando o Programa Municipal de PSA e o Fundo Municipal de PSA. Assim, a partir de 2016, a Prefeitura Municipal passou a ser responsável pelo Comitê Gestor do Projeto, coordenando as ações desenvolvidas junto aos produtores rurais contratados;
- **2016/2017:** A empresa Philip Morris do Brasil assumiu o pagamento do PSA e outras atividades executivas, adotando as atribuições e funções dos antigos patrocinadores privados;
- **2020:** Aprovada legislação para destinação de 1% da arrecadação das tarifas de água do município ao Fundo Municipal, fortalecendo a sustentabilidade financeira das ações de conservação, garantindo que o programa tenha recursos financeiros para continuar existindo independente da administração que venha a ser eleita.

O programa apresentou uma evolução gradativa no número de agricultores contratados ao longo da sua história, iniciando em 2011 com 25 agricultores contratados, e atualmente no ano de 2026, contando com 132 agricultores e uma área total protegida de 256,8 hectares.

No aspecto quantitativo da água, tanto os agricultores, quanto os operadores da estação de tratamento de água municipal, notaram que as nascentes e cursos de água protegidos passaram a resistir melhor à estiagem. Nascentes e pequenos cursos de água ganharam uma maior perenização das vazões em eventos de estiagem, com uma relação direta com o nível de crescimento da vegetação nativa no entorno.

Os resultados mais expressivos se dão no aspecto qualitativo da água. Observou-se um aumento de 38% (de 52% para 90%) de pontos de coleta que foram classificadas como tendo um nível “BOM” da água (classes 1 e 2 de uso da Resolução CONAMA nº 357/2005). Ao mesmo tempo ocorreu redução de 38% (de 48% para 10%) de pontos de coleta que foram classificadas como tendo um nível “REGULAR” ou “RUIM” (classe 3 e 4).

A crise do desastre de 2024

Entre abril e maio de 2024, na bacia do arroio Andréas choveu mais de 500mm em um único mês, sendo o maior volume dessas chuvas concentrado em um período inferior a uma semana. O nível da água no ponto de captação chegou a subir cinco metros acima do normal. Foi o teste definitivo para a infraestrutura verde criada pelo programa. O monitoramento após as chuvas revelou uma diferença significativa entre as terras da microbacia que receberam ações do programa e as que não receberam:

- **Propriedades participantes do PSA:** A vegetação nativa recuperada ao longo de 13 anos cumpriu seu papel ecológico. Mesmo com a força de escoamento da água, as árvores e a vegetação ripária protegeram o solo, evitando que as margens desmoronassem e mantiveram o rio em seu traçado original.
- **Propriedades não participantes:** Onde não havia mata ciliar ou apenas árvores exóticas, o cenário foi de destruição. A água levou as margens ao solapamento, aumentando a largura do canal de drenagem de forma descontrolada.

Um ponto de referência para essa análise é de uma das propriedades integrantes do programa desde o início na Figura 42. Em 2024, já possuía 13 anos de recuperação da sua área ripária nas margens do Arroio Andreas.

Figura 42 – Linha do tempo da recuperação da zona ripária



Fonte: arquivo do projeto

A foto de 2024 foi captada logo após a ocorrência do evento extremo de chuva, em 21 de maio de 2024, evidenciando que a vegetação nativa permaneceu presente no local, e claramente cumpriu a sua função ecossistêmica, protegendo o solo dos taludes laterais do impacto direto da força da água e mantendo o curso de água em seu traçado original, contribuindo também com a retenção de sedimentos de forma direta na própria vegetação.

Para melhor ilustrar o efeito de uma área ripária recuperada, foi realizada uma comparação entre duas propriedades lindeiras. A escolha dessas se deu pela proximidade das mesmas e pelas condições hidrológicas semelhantes em termos de morfologia, vazão e velocidade de escoamento. A diferença no impacto das inundações torna-se mais evidente na análise de imagens aéreas obtidas por drone. Na área participante pelo programa na Figura 43, a primeira imagem registrada após o evento extremo indica que o arroio se manteve estável em seu canal original, com danos mínimos associados à erosão e ao solapamento de margens. Mesmo sob níveis históricos de vazão, com elevadas velocidades de escoamento e intenso transporte de sedimentos a partir de montante, a vegetação ripária apresentou poucos danos.

Na propriedade vizinha, que não havia aderido ao programa, o Arroio Andréas apresentou, sob as mesmas condições hidrológicas, efeitos substancialmente distintos. Observou-se a intensificação de processos erosivos, com solapamento de margens e instabilidade dos taludes, em razão do impacto direto do escoamento sobre o solo desprotegido, sem a contenção proporcionada pela vegetação ripária nativa. Em diversos trechos, o canal sofreu alargamento devido à remoção de material das margens. Os impactos também se estenderam às áreas cultivadas, com deposição de sedimentos em múltiplos pontos, alterando a dinâmica de escoamento.

Figura 43 - Vista aérea de propriedade integrante do programa Protetor das Águas (esquerda) e vista aérea de propriedade não integrante do programa Protetor das Águas (direita) em maio de 2024.



Fonte: Arquivo do projeto

O PSA atua como um motor indireto para a criação e manutenção da infraestrutura verde na microbacia. Ao oferecer incentivos econômicos para a proteção de florestas e restauração de áreas ripárias, o programa promove a instalação de uma rede natural de proteção que se mostra cada vez mais indispensável frente às mudanças climáticas. Diferente das obras de engenharia tradicionais, essa infraestrutura viva possui uma capacidade adaptativa única. Ela não apenas filtra e regula o fluxo da água, mas se fortalece com o tempo conforme a vegetação cresce.

O evento extremo de chuvas em 2024 serviu como a prova definitiva dessa eficácia. Enquanto áreas desprotegidas sofreram com o solapamento de margens e a perda de solo fértil, as áreas ripárias recuperadas mantiveram a estabilidade dos canais e retiveram sedimentos.

Além do impacto direto hidrológico, a promoção dessa infraestrutura verde gera benefícios ecossistêmicos que transcendem a oferta de água. O programa gera como externalidade positiva o fomento à biodiversidade local ao restaurar matas ciliares e conectar fragmentos florestais, criando corredores que sustentam a vida silvestre e contribuem para a saúde geral do solo.

O Programa Protetor das Águas não é apenas um projeto de conservação hídrica, mas uma estratégia de adaptação climática que valoriza os serviços ambientais como ativos econômicos e sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. **Programa Produtor de Água: resultados e perspectivas**. Brasília: ANA, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/> Acesso em: 29 jul. 2026

BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. **As enchentes no RS: lições, desafios e caminhos para um futuro resiliente**. Brasília: ANA, 2025. Disponível em: <https://biblioteca.ana.gov.br/> Acesso em 29 jul. 2026

BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. **Guia Orientativo do Programa Produtor de Água**. Brasília: ANA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/> Acesso em: 31 jul. 2026

MAMEDES, I.; GUERRA, A.; RODRIGUES, D.; GARCIA, L.; GODOI, R.; OLIVEIRA, P. Brazilian payment for environmental services programs emphasize water-related services. **International Soil and Water Conservation Research**, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.iswcr.2023.01.001>. Acesso em: 29 jul. 2026

PORTAL GAZ. Programa Protetor das Águas reforça compromisso com a preservação. **GAZ**, 22 mar. 2025. Disponível em: <https://www.gaz.com.br/> Acesso em: 14 abr. 2026.

PORTAL GAZ. República Dominicana visita Vera Cruz para conhecer o Protetor das Águas. **PORTAL GAZ**, 25 nov. 2025. Disponível em: <https://www.gaz.com.br/> Acesso em: 14 abr. 2026.

4.2 PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS DO AÇAÍ: O PIONEIRISMO DA AGROINDÚSTRIA DU VALLE²⁰

Proteger a palmeira-juçara (*Euterpe edulis*) é crucial porque ela é uma espécie-chave da Mata Atlântica, essencial para a biodiversidade. Seus frutos alimentam mais de 70 espécies de aves, como a jacutinga, além de mamíferos, garantindo a dispersão de sementes e a regeneração florestal. A planta está ameaçada de extinção devido à exploração predatória para retirada do palmito. Como a planta é monocaule a retirada do palmito causa a morte da planta, por isso, a exploração do palmito é proibida por lei.

O extrativismo responsável dessa palmeira nativa para a comercialização do fruto, semelhante à do açaí, tem ajudado a preservar essa espécie em risco. A palmeira do açaí, de nome científico *Euterpe oleracea*, é multicaule e é encontrada no norte do país com clima amazônico, possuindo uma maior quantidade de polpa por cada fruto. Já a palmeira-juçara é encontrada em toda a Mata Atlântica ao longo do litoral, desde a Bahia até a Serra Gaúcha.

Uma das alternativas de potencial econômico é o uso comercial do açaí da Juçara, agregando valor aos remanescentes florestais e contribuindo para a preservação da espécie. A comercialização do açaí da Juçara remunera os proprietários de terra onde existem remanescentes de Mata Atlântica contribuindo para manter a floresta em pé, produzindo água e promovendo a biodiversidade. Isso combate a extração ilegal do palmito e incentiva o manejo sustentável, focado no fruto.

No RS a região do Litoral Norte constitui a referência para proteção da palmeira-juçara. O Litoral Norte possui mais de 300 hectares de áreas reconhecidas como sistemas agroflorestais e extrativistas de Juçara. Cooperativas de agricultores familiares nos municípios de Três Cachoeiras e Torres produzem a polpa do açaí e abastecem, tanto os mercados locais, como os programas municipais de alimentação escolar.

As agroflorestas, ou sistemas agroflorestais, são estratégias essenciais para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, combinando pro-

²⁰ Autor: Markus Erwin Brose

dução de alimentos, restauração florestal e geração de renda. Elas auxiliam na segurança alimentar (ODS 2), regeneram solos (ODS 15) e promovem modos de vida sustentáveis (ODS 12).

Formando uma empresa

Em 2023, os irmãos Marcos e Mariane Fischer se tornaram sócios de Carlos Lara na empresa Du Valle, com base em um plano de negócio para viabilizar a comercialização do fruto da palmeira-juçara. Em anos anteriores Carlos realizou testes de comercialização de pequenos lotes de polpa em Santa Cruz do Sul, em formato artesanal, com bons resultados em feiras. Os sócios realizaram uma viagem até Belém, no Pará, para visitar agroindústrias, conhecer lavouras irrigadas de palmeira, além de fábricas de equipamentos para processamento e armazenamento da polpa.

Animados com os resultados da visita compraram uma propriedade de 25 hectares no Alto Linha Josefa e instalaram uma agroindústria para processamento da fruta da palmeira-juçara. A propriedade tinha histórico de cultivo tradicional de fumo e milho pelos antigos proprietários, mas tem área de remanescentes de Mata Atlântica nas áreas íngremes. A propriedade está integrada ao serviço municipal de abastecimento de água, mas também tem água abundante com cinco nascentes e poços próprios. Está situada nas margens do Arroio Andréas e integra o Programa Produtor de Água.

Figura 44 – Logomarca da empresa Du Valle



Fonte: Arquivo da empresa Du Valle, 2024

Após a formalização da empresa, obtiveram licenciamento do Ministério da Agricultura e Pecuária para processamento de produtos de origem vegetal de planta nativa. Junto à Secretaria Estadual do Meio Ambiente obtiveram certificação para manejo sustentável do extrativismo na mata. Além disso, se associaram à Rede Ecovida de Agroecologia para certificação da polpa de açaí como produto orgânico.

A estimativa é que na região do entorno dessa agroindústria existem cerca de 100 mil palmeiras juçara adultas nos remanescentes de Mata Atlântica, passíveis em cerca de 10% de colheita anual. Com a colheita de 10 mil pés e produção estimada em 6 kg/ano por pé, o potencial de plena produção seria de até 60 t/ano de polpa de açaí na parte alta do município.

Figura 45 – Imagem do cacho na safra de palmeira adulta



Fonte: arquivo da empresa Du Valle

A primeira safra foi no verão de 2024/25, de novembro a fevereiro, com colheita nas palmeiras da propriedade, bem como em cinco propriedades vizinhas. Os planos da empresa visam estabelecer parcerias com cerca de 20 propriedades vizinhas para ampliar a área de colheita. Estão em negociação duas modalidades de entrega: a opção em que a família faz a própria colheita do fruto e entrega na agroindústria; ou a opção em que a família abre a porteira para a empresa realizar a colheita.

Da viagem ao Pará trouxeram uma colheitadeira formada por uma haste com garfo que alcança até 18m de altura. Conhecido como “busca-cacho” é um

equipamento desenvolvido para colher os frutos sem a necessidade do trabalhador subir na palmeira, aumentando a segurança e a produtividade. O equipamento é acoplado no tronco da palmeira e vai subindo empurrado em roldanas conforme são anexadas mais hastes. Possui gancho que segura o cacho cortado com uma lâmina embutida e evita a queda dos frutos no chão.

Figura 46 – Embalagens em fase de teste



Fonte: Arquivo da empresa Du Valle, 2025

Nas antigas lavouras da propriedade estão sendo semeadas agroflorestas com mix de sementes de espécies nativas que incluem a palmeira-juçara, visando ampliar a área produtiva. Após o processamento a polpa é acondicionada em embalagens plásticas de 2 a 4 kg com as etiquetas das certificações. A parcela de polpa que não é comercializada diretamente é acondicionada em freezer. A empresa é associada da cooperativa Cooperverc e, entre outubro de 2025 e maio de 2026, forneceram polpa para o programa municipal de alimentação escolar.

A polpa não possui aditivo químico, nem é adoçada com açúcar, mas com melado ou banana, permitido em até 4% do volume pela certificação orgânica. Foi realizada uma oficina com as merendeiras do município para compartilhar dicas para as diversas formas de preparo do açaí na escola.

A empresa está testando o desenvolvimento de subprodutos para além da polpa. O caroço pode ser torrado e moído, gerando um aditivo para bebidas quen-

tes, enquanto o fruto fermentado pode gerar uma bebida de baixo teor alcoólico, ambos produtos mais simples para armazenamento e transporte por não necessitarem de resfriamento. A participação da empresa na Feira da Produção de Vera Cruz de 2025 permitiu promover as atividades da empresa e atrair proprietários vizinhos interessados em fornecer frutos da juçara.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. **Construção de indicadores de sustentabilidade da Juçara**. Caderno No. 46. São Paulo: Conselho da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2015. Disponível em: <https://rbma.org.br/> Acesso em: 30 jul. 2026

BRASIL. Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Pagamentos por Serviços Ambientais na Mata Atlântica: lições aprendidas e desafios**. Brasília: MMA, 2011. Disponível em: <https://www.idesc.org.br/> Acesso em: 30 jul. 2026

DORNELLES, C. *et al.* Plantar, cuidar, agroflorestar: a cadeia produtiva do açaí juçara no litoral norte do RS. In: Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, v. 19 n. 1 Rio de Janeiro: 2024. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/> Acesso em: 30 abr. 2026.

RAMOS, M.; CRUZ, F.; COELHO-DE-SOUZA, G. Cadeia do açaí juçara no sul do Brasil: reflexões sobre sua trajetória como instrumento de proteção e valorização da sociobiodiversidade na Mata Atlântica. In: PARRADO-BARBOSA, A.; RUIZ, E.; TRICHES, R. (eds.) **Sustentabilidade, circuitos curtos de abastecimento e compras públicas**. Chapecó: Editora UFFS, 2022, p.93-110 Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786586545753.0006> Acesso em: 30 jul. 2026

SÃO PAULO. Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Programa de recuperação da palmeira-juçara dobra número de famílias e triplica áreas. **Destaques**, 30 jan. 2025. Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/2025> Acesso em: 01 maio 2026.

4.3 PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS CARBONO: O PIONEIRISMO DA TRANSPORTADORA DEUFEL²¹

Neutralização de emissões são as estratégias adotadas para reduzir os gases de efeito estufa (GEE) gerados pela atividade econômica, especialmente o dióxido de carbono (CO₂). O objetivo é minimizar o impacto dessas emissões na atmosfera. Quando uma empresa não consegue reduzir suas emissões, existe a alternativa de compensar as emissões, essencial para reduzir o impacto ambiental de atividades que não podem ser eliminadas de imediato, como a queima de combustíveis fósseis em motores.

A compensação das emissões não ocorre de forma isolada, faz parte de uma proposta mais ampla de uma empresa na transição energética, envolvendo ao mesmo tempo a redução gradual das emissões pela adoção de novos processos e novos equipamentos. Ainda não existe obrigatoriedade de redução ou compensação de emissões no Brasil. As empresas adotam a compensação, tanto como parte de suas estratégias de sustentabilidade, o conceito de Ambiental, Social e Governança (*ESG* em inglês), como para cumprir metas voluntárias de redução de GEE.

A compensação de emissões é baseada no conhecimento de que, como a Terra só possui uma atmosfera, não importa onde geograficamente se reduza a emissão de GEE, mas importa que ela realmente aconteça. A compensação auxilia no combate ao aquecimento global, direciona recursos para projetos de transição para maior sustentabilidade, como reflorestamento ou energia de fontes renováveis, e é uma ferramenta estratégica para atingir metas climáticas como as do Acordo do Clima de Paris de 2015.

O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 13: “Ação Contra a Mudança Global do Clima” representa o foco central para redução de carbono na Agenda 2030, exigindo medidas urgentes para combater o aquecimento global e seus impactos. Ele incentiva a redução de emissões, projetos de reflorestamento, energia renovável e o uso de créditos de carbono para alcançar a neutralidade.

²¹ Autor: Markus Erwin Brose

Origens da empresa

Nos anos 1970/80 a família Deufel mantinha um mercado diversificado na Linha Dona Josefa, em um período no qual era raro as famílias de agricultores disporem de veículo próprio e a locomoção até a cidade ocorria mediante transporte público, o que favorecia o comércio local. O Sr. Celso Luís Deufel era um dos cinco irmãos que administravam o mercado com os pais e tinham experiência com logística e transporte, pois mantinham caminhões que funcionavam como unidades móveis de venda nas localidades, assim como prestavam serviço de recolhimento de leite nas propriedades rurais.

Em 1982, Sr. Celso recebeu oferta para compra de três caminhões que eram utilizados para prestação de serviço de transporte de cargas de fumo para as empresas fumageiras da cidade. Ele adquiriu os caminhões e iniciou a empresa Transportes e Comércio Deufel Ltda. Nos anos 1980/90, as empresas fumageiras estavam em expansão na região, o que permitiu que a empresa crescesse com ampliação da frota operando o transporte de cargas entre as unidades de produção nas sedes dos municípios.

A maior atividade dos veículos ocorria no período de safra do fumo, entre fevereiro e agosto de cada ano. No período inverso, de menor atividade entre as plantas industriais, a empresa se especializou no transporte de lenha. A lenha de eucalipto que as famílias produtoras utilizam nas propriedades para secar as folhas de fumo nas estufas antes da comercialização. Muitas propriedades não têm plantio próprio de eucalipto, assim dependem da compra e entrega de lenha em ritmo anual para processamento da safra, gerando a oportunidade para a transportadora ocupar seus veículos em período de pouco serviço.

Com o passar do tempo, a Transportadora Deufel diversificou seus negócios, mantendo tanto plantio próprio de eucalipto para comercialização, como adquirindo lenha de terceiros para o fornecimento aos agricultores. Provendo todos os serviços da cadeia produtiva de lenha, desde contratação do plantio e da colheita, intermediação da compra, como transporte e entrega.

Figura 47 – Estocagem da madeira após colheita



Fonte: Arquivo da empresa

A evolução do mercado fumageiro nos anos 2010 também representou novas demandas à empresa, como a padronização da movimentação de cargas de fumo com caminhões *Sider*. São veículos de carga com carroceria fechada por lonas laterais corrediças e teto rígido, propiciam maior segurança e facilitam o carregamento por empilhadeiras. Assim, reduzem a demanda por trabalho manual na carga e descarga no pátio, na medida em que está se tornando cada vez mais rara a disponibilidade de mão-de-obra na região.

Para o transporte da lenha nos anos 2010 foi sendo modernizada a frota com caminhões equipados com grua, para agilizar carga e descarga das toras face à crescente escassez de mão-de-obra. Nos anos 2020 passou a crescer também a demanda por cavaco de madeira para abastecer caldeiras em grandes empresas em processo de transição energética, assim a empresa Deufel instalou um galpão e picador automatizado de cavaco de madeira em terreno à beira da rodovia RS-287 (Figura 48).

Figura 48 – Picador conduzindo cavaco para depósito



Fonte: Arquivo da empresa, 2025

A tendência do mercado regional é a expansão do consumo de cavaco em razão da transição energética. O RS é o estado responsável por exportar o maior montante de cavacos produzido no país, só no ano de 2019, o estado exportou 994 mil toneladas, o que representou 64% do valor das exportações nacionais e 67% do volume total no país (Ucella-Filho *et al.*, 2022).

A inovação na gestão

Nos anos 2010, o filho, Sr. Rafael Deufel, e sua colega, Sra. Bruna Lara, ampliaram suas atividades na empresa até assumirem a responsabilidade pela gestão. A partir de 2020, iniciaram o processo de qualificação da gestão da empresa mediante certificação externa. Começaram com a certificação ISO 9001, que estabelece uma revisão dos processos internos da empresa e o planejamento com foco na eficiência e satisfação dos clientes. O processo é conduzido por auditoria externa e precisa ser revalidado anualmente, em 2026 a empresa se encontra no sexto ciclo de validação.

A nova organização da empresa foi sendo ampliada para incluir os conceitos de *ESG*, o Tripé da Sustentabilidade. Entre outros, foram sendo internalizadas rotinas de segurança do trabalho mediante consultoria externa, a capacitação de funcionários, coleta seletiva dos resíduos e redução do consumo de papel. A empresa também passou por um processo de planejamento estratégico. Além disso, adotou ações externas de responsabilidade social, entre outros, a empresa anualmente ajuda na organização da Corrida Solidária da Associação de Amigos Especiais (ADAE) de Vera Cruz que beneficia uma organização de atendimento a pessoas com necessidades especiais que mobiliza mais de 500 participantes.

Figura 49 – Caminhão da empresa em trânsito



Fonte: Arquivo da empresa, 2025

Para a certificação desse processo a empresa contratou a certificação pela EcoVadis, uma plataforma internacional que permite a revisão externa dos procedimentos de transição rumo à sustentabilidade de empresas em todo o mundo. Em 2024, no primeiro ciclo, a Transportadora Deufel conquistou a certificação nível Bronze. O selo Bronze reconhece empresas que estão entre os 35% melhores desempenhos (percentil 65 ou superior) nas avaliações de sustentabilidade. Assim, o selo atesta um sistema de gestão consistente em temas como meio ambiente, práticas trabalhistas e compras sustentáveis.

Neste contexto também foi contratada uma consultoria externa para realizar o inventário de emissões de GEE das operações da empresa. Em 2024 foi conduzido o inventário das operações de transporte das cargas de fumo para grandes empresas da região, especificamente as emissões provenientes da combustão de óleo diesel dos caminhões, utilizando o *GHG Protocol*, padrão de registro internacional representado no Brasil pela Fundação Getúlio Vargas.

Para o ano-base de 2024, foram considerados no inventário os gases: Dióxido de Carbono (CO₂), Metano (CH₄) e Óxido Nitroso (N₂O). Convertendo os demais gases para o padrão CO₂, foram registradas emissões de 27,19 toneladas de CO₂ equivalente emitidas em 2024. A compensação dessas emissões foi realizada mediante o plantio de 195 mudas de árvores de espécies nativas do bioma Mata Atlântica, em faixa de área de preservação permanente nas margens do rio Pardinho que haviam sido danificadas durante as inundações de abril e maio de 2024.

Em seu planejamento estratégico a empresa assumiu como objetivos a curto prazo:

- Mapear o consumo diário da frota visando identificar oportunidades para redução do consumo e das emissões.
- Capacitar os motoristas e direção econômica, que reduza o consumo de combustíveis.
- Sensibilização ambiental dos funcionários.

Como compromissos de longo prazo foram definidos:

- Manter padrões de segurança do trabalho prevenindo acidentes.
- Manter inventário anual de emissões e compensar mediante restauração florestal.
- Instalar fornecimento de energia solar na produção de cavaco de madeira.
- Modernização gradual da frota por veículos híbridos/elétricos.
- Contribuir para difusão de práticas mais sustentáveis na utilização de biomassa na cura do tabaco na região.

Em 2026, a empresa conta com 13 funcionários permanentes e para a safra do fumo, de janeiro a setembro, contrata cerca de 20 trabalhadores tempo-

rários. A empresa conta com escritório na área central de Vera Cruz. A maioria dos caminhões ficam posicionados nas plantas das empresas nos municípios de Vera Cruz, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires.

REFERÊNCIAS

AGEFLOR – ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE EMPRESAS FLORESTAIS. O setor de **base florestal no Rio Grande do Sul 2025**: ano base 2023/24. Porto Alegre, 2025. Disponível em: <https://ageflor.com.br/> Acesso em: 30 jul. 2026

BIANCHINI, D. **Avaliação energética, econômica e ambiental do uso de cavaco de madeira para geração de energia elétrica**. Dissertação (Mestrado) Ciências Ambientais. Universidade do Estado de Santa Catarina, Lages, 2020.

FGV EAESP – Fundação Getúlio Vargas Escola de Administração de Empresas de São Paulo. **Programa brasileiro GHG Protocol: perguntas frequentes**. Versão 1.3. São Paulo. Disponível em: <https://eaesp.fgv.br/> Acesso em: 30 jul. 2026

IBTS - INSTITUTO BRASILEIRO DE TRANSPORTE SUSTENTÁVEL. **Guia para inventário de emissões**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://ibts.eco.br/> Acesso em: 30 jul. 2026

AMBIPAR, SISTEMA OCB. **Guia metodológico do inventário de emissões de gases de efeito estufa**. ESG Coop. Brasília, 2023. Disponível em: <https://somos-cooperativismo.coop.br/> Acesso em: 30 jul. 2026

UCELLA-FILHO, J. *et al.* Cavacos de madeira: características, aplicações e avanços de pesquisa no Brasil. **Revista Open Science Research VIII**, Guarujá, v. 7. 2022. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.37885/221010665> Acesso em: 30 jul. 2026

4.4 PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS AGROFLORESTAIS: PRODUÇÃO DE CAFÉ²²

As Agroflorestas, ou Sistemas Agroflorestais, são modelos de uso da terra que combinam cultivos agrícolas com árvores no mesmo espaço. Os sistemas agroflorestais contribuem com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A agrofloresta previne erosão, assoreamento e enchentes (ODS 6), recarrega os lençóis freáticos (ODS 6), restaura solos degradados (ODS 2), contribui para biodiversidade ao criar habitats e corredores ecológicos na paisagem (ODS 15), reduz necessidade de insumos (ODS 12), sequestra e armazena carbono em taxas comparáveis à restauração (ODS 13), com os benefícios de produção de alimentos (ODS 1, 2, 3).

Além disso, as agroflorestas podem ser aplicadas em áreas urbanas, por exemplo, em áreas marginais (ODS 11). Traz resiliência econômica (ODS 1, 8 e 10) e climática (ODS 13) para os agricultores através da diversidade de culturas produzindo em tempos e momentos diferentes.

A Quinta das Pirilampos

A proposta surgiu de forma inesperada em 2022, quando a família Weigelt adquiriu uma propriedade rural de dois hectares em Alto Dona Josefa e encontrou três pés de café já existentes no local (Figura 50). Ao perceberem que se tratava de café, fizeram contato com a Fundação Procafé que confirmou que a espécie era da classificação botânica arábica. A partir de então, decidiram aprofundar os estudos sobre a cultura cafeeira e iniciaram um experimento de adaptação do cultivo ao clima da região.

Movido pelo interesse na cafeicultura, Diego Weigelt publicou, em 2025, o livro *Uma Vida com Café*, resultado de uma pesquisa baseada em entrevistas realizadas com 25 produtores de café de 15 países. A obra busca compreender as múltiplas relações culturais, econômicas e afetivas estabelecidas em torno da cafeicultura, reunindo relatos que evidenciam a relevância histórica e social do café em diferentes contextos geográficos.

²² Autor: Caroline dos Santos e Markus Erwin Brose

Durante o processo de pesquisa para a elaboração do livro, quando ainda se encontrava nas etapas iniciais de implantação de sua própria lavoura, Weigelt identificou um elemento de significativa relevância para a história da cafeicultura gaúcha. Trata-se da existência de uma plantação pioneira de café no município de Vera Cruz.

Figura 50 - Primeiros pés de café encontrados na propriedade



Fonte: Caroline dos Santos em 09/05/2026.

A informação foi encontrada em reportagem publicada pelo jornal *Gazeta do Sul* em 7 de fevereiro de 1978 (Figura 51). O texto descreve a existência da então única plantação de café conhecida no Rio Grande do Sul, localizada em Alto Ferraz, interior de Vera Cruz. Segundo a reportagem, o cafezal era composto por aproximadamente cinco mil pés de café e havia sido implantado décadas antes por Helmuth Kumm, sendo posteriormente mantido por seu filho, Osvaldo Kumm.

A matéria registra que o cultivo era realizado em meio à vegetação da Mata Atlântica e não possuía finalidade comercial, destinando-se principalmente ao consumo da família. Apesar das limitações impostas pelas condições climáticas da região, especialmente pela ocorrência de geadas, a lavoura apresentava produção regular e despertava interesse por representar uma experiência incomum

no contexto da agricultura gaúcha. O periódico também destacava características do solo e das condições ambientais locais a cerca 400 metros de altitude acima do nível do mar, consideradas favoráveis ao desenvolvimento da cultura do café.

Figura 51 - Reportagem do Jornal Gazeta do Sul, de 07 de fevereiro de 1978



Fonte: arquivo Jornal Gazeta do Sul.

Atualmente, a Quinta dos Pirilampos conta com aproximadamente 700 plantas cultivadas em sistema agroflorestal. Considerando o clima local, o cultivo em agrofloresta na Mata Atlântica passou a desempenhar papel central, sendo a produção estruturada em manejo orgânico e com sombreamento natural, utilizando bananeiras, abacateiros e árvores maiores para proteger os cafeeiros do excesso de sol e das oscilações climáticas. O plantio de novas mudas ocorreu de forma gradual: dos três pés originais foram produzidas novas mudas, que se tornaram sucessivamente centenas de plantas cultivadas na propriedade.

O manejo do café na propriedade prioriza práticas orgânicas e sustentáveis. Não são utilizados agrotóxicos, sendo empregado apenas adubo orgânico

e métodos naturais de controle de pragas. As formigas, por exemplo, são combatidas com óleo de mamona, de nim e outras alternativas naturais. O cuidado com as plantas é constante, incluindo cronogramas de adubação, monitoramento da lavoura e manejo manual da colheita. Além disso, a família demonstra preocupação com a biodiversidade local. O cultivo de árvores e flores busca favorecer a presença de abelhas e incentivar futuramente a produção de mel de florada de café.

Todo o processo produtivo é realizado manualmente, desde a plantação até a colheita seletiva dos grãos com o objetivo de preservar a qualidade, o sabor e as características sensoriais do café produzido. As variedades cultivadas incluem espécies como Typica, Bourbon Amarelo, Arara e Siriema, consideradas importantes no universo dos cafés especiais.

Os grãos são colhidos manualmente quando atingem o ponto ideal de maturação, garantindo o melhor aproveitamento da produção. Após a colheita, passam pelo processamento conhecido como cereja descascado, com características do método *honey*, e são posteriormente secos em peneiras. Atualmente, a propriedade investe na secagem em terreiros suspensos, buscando aprimorar ainda mais a qualidade do café. Após dois anos de estudo e aperfeiçoamento das técnicas de cultivo, a família também passou a produzir cerca de 1.500 mudas de café por ano.

Figura 52 - Pés de cafés cultivados no sistema agroflorestal.



Fonte: Caroline dos Santos, fotos registradas em 09/05/2026.

O controle de temperatura, ar, rotação e tempo de torrefação exige conhecimento técnico e experiência prática. Houve inclusive investimento em um torrador profissional elétrico para aprimorar o processo artesanal de torra. A Quinta do Pirilampos é a primeira microtorrefação de cafés especiais do Vale do Rio Pardo.

Outro diferencial está no aproveitamento integral da produção: as cascas e folhas do café são utilizadas para fabricação de chás, enquanto também existem experiências com produção artesanal de cachaça de café (Figura 53). A propriedade recebe visitantes de diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul e do Brasil para *workshops*, degustações e vivências relacionadas ao universo dos cafés especiais. Conforme relato do proprietário, mais de 300 pessoas já passaram pelas atividades desenvolvidas no local desde dezembro de 2025.

Figura 53 - Produtos produzidos na Quinta do Pirilampos: café, chá e cachaça.



Fonte: Caroline dos Santos, foto em 09/05/2026.

A realização de *workshops*, visitas técnicas e vivências turísticas contribui para aproximar a população urbana e rural, valorizando o conhecimento agrícola e fortalecendo a identidade territorial de Vera Cruz. Além disso, a circulação de visitantes de diferentes estados brasileiros movimenta a economia local, gera visibilidade para o município e fortalece redes de intercâmbio e conhecimento.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DO CAFÉ. **Indicadores da indústria de café no Brasil**. Disponível em: <https://www.abic.com.br/> Acesso em: 25 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Café no Brasil: produção e mercado**. Brasília: MAPA, 2025.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Sistema de produção de café arábica**. Brasília: Embrapa Café, 2024.

FUNDAÇÃO PROCAFÉ. **Cafeicultura sustentável e manejo do café arábica**. Varginha: Procafé, 2025. Disponível em: <https://www.fundacaoprocafe.com.br/> Acesso em: 30 jul. 2026

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Cafés especiais: tendências e oportunidades para pequenos produtores**. Brasília: Sebrae, 2024. Disponível em: <https://sebrae.com.br> Acesso em: 30 jul. 2026

4.5 PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS AGROECOLOGIA: ALIMENTOS ORGÂNICOS E SAÚDE²³

A transição agroecológica não constitui apenas uma reforma pontual nas técnicas de produção agrícola, mas representa uma mudança estrutural que abranja uma nova relação entre a família agricultora e o meio ambiente. A transição busca estabelecer um modelo agrícola que respeite os princípios socioambientais. Nesse contexto, o objetivo do pagamento por serviços ambientais é recompensar o trabalho e esforço adicional das famílias com produção agroecológica que produzem serviços ambientais.

Através da comercialização mediante circuitos curtos e redes de comércio justo busca-se mudar a estrutura dos preços dos alimentos agroecológicos de forma a melhorar a rentabilidade relativa das atividades de proteção e uso sustentável de recursos naturais. A produção orgânica não utiliza adubos sintéticos ou agrotóxicos, o que reduz o volume produzido em relação ao espaço, elevando o custo por unidade. O valor extra do preço repassado ao agricultor serve para cobrir os riscos da sazonalidade, a necessidade de certificação e os benefícios sociais e ambientais gerados pelo manejo orgânico.

A agroecologia representa um caminho prático para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ela integra princípios ecológicos, sociais e econômicos para criar sistemas alimentares justos, atuando como uma ferramenta transversal da Agenda 2030 para erradicar a pobreza, frear as mudanças climáticas e promover a vida saudável. Está relacionada com o ODS 2: Erradicação da Fome e Agricultura Sustentável; ODS 13, ODS 14 e ODS 15: Meio Ambiente e Clima; ODS 3 e ODS 6: Saúde e Água.

O Programa CAPA em Santa Cruz do Sul

O Programa CAPA de Agroecologia (antigo Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia) constitui uma iniciativa da Fundação Luterana de Diaconia (FLD) que assessora famílias agricultoras, comunidades indígenas, quilombolas e povos tradicionais, bem como empreendimentos econômicos solidários, no Sul

²³ Autor: Markus Erwin Brose

do Brasil para promover a produção sustentável de alimentos e a segurança alimentar e nutricional, a organização social e o acesso a políticas públicas em cerca de 100 municípios.

Figura 54 – Feira agroecológica da cooperativa Ecovale em Santa Cruz do Sul



Fonte: Arquivo CAPA

A FLD é uma organização da sociedade civil criada pela Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), que atua no apoio e assessoramento para a promoção e defesa de direitos por meio da execução de projetos junto a grupos no Sul e na Amazônia. Atua na defesa do direito à terra e território de povos indígenas e quilombolas, bem como junto a redes de ensino públicas no enfrentamento do racismo estrutural.

O escritório da FLD localizado em Santa Cruz do Sul atua a partir do Programa CAPA de Agroecologia na Região dos Vales, em 25 municípios, mediante alguns dos seus principais projetos: apoio para famílias em transição agroecológica e certificação orgânica participativa; implantação de cisternas, sistemas de saneamento ecológico e captação de água da chuva; fortalecimento da comercialização em mercados institucionais e feiras de economia popular. Assessora a Cooperativa Regional de Agricultores Familiares Ecologistas (Ecovale), com sede em Santa Cruz do Sul e 60 associados em seis municípios.

O Programa CAPA também desenvolve, há vários anos, um trabalho contínuo de assessoria junto a 22 grupos de mulheres das regiões dos Vales do Rio

Pardo e Taquari, abrangendo comunidades urbanas e rurais. Essa atuação tem como foco o fortalecimento do protagonismo e do empoderamento feminino, promovendo ações voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional, à educação, à promoção da saúde integral e ao fortalecimento da autoestima.

Atuação em Vera Cruz

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente firmou, em 2000, o primeiro convênio com o núcleo CAPA de Santa Cruz do Sul para assessoria às famílias interessadas na produção agroecológica no município. Desde então, o contrato vem sendo mantido ao longo das diferentes administrações, possibilitando regularidade na reunião grupal mensal, além das visitas individuais por assessoras da FLD.

Figura 55 – Produção agroecológica da família Roos - Linha Cipriano de Oliveira



Fonte: Arquivo FLD

Em 2002, os agricultores de hortaliças orgânicas da Linha Floresta foram pioneiros no Vale do Rio Pardo ao se tornarem fornecedores do programa municipal de alimentação escolar com produtos da agroecologia. Uma década mais tarde, o “Grupo Orgânicos” foi criado em 2012 com o objetivo de reunir famílias agricultoras certificadas em Vera Cruz no âmbito da Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Vera Cruz (COOPERVEC). Ao longo dos anos

o grupo passou a acolher famílias de outros territórios que compartilham os princípios da agroecologia, possibilitando seu acesso ao processo de certificação orgânica.

Ao longo dos anos, o grupo de famílias assessoradas em Vera Cruz foi se alterando de acordo com as dinâmicas internas em cada propriedade. Atualmente, são quatro famílias agricultoras localizadas no município, bem como quatro famílias em localidades vizinhas, que integram o Grupo Orgânicos e comercializam, tanto através da Coopervec como em feiras rurais, em eventos que fazem relação com a agricultura familiar e com a cooperativa Ecovale em Santa Cruz do Sul, sendo três famílias especializadas na produção de hortaliças, além da produção de frutíferas. Adicionalmente, participa uma família com propriedade na serra que integra o coletivo Terra da Mata, um espaço voltado a terapias para o bem-estar, bem como comercialização de produtos naturais, na região de Santa Cruz do Sul.

Figura 56 – Banca da Cooperativa Ecovale em evento



Fonte: Arquivo FLD

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural apoia ativamente as redes de comercialização dos alimentos da agricultura familiar, seja através da logística sem custos de transporte de adubo orgânico para as lavouras, seja através de um serviço eficiente de manutenção da trafegabilidade nas estradas rurais.

As famílias produtoras participam ativamente da Rede Ecovida de Agroecologia buscando a certificação orgânica participativa, um processo de geração de credibilidade que pressupõe a participação solidária de todos os segmentos interessados em assegurar a qualidade do produto final e do processo de produção.

REFERÊNCIAS

CHARÃO-MARQUES, F.; SCHMITT, C.; OLIVEIRA, D. Agências e associações nas redes de agroecologia: práticas e dinâmicas de interação na Serra Gaúcha. **Século XXI-Revista de Ciências Sociais**, Santa Maria, v. 7, n. 1, p.15-42, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/> Acesso em: 30 jul. 2026

COSTA, R. C.; PIKETTY, M. G.; ABRAMOVAY, R. Pagamentos por serviços ambientais, custos de oportunidade e a transição para usos da terra alternativos: o caso de agricultores familiares do Nordeste Paraense. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 99-116, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://doi.org/> Acesso em: 30 jul. 2026

FEUERHARMEL, L. **A agroecologia como opção de renda na agricultura familiar**: o caso de produtores vinculados ao CAPA/Ecovale - Santa Cruz do Sul. Monografia (Graduação) Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/> Acesso em: 30 jul. 2026

GOSSENHEIMER, I.; TURATTI, L. Pagamento por serviços ambientais como instrumento econômico de incentivo à agroecologia. **Revista Direito Ambiental e Sociedade**, Caxias do Sul, v. 11, n. 2, p. 1–26, 2021. Disponível em: <https://doi.org/> Acesso em: 30 jul. 2026

WIENKE, F. As políticas de pagamento por serviços ambientais direcionados à agroecologia. **Revista de Direito Agrário e Agroambiental**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 59–78, 2016. Disponível em: https://doi.org Acesso em: 30 jul. 2026

4.6 BARRAGEM DE REGULAÇÃO DO ARROIO ANDREAS: ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA²⁴

A água é o principal meio através do qual as mudanças climáticas influenciam os ecossistemas e assim o sustento e o bem-estar das sociedades. As temperaturas mais elevadas, e as mudanças nas condições de tempo, com a ocorrência de eventos extremos, afetam a disponibilidade e a distribuição das chuvas, vazão dos rios e água subterrânea. O passado não é mais uma garantia para a previsão futura, exigindo modelos mais flexíveis

A adaptação climática na gestão hídrica foca na reservação e regulação da vazão dos rios para enfrentar extremos, sejam secas ou cheias, com foco em aumentar estoques de água e melhorar a resiliência. Em escala nacional a tarefa de monitoramento dos grandes rios é realizada pela Agência Nacional de Águas e Saneamento.

Origem do projeto

A concepção da barragem Dona Josefa está relacionada ao processo de evolução do sistema de abastecimento de água de Vera Cruz e às crescentes demandas por segurança hídrica diante da expansão urbana e dos eventos recorrentes de estiagem. Nos anos 2000, quando o sistema já operava próximo ao seu limite, foram realizados estudos e intervenções voltadas à ampliação da capacidade de captação. Contudo, tais medidas, embora importantes, não se mostraram suficientes para garantir estabilidade em períodos prolongados de estiagem ou para regulação da vazão em casos de chuvas excessivas.

Além disso, episódios recentes evidenciaram a vulnerabilidade do atual sistema. Em janeiro de 2025, o acúmulo de lodo e sedimentos na captação do Arroio Andreas comprometeu o funcionamento das bombas, colocando em risco o fornecimento de água. A situação emergencial exigiu intervenção imediata na remoção do material, permitindo a rápida normalização do sistema. O episódio reforçou a necessidade de investimentos estruturais, como a barragem Dona Josefa, capazes de reduzir a dependência de condições naturais adversas e aumentar a resiliência do sistema.

24 Autores: Mânon Dalize Regert Müller e Markus Erwin Brose

Figura 57 – Manchete acerca da estiagem 2020/21 em Vera Cruz.



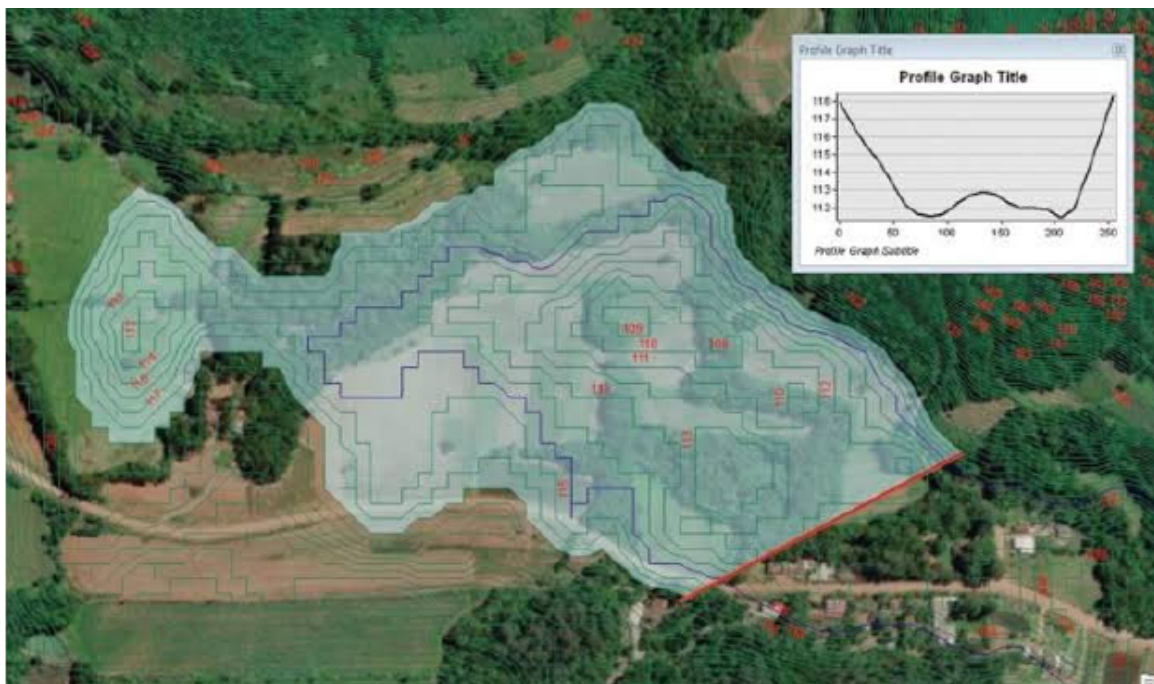
Fonte: Portal Gaz, 2021

Nestes anos surgiram propostas de soluções estruturantes, como a proposta de construção do Lago Prateado no Arroio Andreas, em 2002, que acabou não sendo executada devido aos potenciais impactos ambientais, bem como seu elevado custo. Foi também estudada a alternativa de utilizar a cava do britador na Linha Josefa, porém, este se encontra ainda em expansão pelas obras da duplicação da rodovia RS 287. Mas, o consumo de água foi sendo ampliado pelo ritmo de crescimento populacional. Em 2012, o consumo era de 2,7 mil m³ de água por dia em Vera Cruz, em 2020, chegou a 5,4 mil m³ de água/dia.

Buscou-se uma alternativa mais viável do ponto de vista técnico e ambiental, sendo identificada a área de localização estratégica mais acima na Travessa Rio Pardinho, conhecida como Corredor Batataloch (buraco da batata) cuja denominação indica a existência de uma depressão natural na Linha Dona Josefa ao longo do Arroio Andreas.

Ao longo dos anos de 2021 e 2022 foram feitos os levantamentos técnicos e estudos. Em 2023, o projeto da barragem Dona Josefa foi consolidado, prevendo uma estrutura com capacidade de retenção entre 300 e 350 mil m³ de água em cerca de 16 hectares de espelho d'água que foram adquiridos das cinco famílias lindeiras. O barramento terá 250m de extensão e até 14m de altura na parte mais profunda.

Figura 58 – Projeção altimétrica da barragem.



Fonte: Portal Arauto (2022).

A barragem deve garantir o abastecimento do município mesmo em períodos críticos de estiagem, podendo reservar água para até 60 dias de consumo da cidade. Destaca-se que com a implantação da barragem o Arroio Andreas manterá seu curso natural, assegurando a continuidade do fluxo hídrico e o equilíbrio ambiental da região.

Figura 59 – Imagem aérea dos serviços de terraplanagem



Fonte: Portal Arauto (2025).

As obras foram iniciadas em agosto de 2023 com recursos e equipamentos próprios do município, sendo caracterizada por licenciamento simplificado por se tratar de um barramento para regulação da vazão do rio sem geração de energia elétrica. Foi iniciada a limpeza da área mediante corte da vegetação e transformação em lenha.

A construção foi interrompida pelo desastre das inundações de abril e maio de 2024, bem como pela demora no retorno do maquinário e funcionários da Prefeitura, que precisou priorizar as obras de reconstrução de estradas e infraestrutura no município em 2025. Em 2026 as obras foram retomadas e cerca de 50% da barragem está concluída, sendo a próxima etapa a contratação de empresa de engenharia especializada para conclusão da infraestrutura. Com orientação por profissionais do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade de Santa Cruz do Sul, alunos da escola municipal José Bonifácio, situada nas proximidades da obra, construíram uma maquete da região e da barragem que se encontra exposta no saguão do prédio da Prefeitura.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. Construção da barragem em Vera Cruz deve iniciar em 30 dias. **Portal Arauto**, 18 de agosto de 2023. Disponível em: <https://portalarauto.com.br> Acesso em: 16 abr. 2026.

ALMEIDA, C. Lago Dourado do lado de lá da ponte, Lago Prateado para cá. **Portal Arauto**, 21 mar. 2025. Disponível em: <https://portalarauto.com.br/> Acesso em: 16 abr. 2026.

BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento. **Impacto da Mudança Climática nos Recursos Hídricos no Brasil**. Ebook. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br> Acesso em: 30 jul. 2026

BRASIL. Agência Nacional de Águas e Saneamento. **Mudanças Climáticas e Recursos Hídricos: avaliações e diretrizes para adaptação**. Ebook. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/> Acesso em: 31 jul. 2026

CUNHA, R. Cava do britador pode se tornar reservatório de Vera Cruz. **Portal Arauto**, 14 jan. 2022. Disponível em: <https://portalarauto.com.br> Acesso em: 16 abr. 2026.

FARDIN, I. Construção da barragem Dona Josefa começa a sair do papel. **Portal Gaz**, 11 ago. 2023. Disponível em: <https://www.gaz.com.br> Acesso em: 16 abr. 2026.

FARDIN, I. Excesso de umidade suspende obras de barragem de Vera Cruz. **Portal Gaz**, 18 ago. 2025. Disponível em: <https://www.gaz.com.br> Acesso em: 16 abr. 2026.

SILVA, N. Vera Cruz aguarda protocolo de licença ambiental para iniciar os trabalhos na barragem de Dona Josefa. **Portal Arauto**, 24 de abril de 2023. Disponível em: <https://portalarauto.com.br> Acesso em: 16 abr. 2026.

VERA CRUZ. Maquete da barragem Dona Josefa pode ser conferida na prefeitura. **Portal Arauto**, 05 out. 2024. Disponível em: <https://portalarauto.com.br> Acesso em: 16 abr. 2026.

VERA CRUZ. Prefeitura municipal. Acertada a aquisição de áreas para a Barragem Dona Josefa. **Prefeitura**, 09 fev. 2023. Disponível em: <https://www.veracruz.rs.gov.br> Acesso em: 16 abr. 2026.

4.7 JARDIM BOTÂNICO: VEGETAÇÃO URBANA²⁵

Infraestruturas verdes em áreas urbanas, como árvores, praças e parques, não são apenas elementos estéticos, mas infraestrutura vital que promove a biodiversidade, reduz ilhas de calor, melhora a qualidade do ar e reduz o escoamento superficial da água. A infraestrutura verde, portanto, deve ser tratada como parte integrante do planejamento urbano, superando a visão de fragmentação para garantir a resiliência das cidades.

O contato com a natureza tem ganhado cada vez mais protagonismo, tanto na teoria, quanto na prática do urbanismo, especialmente após a pandemia de Covid-19 que evidenciou a relevância dos ambientes abertos e vegetados como espaços de cura. Esse período reforçou a relevância de estudos científicos que destacaram o impacto positivo dos espaços verdes no bem-estar humano, seja em locais de trabalho, residências ou áreas urbanas.

Em 1984, o arquiteto americano Roger Ulrich publicou pesquisa onde revisou os prontuários de pacientes operados da vesícula em um pequeno hospital. Analisou o quanto esses pacientes reclamavam de dor, solicitavam a presença da enfermeira ou pediam analgésicos no pós-operatório. A única diferença entre os dois grupos era a vista da janela. A recuperação dos pacientes com vista para o verde do parque foi um dia mais rápida, com uma quantidade menor de analgésicos e menos complicações pós-cirúrgicas dos que aqueles que estavam alojados em quarto com janela com vista para um muro.

Os espaços verdes urbanos são cruciais para o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 11: “Cidades e Comunidades Sustentáveis”, visando garantir até 2030 o acesso universal a áreas verdes e públicas seguras, inclusivas e acessíveis. Eles melhoram a qualidade do ar, mitigam ilhas de calor, promovem saúde física/mental e preservam a biodiversidade.

A proposta de um parque urbano

O projeto do Jardim Botânico e Centro de Pesquisa e Exposição em Educação Ambiental de Vera Cruz surge como uma iniciativa estratégica, capaz de integrar conservação ambiental, educação e ciência. Para compreender melhor

²⁵ Autora: Débora Leonhardt da Silva

essa proposta é importante destacar que a criação e o funcionamento dos jardins botânicos no Brasil seguem diretrizes específicas estabelecidas pela legislação ambiental. Conforme o artigo 2º da Resolução nº 339 do CONAMA, os jardins botânicos têm como objetivos:

- I - Promover a pesquisa, a preservação, a educação ambiental e o lazer compatível com a finalidade de difundir o valor multicultural das plantas e sua utilização sustentável;
- II - Proteger, inclusive por meio de tecnologia apropriada de cultivos, espécies silvestres, ou raras, ou ameaçadas de extinção, especialmente no âmbito local e regional, bem como resguardar espécies econômica e ecologicamente importantes para a restauração ou reabilitação de ecossistemas;
- III - Manter bancos de germoplasma e reservas genéticas *in situ*;
- IV - Realizar, de forma sistemática e organizada, registros e documentação de plantas, referentes ao acervo vegetal, visando plena utilização para conservação e preservação da natureza, para pesquisa científica e educação;
- V - Promover intercâmbio científico, técnico e cultural com entidades e órgãos nacionais e estrangeiros; e
- VI - Estimular e promover a capacitação de recursos humanos.

Entre os diferenciais da proposta de Vera Cruz está sua origem: o projeto foi elaborado e doado ao município pelo professor Dr. Jair Putzke, biólogo e professor da Universidade Federal do Pampa. A proposta contempla a criação de um espaço voltado à conservação da biodiversidade, à pesquisa científica e à educação ambiental, estruturado de forma integrada e inovadora. Mais do que um espaço verde, configura-se como um equipamento territorial de relevância regional, oferecendo ao público, especialmente estudantes, oportunidades de aprendizado, pesquisa e vivências em contato com a natureza.

Atualmente, o estado conta com apenas quatro jardins botânicos: em Porto Alegre, Caxias do Sul, Lajeado e Santa Maria, com 39 hectares, 60 hectares, 25,4 hectares e 13 hectares respectivamente, o que reforça a necessidade de ampliação desses espaços na região.

A proposta vem sendo discutida desde o início dos anos 2000 e avançou significativamente nos últimos anos, especialmente com a regularização da área após a desapropriação e a consolidação de parcerias institucionais. A área destinada à implantação do jardim botânico possui nove hectares e está localizada no Bairro Araçá, próxima ao Ginásio Poliesportivo do Parque Municipal, em uma região com significativo potencial ambiental.

Figura 60 – Localização da área do Jardim Botânico de Vera Cruz.



Fonte: Adaptado de Google Earth

A proposta prevê a preservação do ecossistema local e da fauna, além da criação de um espaço voltado à ampliação do conhecimento ambiental. Está prevista também a implantação de um Centro de Educação e Exposição Ambiental, estruturado a partir de 20 módulos de containers, que abrigarão exposições interativas com aquários, espécies vegetais e seus respectivos biomas, além de diferentes grupos de animais, como anfíbios, répteis, mamíferos e aves.

Outro destaque importante é a doação do acervo científico do professor Jair Putzke, que inclui coleções de zoologia, botânica e estruturas expositivas. Esse material fortalece o caráter educativo e científico do espaço, além de ampliar seu potencial de atração, especialmente com elementos interativos, como exposições sobre dinossauros voltadas ao público jovem ampliando a dimensão educativa do projeto. Em um contexto marcado por desafios ambientais globais como as mudanças climáticas, o jardim botânico pode se consolidar como um espaço de formação e sensibilização, contribuindo para a construção de uma sociedade mais consciente e comprometida com o meio ambiente.

Do ponto de vista territorial, a proposta também reforça a valorização do bioma local, a Mata Atlântica, cuja presença no Vale do Rio Pardo é significativa, mas ainda pouco protegida por unidades de conservação formais. Diante desse cenário, o Jardim Botânico de Vera Cruz poderá ampliar a capacidade de

conservação regional, atuando não apenas como espaço de preservação, mas também como instrumento de difusão do conhecimento sobre a biodiversidade local.

Além disso, o projeto apresenta um importante caráter social. Ao ser concebido como um espaço acessível à população, contribui para democratizar o acesso à educação ambiental e ao conhecimento científico, promovendo a inclusão.

Em relação à sua implementação, o projeto encontra-se em fase avançada de consolidação. Informações divulgadas pela Prefeitura indicam que, em fevereiro de 2025, foram realizados encontros com a Secretaria Estadual do Meio Ambiente para alinhamento das etapas necessárias ao início da execução, reunindo representantes do poder público e da academia. A viabilização do projeto depende da liberação de recursos públicos, com previsão de investimento superior a R\$560 mil provenientes do Fundo Estadual do Meio Ambiente.

Outro diferencial importante está na sua localização. A implantação de um jardim botânico em um município do porte de Vera Cruz representa um avanço na descentralização desse tipo de equipamento, tradicionalmente concentrado em cidades maiores. Dessa forma, o Jardim Botânico de Vera Cruz ultrapassa a dimensão de um projeto ambiental, configurando-se como uma estratégia de desenvolvimento regional. A iniciativa poderá fortalecer o território e posicionar o município como referência regional em sustentabilidade e educação ambiental a ser replicada em outros territórios.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. Jardim Botânico só depende de plano diretor e levantamento fitossociológico. 25 jan. 2025. Disponível em: <https://portalarauto.com.br/>. Acesso em: 30 abr. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). **Resolução Nº 339**, de 25 de setembro de 2003. Dispõe sobre a criação, normatização e funcionamento dos jardins botânicos. Disponível em: <https://conama.mma.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2026.

PUTZKE, Jair. **Jardim Botânico e Centro de Pesquisa em Educação Ambiental do Vale do Rio Pardo**, Rio Grande do Sul, Brasil. Projeto técnico. Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), São Gabriel, RS, 2017.

ULRICH, R. View Through a Window May Influence Recovery from Surgery. **Science**, v. 224, n. 4647, 1984. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/6143402/> Acesso em: 31 JUL. 2026

VERA CRUZ. Prefeitura Municipal. Reunião na SEMA alinha últimos ajustes para início da implementação do Jardim Botânico de Vera Cruz. **Vera Cruz**, 2025. Disponível em: <https://www.veracruz.rs.gov.br/>. Acesso em: 30 abr. 2026.

5 GOVERNANÇA PÚBLICA PARA A RESILIÊNCIA

A capacidade de governança local para a resiliência é a habilidade das instituições municipais, em articulação e colaboração com organizações da sociedade civil e setor privado, de se anteciparem, absorverem e se recuperarem rapidamente de choques (como desastres e crises econômicas), além de se adaptarem de forma sustentável a longo prazo às mudanças climáticas.

A resiliência da infraestrutura crítica é essencial para a resiliência municipal e a continuação dos processos de desenvolvimento. A resiliência local pressupõe a capacidade de preparar e planificar, assimilar, se recuperar e se adaptar satisfatoriamente aos grandes eventos adversos e aos desastres. Aqui, é especialmente relevante que o Executivo municipal tenha capacidade para planejar em uma abordagem sustentável e integrada, e não em “silos” setoriais como costuma ser o caso.

Para promover o desenvolvimento resiliente e inclusivo é fundamental contar no município com um ambiente institucional favorável à cooperação e uma gestão municipal eficaz para reduzir os riscos de desastres que facilite a coordenação das atividades para a resiliência. Um sistema de governança robusto dispõe de marcos legais e políticas, bem como de mecanismos institucionais e de coordenação; e também se caracteriza por contar com uma liderança forte, com competências e responsabilidades bem definidas e pela disponibilidade de recursos.

5.1 SELO OURO DO PROGRAMA MUNICÍPIO AMIGO DA VACINA²⁶

A vacinação é reconhecida como uma das mais importantes e eficazes estratégias de saúde pública. Ao longo das últimas décadas a imunização contribuiu para a redução da mortalidade infantil, o controle de epidemias e a erradicação de doenças que historicamente causavam mortes. Segundo o Ministério da Saúde, as vacinas são responsáveis pela prevenção de enfermidades graves e pela proteção coletiva da população, constituindo um dos pilares fundamentais dos sistemas públicos de saúde.

No Brasil a vacinação é desenvolvida por meio do Programa Nacional de Imunizações (PNI), criado em 1973, é considerado uma das mais abrangentes políticas públicas de saúde do mundo. Graças às campanhas de vacinação, o país conseguiu eliminar ou controlar diversas doenças, como a poliomielite, o sarampo e a rubéola.

Entretanto, observa-se uma redução nas coberturas vacinais em diferentes regiões brasileiras, gerando preocupação entre gestores e especialistas da área da saúde. Entre os fatores associados à diminuição das coberturas vacinais estão a disseminação de informações falsas, as dificuldades de acesso aos serviços de saúde em determinadas localidades e os impactos provocados pela pandemia de Covid-19. A redução dos índices de imunização aumenta o risco do retorno de doenças já controladas e compromete a proteção coletiva da população, especialmente entre crianças e adolescentes.

Diante desse cenário, o fortalecimento das ações de imunização tornou-se prioridade para os governos federal, estaduais e municipais. A ampliação das coberturas vacinais passou a ser considerada um importante indicador da qualidade das políticas públicas de saúde, exigindo planejamento, monitoramento e estratégias de aproximação entre os serviços de saúde e a comunidade.

O tema relaciona-se diretamente ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3, que busca assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Entre suas metas estão a redução da mortalidade

²⁶ Autor: Manôn Dalize Regert Müller

infantil, o combate às doenças transmissíveis e o fortalecimento dos sistemas de saúde. Nesse contexto, a vacinação constitui uma das principais ferramentas para a concretização dessas metas.

Inovação nas políticas de incentivo à imunização

Com o objetivo de incentivar os municípios a ampliarem suas coberturas vacinais e fortalecerem as ações de prevenção, o governo do RS, em parceria com o Ministério Público Estadual, desenvolveu o programa “Município Amigo da Vacina”. A iniciativa busca reconhecer os municípios que alcançam resultados expressivos nos indicadores de imunização e que desenvolvem estratégias eficazes para garantir o acesso da população às vacinas.

O programa utiliza como referência vacinas consideradas prioritárias para a saúde pública, entre elas a pentavalente, responsável pela proteção contra difteria, tétano, coqueluche, hepatite B e infecções causadas pelo *Haemophilus influenzae* tipo B; a tríplice viral, que protege contra sarampo, caxumba e rubéola; e a vacina contra o HPV, fundamental para a prevenção de diferentes tipos de câncer associados ao Papilomavírus Humano.

Além do reconhecimento institucional, o programa incentiva a adoção de práticas inovadoras de gestão, a integração entre diferentes setores da administração pública e o compartilhamento de experiências bem-sucedidas. Dessa forma, a iniciativa contribui para o fortalecimento das políticas públicas de saúde e para a melhoria contínua dos serviços prestados à população.

A conquista de Vera Cruz

Em junho de 2026, o município de Vera Cruz recebeu o Selo Ouro do Programa Município Amigo da Vacina, reconhecimento concedido aos municípios que atingem as metas estabelecidas para os principais indicadores de imunização. A certificação destacou o município pelos resultados obtidos e pelo conjunto de estratégias implementadas para ampliar o acesso da população às vacinas.

A conquista é resultado de um trabalho contínuo desenvolvido pela Secretaria Municipal de Saúde, baseado no monitoramento permanente dos indica-

dores e na realização de ações voltadas à conscientização da população sobre a importância da vacinação. Os números alcançados pelo município demonstram a eficiência das políticas públicas implementadas e o comprometimento das equipes de saúde com a prevenção de doenças.

Figura 61 – Imagem da entrega do prêmio (2026)



Fonte: Secretaria Estadual da Saúde, RS (2026)

Em 2024, Vera Cruz registrou cobertura vacinal de 112,24% para a vacina pentavalente e 125,71% para a tríplice viral. Na vacinação contra o HPV, os índices alcançaram 89,27% entre as meninas e 84,95% entre os meninos. Os resultados demonstraram um desempenho superior ao observado em muitos municípios brasileiros, evidenciando o sucesso das ações desenvolvidas localmente.

No ano de 2025, os indicadores mantiveram-se em níveis elevados. A cobertura da vacina pentavalente atingiu 116,73%, enquanto a tríplice viral registrou 114,69%. Já a vacinação contra o HPV alcançou 95,09% do público feminino e 94,27% do público masculino, superando os percentuais considerados ideais para a proteção coletiva da população. Esses resultados contribuíram diretamente para a obtenção do Selo Ouro e consolidaram Vera Cruz como referência regional em imunização.

Cabe destacar que algumas coberturas vacinais ultrapassaram o percentual de 100%, especialmente nos indicadores da vacina pentavalente e da tríplice viral. Esse resultado ocorre porque o cálculo da cobertura vacinal é realizado a partir da relação entre o número de doses aplicadas e a população-alvo estimada pelos sistemas oficiais de saúde. Quando o número de pessoas vacinadas supera a estimativa populacional utilizada como referência, a cobertura pode ultrapassar 100%, situação considerada relativamente comum em municípios que recebem usuários de outras localidades ou que apresentam diferenças entre a população real e as projeções estatísticas utilizadas pelos órgãos de saúde. Dessa forma, os índices superiores a 100% observados em Vera Cruz refletem o alcance das ações de imunização e a elevada adesão da população às campanhas de vacinação.

Entre as principais estratégias adotadas pela Secretaria Municipal de Saúde esteve a parceria com as redes municipal e estadual de ensino, por meio da exigência do certificado de situação vacinal durante os processos de matrícula e rematrícula dos estudantes. A medida permitiu identificar crianças e adolescentes com esquemas vacinais incompletos e facilitar sua regularização.

Outra ação importante foi a realização de busca ativa dos faltosos, efetuada por meio de ligações telefônicas, mensagens via *WhatsApp* e, quando necessário, com apoio do Conselho Tutelar. Essa estratégia possibilitou ampliar o alcance das campanhas e reduzir o número de pessoas com vacinas em atraso.

O município também promoveu a verificação sistemática das carteiras de vacinação em todas as escolas e Escolas Municipais de Educação Infantil fortalecendo o acompanhamento da situação vacinal dos estudantes e ampliando a integração entre os setores da saúde e da educação.

Além disso, as salas de vacinação passaram a atender em horários estendidos e em determinados sábados, facilitando o acesso da população aos imunizantes. A ampliação dos horários de atendimento representou uma importante medida para atender famílias que encontravam dificuldades para comparecer às unidades de saúde durante o horário comercial.

Outro diferencial destacado pela equipe técnica municipal foi a utilização contínua do sistema e-SUS ao longo dos anos. A permanência do mesmo sistema

evitou problemas relacionados à migração de dados e garantiu maior confiabilidade aos registros, permitindo um monitoramento mais preciso dos indicadores de cobertura vacinal.

A conquista do Selo Ouro do Programa Município Amigo da Vacina representa, portanto, o reconhecimento de um trabalho contínuo desenvolvido pelo município em favor da saúde preventiva. Mais do que uma premiação, a certificação simboliza o compromisso da administração municipal com políticas públicas eficientes, capazes de gerar benefícios duradouros para a população e contribuir para o fortalecimento do sistema de saúde local.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Nacional de Imunizações (PNI)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/saude>. Acesso em: 8 jun. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. **MPRS sedia entrega de selo amigo da vacina a 431 municípios por resultados na imunização**. MPRS, Porto Alegre, 2026. Disponível em: <https://www.mprs.mp.br/> Acesso em: 30 jul. 2026

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento e Gestão. **ODS 3 no RS: Saúde e Bem-Estar**. Cadernos ODS. Ebook. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/> Acesso em: 31 jul. 2026

VERA CRUZ. Prefeitura Municipal. Vera Cruz conquista Selo Ouro do Programa Município Amigo da Vacina 2026. **Vera Cruz**, 2 jun. 2026. Disponível em: <https://www.veracruz.rs.gov.br/>. Acesso em: 8 jun. 2026.

5.2 PARCERIA COM PESQUISA UNIVERSITÁRIA NO COMBATE À DENGUE²⁷

Arboviroses são doenças causadas por vírus transmitidos principalmente pela picada de insetos infectados, como mosquitos e carrapatos. As mais comuns e perigosas incluem a dengue, Zika, chikungunya, febre amarela e febre do Oropouche, sendo o mosquito *Aedes aegypti* o principal vetor urbano.

As mudanças climáticas no RS transformaram o estado em um novo polo para o mosquito *Aedes aegypti*. O aumento das temperaturas médias e a maior frequência de chuvas intensas aceleram a reprodução do mosquito e a proliferação do vírus, permitindo que a doença avance para áreas antes protegidas pelo frio. A maior incidência tem acontecido na Região Norte e Missioneira, mas a Metropolitana também já tem altos índices. De forma geral, todas as regiões do RS têm apresentado casos.

As inundações e temporais, agravados por fenômenos como o *El Niño*, favorecem o acúmulo de água parada, multiplicando os criadouros. Estudo internacional publicado em 2024, constatou a relação entre os índices de incidência de larvas do inseto em recipientes descartados ao ar livre em São Paulo que aumentaram sob o efeito do fenômeno *El Niño*. A dengue no RS passou por uma mudança de perfil a partir de 2021, deixando de ser estritamente sazonal para se tornar contínua, com alta transmissão. Após recordes em 2024, o estado registrou 51 mortes e mais de 40 mil casos em 2025, com a maioria dos óbitos concentrada em idosos. Dos 497 municípios no RS, 466 (93,8%) enfrentam infestação do mosquito transmissor da dengue.

O combate à dengue está diretamente ligado ao Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 3: “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades” que tem como meta acabar com as epidemias de doenças tropicais até 2030. As ações unem políticas públicas, ciência e responsabilidade social, dividindo-se nas seguintes frentes: Prevenção primária (Saneamento e Limpeza); Imunização; Controle de Vetores.

²⁷ Auto: Markus Erwin Brose

A política estadual

Em 2019, a Secretaria de Inovação, Ciência e Tecnologia lançou o Programa INOVA RS, visando estimular a atuação interconectada da sociedade civil organizada e dos setores empresarial, acadêmico e governamental. O programa tem como foco estimular o investimento em inovação tecnológica para potencializar o crescimento econômico do estado e torná-lo capaz de gerar, reter e atrair empreendedores, negócios e investimentos intensivos em conhecimento. Baseado na estratégia de especialização inteligente, o INOVA RS se propôs a ativar oito ecossistemas regionais de inovação, entre estes na região dos Vales.

Em 2021, foi lançado o primeiro edital de chamada pública para financiamento de projetos pelas instituições científicas dos ecossistemas regionais de inovação. Em janeiro de 2022, teve início a execução dos projetos no âmbito do edital. A Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) teve aprovado o projeto “INOVA+VALES: desenvolvendo o ecossistema regional de inovação” com aporte de R\$ 500 mil, tendo como objetivo a especialização inteligente em biotecnologia e automação nos setores agroalimentar, saúde e serviços. Cinco subprojetos fazem parte da proposta aprovada:

- Plantas Bioativas: Plataforma Agro dos Vales;
- Biofábrica para produção massal de agentes biológicos e bioconversão;
- Reaproveitamento de resíduos hortifrutis;
- Automação Hospitalar-Transferência de Pessoas com Deficiências, e
- Monitoramento de arboviroses transmitidas por *Aedes aegypti*.

O quinto projeto foi planejado em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Vera Cruz, para o período de 2022 a 2024.

Projeto piloto em Vera Cruz

Com início no primeiro semestre de 2022, a pesquisa teve como objetivo entender a distribuição espacial do *Aedes aegypti* na cidade de Vera Cruz. O projeto utilizou um modelo de armadilhas para mosquitos adultos, recipientes que utilizam uma isca com feromônio que atrai a fêmea do mosquito para depositar

seus ovos. As fêmeas do mosquito ficavam presas num adesivo na lateral do recipiente da armadilha.

O monitoramento destas armadilhas permitiu a coleta de mosquitos para análise da incidência do vírus da dengue e da zika nestes animais, bem como ajudou a identificar o nível de infestação na cidade e definir ações precisas e geograficamente delimitadas para a prevenção.

No decorrer do projeto foi desenvolvido um aplicativo que é utilizado pelos agentes da Vigilância Sanitária para inserção de dados sobre o vetor, coletados nas visitas de monitoramento, assim, agilizando o processo do Levantamento Rápido de Índices para *Aedes aegypti* (LIRAA). Com os dados no aplicativo, as informações são colocadas em um *dashboard*, uma página online, que reúne dados de cerca de mais de 1,3 mil visitas/ano vinculadas ao LIRAA realizadas na cidade. Todos os dados podem ser acessados pelos gestores municipais através de utilização de login. O *dashboard* apresenta dados referentes à infestação dos bairros pelo mosquito, em tempo real.

Expansão da pesquisa

No edital de chamada pública 06/2024 do “Programa de Pesquisa e Desenvolvimento voltado a Desastres Climáticos”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (Fapergs), foi aprovada nova etapa da pesquisa.

O “Projeto de Monitoramento de Arboviroses – *Aedes aegypti*” tem como objetivo implementar, validar e expandir uma plataforma integrada de dados para o monitoramento de casos e vetores da dengue nas regiões dos Vales do Rio Pardo e Taquari. Atuando em cinco municípios pertencentes à 13ª e 16ª Coordenadorias Regionais de Saúde.

A Conect@Arbo é uma plataforma tecnológica que integra a coleta de informações em campo com um *dashboard* que contém dados laboratoriais, indicadores de infestação, além de mapeamento dos focos do mosquito. Além disso, a plataforma online propõe-se a identificar a circulação viral em imaturos do mosquito, bem como conscientizar a população sobre as medidas necessárias para prevenção da dengue e o papel crucial dos agentes de combate às endemias neste cenário.

Figura 62 – Imagem do perfil no Instagram



Fonte: Mídias sociais da plataforma Conect@Arbo, 2026

Um dos diferenciais mais importantes da plataforma Conect@Arbo é o uso do georreferenciamento. As informações inseridas no aplicativo contêm o registro de coordenadas geográficas, permitindo que a vigilância ambiental visualize, com clareza, as áreas de maior risco. Essa visualização estratégica facilita a tomada de decisões e possibilita intervenções mais rápidas e direcionadas.

Arboviroses não são eventos isolados. Elas envolvem ambiente, clima, urbanização, saneamento, educação, comportamento social, organização dos serviços de saúde e capacidade de resposta do setor público. Por isso, uma gestão eficiente não pode atuar apenas quando os casos aparecem. É necessário construir sistemas capazes de identificar sinais precoces, mapear vulnerabilidades, antecipar cenários e organizar respostas proporcionais ao risco. A vigilância em saúde, nesse sentido, é uma política de cuidado coletivo. Ela protege não apenas indivíduos já doentes, mas populações inteiras potencialmente expostas. Quando

a Prefeitura adota uma plataforma que integra dados, mapas e indicadores, ela fortalece sua capacidade de governar o risco. Governar o risco não significa controlar todos os fenômenos, mas reduzir incertezas, qualificar decisões e agir antes que o problema se agrave. Essa é uma dimensão essencial da saúde pública contemporânea.

REFERÊNCIAS

DULLIUS, N. *et al.* Monitoramento de Arboviroses transmitidas pelo *Aedes aegypti*: um estudo piloto. Mostra de Extensão, Ciência e Tecnologia da UNISC, 3ª. ANAIS, 2022. Disponível em: <https://online.unisc.br/> Acesso em: 20 maio 2026.

LOVATO, B. Unisc apresenta resultados de projeto para monitoramento do *Aedes aegypti* em Vera Cruz. **UNISC**, 12 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.unisc.br/> Acesso em: 20 maio 2026.

MENDONÇA, F.; SOEK, F.; OSCAR JR, A. *et al.* Mudanças climáticas e doenças negligenciadas: a epidemia de Dengue na Região Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Climatologia**, Dourados, v. 37, p. 250-274, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.55761/abclima.v37i21.20080> Acesso em: 31 jul. 26

PIRANI, M. *et al.* Effects of the El Niño-Southern Oscillation and seasonal weather conditions on *Aedes aegypti* infestation in the State of São Paulo. **PLOS Neglected Diseases**, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pntd.0012397> Acesso em: 31 jul. 2026

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual da Saúde. Aumento de casos de dengue no RS pode ter relação com fenômenos climáticos. **Notícias**, 8 fev. 2024. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/> Acesso em: 20 maio 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Inovação, Ciência e Tecnologia. **INOVA RS: do desenho à implementação**. Ebook. Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://inova.rs.gov.br/livro-i> Acesso em: 31 jul. 2026

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Inovação, Ciência e Tecnologia. **INOVA RS: confira as novidades de novembro da região dos Vales**. **Notícias**, 3 dez. 2021. Disponível em: <https://inova.rs.gov.br/> Acesso em: 20 maio 2026.

5.3 PLANEJAMENTO EM SAÚDE COMO EIXO ESTRUTURANTE DA GESTÃO²⁸

Os municípios têm a responsabilidade de atuar em prol da gestão do sistema de saúde no que se refere: planejar, organizar e avaliar serviços de saúde locais; gerenciar as unidades públicas de saúde; executar serviços de vigilância epidemiológica e sanitária, de alimentação e nutrição, de saneamento básico e de saúde do trabalhador; implementar a política de insumos e equipamentos em saúde; controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde.

Frente à ampliação da oferta de serviços e recursos em saúde, à implementação de novas políticas em saúde e à ampliação de responsabilidades e condicionalidades aos entes federados, em especial aos municípios, o monitoramento se faz como um elemento fundamental para que se tenham substratos à realização do planejamento em saúde.

O planejamento em saúde alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, em especial ao ODS 3: “Saúde e Bem-Estar”, busca assegurar uma vida saudável para todos. Ele orienta gestores públicos a estruturarem políticas para reduzir a mortalidade materna e infantil, combater doenças transmissíveis e crônicas, bem como promover a cobertura universal de saúde.

O ODS 3 prevê, até 2030, através da Meta 3.8: Assegurar, por meio do SUS, a cobertura universal de saúde, o acesso a serviços essenciais de saúde de qualidade em todos os níveis de atenção e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes e de qualidade.

A inovação em Vera Cruz

O monitoramento pode ser pensado como formas de acompanhamento e supervisão da implementação de políticas, planos e projetos no campo da saúde, envolve a coleta, processamento e análise de informações em saúde, de modo a analisar se as ações em saúde estão sendo desenvolvidas de acordo com o planejamento e se estão tendo o resultado esperado.

²⁸ Autores: Manôn Dalize Regert Müller e Markus Erwin Brose

Ao final de 2021, a direção da Secretaria Municipal de Saúde decidiu profissionalizar o monitoramento das ações em saúde pública, estabelecendo em caráter piloto uma função permanente em planejamento, designando uma servidora efetiva. Tendo em vista o êxito da experiência, em 2025 foi estabelecida legislação criando o Setor de Planejamento na secretaria.

Entre as suas atribuições, o setor assessora a direção da secretaria na identificação de editais e oportunidades de captação de recursos, a elaboração dos respectivos projetos, o monitoramento da base de dados municipal, bem como a elaboração de relatórios. O setor acompanha diariamente a evolução dos indicadores de desempenho nas plataformas online e sinaliza por escrito à direção da secretaria eventuais áreas que exigem intervenção.

A produção e atualização dos dados acontece nas unidades básicas de saúde utilizando as plataformas das políticas estaduais e federais de saúde. A cada quadrimestre o setor encaminha relatórios de desempenho das políticas de saúde para a Câmara de Vereadores, bem como ao Conselho Municipal de Saúde. O Conselho tem uma diretoria ativa e mantém diálogo intensivo com o setor para obter dados e redimir dúvidas quanto aos dados apresentados.

A captação de recursos acontece por dois caminhos paralelos: o acesso a programas regulares dos governos federal e estadual, bem como o acesso a emendas parlamentares. A submissão de projetos aos programas ocorre mediante editais regulares, enquanto o acesso a emendas parlamentares, federais ou estaduais, decorre de articulações políticas pelo Executivo municipal. A aprovação destes projetos depende da existência do Plano Municipal de Saúde, cuja atualização está a cargo do Setor de Planejamento.

A Secretaria de Saúde conta com página própria no site da Prefeitura Municipal, onde são publicados para acesso público: o Plano Municipal de Saúde, os relatórios quadrimestrais, os relatórios anuais de gestão, bem como os planos de trabalho para custeio por emendas parlamentares. A Tabela 4 apresenta a série histórica da entrada de emendas parlamentares para a Secretaria Municipal de Saúde, registrando uma expansão a partir de 2021.

Tabela 4 – Evolução de emendas parlamentares para Vera Cruz (em R\$)

2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
500.000	420.335	599.957	230.000	1.665.050	1.730.169	3.353.755	2.096.835

Fonte: Arquivo da Secretaria de Saúde

Em dezembro de 2024, o Supremo Tribunal Federal deliberou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 854, determinando maior transparência e rastreabilidade nos dados de emendas parlamentares. Atribuindo papel central ao Portal da Transparência do Governo Federal no detalhamento do ciclo completo de execução das emendas parlamentares. Desde então o Ministério da Saúde tem sido mais detalhado na análise dos projetos municipais destinados às emendas, desacelerando o processo.

Os avanços produzidos por uma gestão orientada pelo planejamento tornam-se mais evidentes quando podem ser observados em indicadores. No caso de Vera Cruz, a evolução institucional é expressiva. A Secretaria Municipal de Saúde iniciou o período de gestão, em 2021, com índice de 4,8 no Previne Brasil. Ao final da primeira gestão, em dezembro de 2024, alcançou a pontuação de 9,9 no Previne Brasil.

Em muitos contextos municipais, o planejamento ainda é tratado como uma etapa burocrática, separada da rotina dos serviços. Elaboram-se planos, programações e relatórios porque a legislação exige, porque os sistemas precisam ser alimentados ou porque os órgãos de controle solicitam comprovações. No entanto, quando essa lógica prevalece, perde-se a potência mais importante do planejamento: sua capacidade de organizar a gestão, integrar equipes, monitorar resultados e orientar decisões com base na realidade do território.

A experiência da Secretaria Municipal de Saúde de Vera Cruz demonstra um caminho diferente. Desde o início da gestão, em 2021, o planejamento passou a ser compreendido como uma dimensão estratégica da administração pública em saúde. Mais do que um conjunto de instrumentos formais, ele foi assumido como eixo estruturante para a qualificação da assistência, para a organização dos processos de trabalho e para a construção de uma gestão orientada por evidências, metas e resultados.

Instrumentos como o Plano Municipal de Saúde, a Programação Anual de Saúde, os Relatórios Quadrimestrais e o Relatório Anual de Gestão assumem papel central nesse processo. Quando tratados apenas como documentos obrigatórios, sua contribuição é limitada. Mas, quando incorporados à rotina decisória, tornam-se instrumentos vivos de organização, acompanhamento e avaliação das ações públicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. STF impõe multa diária a estados e municípios que não prestaram contas sobre emendas Pix. **STF**, 9 jun. 2026. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br>. Acesso em: 14 jun. 2026.

BRASIL. Fundo Nacional de Saúde. InvestSUSPainéis. **FNS**, 31 mar. 2026. Disponível em: <https://investsuspaineis.saude.gov.br/> Acesso em: 20 jun. 2026.

GRIMM, S.; TANAKA, O. Paineis de Monitoramento Municipal: bases para a construção de um instrumento de gestão dos serviços de saúde. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 25, n. 3, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742016000300014>. Acesso em: 14 jun. 2026

REUTER C.; SANTOS, V.; BOTTEGA, C.; ROESE, A. Práticas de monitoramento na gestão municipal em saúde e sua interface com a enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37(esp), e2016-0019, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2016.esp.2016-0019>. Acesso em: 31 jul. 2026

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento e Gestão. **ODS 3 no RS: Saúde e Bem-Estar**. Cadernos ODS. Ebook. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/> Acesso em: 31 jul. 2026

5.4 SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO: A GESTÃO MUNICIPAL DA ÁGUA²⁹

Nos anos 2000 expandiu-se um o debate internacional sobre a gestão dos recursos hídricos, marcado pela defesa do acesso à água como um bem comum. *Commons* em inglês, ou bens comuns, são recursos geridos coletivamente por uma comunidade, baseados no compartilhamento e acesso comum. Eles incluem desde recursos naturais, como o estoque de peixes no mar, as praias no litoral, até o conhecimento científico e a cultura popular.

Em diversos países foram revertidos os processos de privatização da gestão da água que marcaram os anos anteriores. Exemplos: a privatização da água em Paris, em 1985, foi revertida pela remunicipalização em 2009; o saneamento básico em Berlim, privatizado em 1999, foi remunicipalizado em 2012; a cidade de Atlanta privatizou o saneamento em 1999, remunicipalizando em 2003; a gestão do saneamento da região metropolitana de Buenos Aires foi privatizada em 1993, mas remunicipalizada em 2006.

Os protestos populares que avançaram este debate revertendo as privatizações foram motivados pela elevação das tarifas, baixa transparência na prestação de contas, ou o abandono de investimento dado os baixos retornos econômicos aos gestores privados. Geraram uma consulta popular no Uruguai, em 2004, que aprovou uma emenda à Constituição proibindo a privatização do saneamento. E uma consulta popular na Itália, em 2011, rejeitando a privatização da água naquele país.

A Constituição do RS não proíbe a privatização do saneamento básico, mas pela Emenda Constitucional n.º 31 de 2002 exigia consulta popular para a venda da empresa estatal de saneamento. A Emenda Constitucional n.º 80 de 2021 retirou esta necessidade de plebiscito prévio para a desestatização da Corsan, que foi privatizada em 2023. Em 2026, a Aegea Saneamento/Corsan enfrentava um cenário de alta pressão e processos, com investigações municipais focadas em falhas no abastecimento de água e esgoto. Foram instaladas Comissões Parlamentares de Inquérito em Canoas, Gravataí, Viamão e Venâncio Aires para investigar falhas na prestação de serviços.

²⁹ Autores: Manôn Dalize Regert Müller e Markus Erwin Brose

O Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 6: “Água Potável e Saneamento” visa garantir disponibilidade e gestão sustentável de água e de saneamento para todos até 2030. Foca no acesso universal, melhoria da qualidade da água, eficiência no uso, redução da poluição e proteção de ecossistemas hídricos, além de combater a escassez.

Origens históricas do saneamento básico em Vera Cruz

A trajetória do abastecimento de água em Vera Cruz está diretamente vinculada ao processo de ocupação e desenvolvimento do município. Desde a chegada dos primeiros imigrantes na região da Linha Dona Josefa, a disponibilidade de água constituiu elemento fundamental para a fixação das famílias e a organização do território. Nesse período inicial, o acesso ocorria de forma rudimentar, por meio de fontes naturais e poços escavados manualmente, atendendo às necessidades básicas da população rural.

Com a formação do núcleo urbano, o adensamento populacional e o surgimento de novas atividades econômicas, a demanda por água tornou-se mais complexa. Em 1891, a instalação da Indústria de Bebidas Celina representou um marco importante, pois passou a exigir maior volume e regularidade no abastecimento. Na época, a obtenção de água para a cidade envolvia o transporte por carroças a distâncias superiores a dois quilômetros e utilização de poços rasos escavados nos quintais.

Em 1931, com o início das atividades do hospital, a exigência por água de qualidade tornou-se ainda mais evidente. Em 1935, foi perfurado um poço artesiano na área central da cidade, contudo, a baixa qualidade da água levou ao seu abandono. Um avanço significativo ocorreu em 1953, com a inauguração da Caixa d'Água central e a implementação de sistema de recalque com água de fonte do interior, marcando o início do abastecimento organizado na cidade. Em 1959, Vera Cruz contava com 96 ligações de água, que foi o estágio inicial da transição das famílias do poço raso individual para um sistema municipal.

Com o passar das décadas, a função prática da Caixa d'Água foi reduzida, mas sua relevância simbólica aumentou. Tornou-se patrimônio afetivo e parte da memória coletiva da comunidade, representando não apenas um reservatório

de água, mas também um reservatório de histórias e identidade urbana. Hoje, é considerada um dos principais pontos turísticos de Vera Cruz, reforçando a importância da preservação de elementos arquitetônicos que carregam significados sociais e culturais.

Figura 63 – Imagem da caixa d'água no centro urbano de Vera Cruz



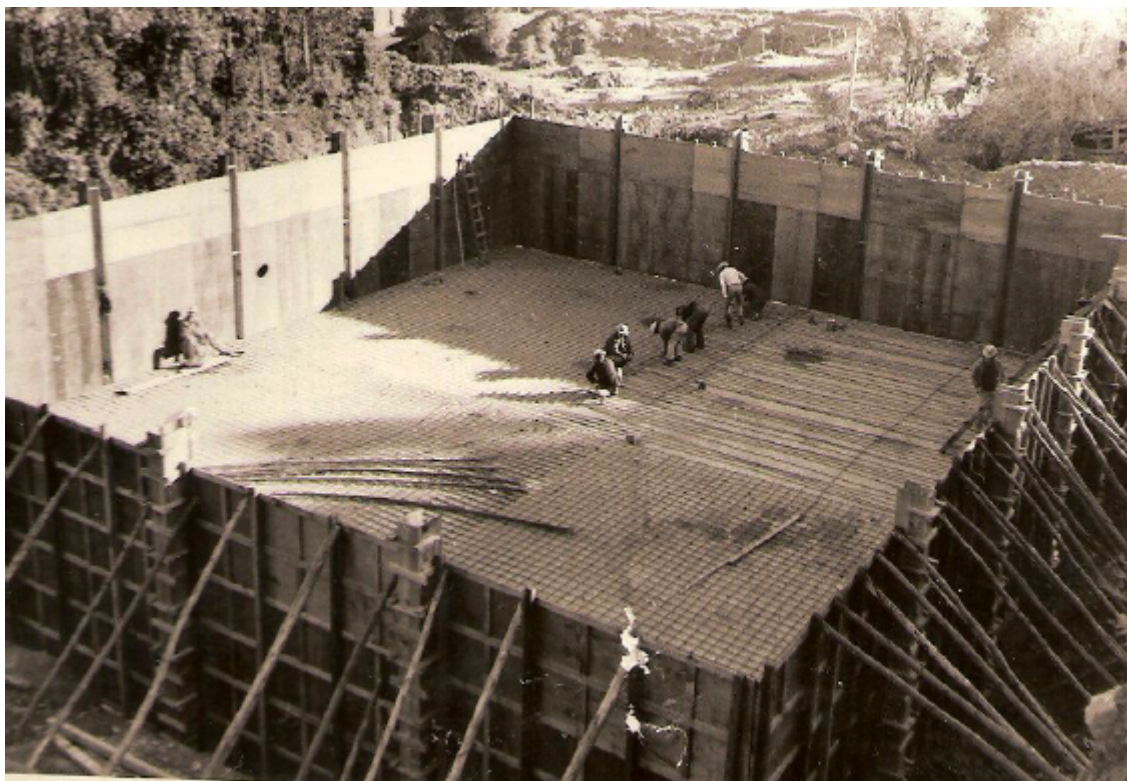
Fonte: Portal Gaz, 2021

A expansão do sistema ocorreu de forma gradual nas décadas seguintes. Em 1971, foi criado o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAE), contando cerca de 450 ligações na cidade. Em 1973, o sistema já contava com três poços artesianos em operação na Hidráulica Bom Jesus.

Visando a ampliação do sistema, foi realizado em 1972 plebiscito que apresentou a alternativa de antecipação do IPTU por dois anos para viabilizar a adutora até a fonte Diehl ou a transferência dos serviços para a empresa estatal Corsan. Cerca de 80% dos moradores escolheram manter a gestão municipal.

Em início dos anos 1980 foi inaugurada a fonte do Diehl, com capacidade de drenagem de aproximadamente 40 mil litros por hora, além da construção de um reservatório com capacidade de um milhão de litros na rua Cipriano de Oliveira, interligado por tubulação de 200 mm até a Caixa d'Água central.

Figura 64 – Construção na fonte do Diehl em Linha Dona Josefa (1981)



Fonte: Arquivo SAE

Em 1984, o número de ligações atingiu aproximadamente 1.000 residências, refletindo o crescimento urbano. Nesse processo de consolidação destaca-se a forte participação da comunidade nas decisões relativas ao abastecimento

Em 1993, o SAE passou a denominar-se Serviço Municipal de Água e Esgoto (SEMAE), consolidando a gestão municipalizada. Desde então, não houve troca de gestão, apesar da troca de prefeitos a cada eleição a gestão do Semae permanece profissionalizada. A partir dos anos 2000, a modernização do sistema acelerou com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento PAC 1. Foi implantada a Estação de Tratamento de Água (ETA), com capacidade inicial de 160m³/h, além de estrutura laboratorial para controle de qualidade.

Figura 65 – Ampliação da ETA com recursos via Funasa (2010)



Fonte: Arquivo SEMAE, 2010

Em 2011, com recursos do PAC2 do governo federal houve ampliação da capacidade do sistema municipal, prevendo já o crescimento urbano até 2030. As obras foram concluídas em 2015, investindo R\$6,5 milhões. Foi concluído o aumento da capacidade de tratamento da ETA para tratar até 120l/s. Houve aumento no volume reservação com novos reservatórios com capacidade para 2,25 milhões de litros.

Foi instalado um barramento no Arroio Andreas com o objetivo de elevar a disponibilidade hídrica, duplicando a capacidade de contenção de aproximadamente 112m³/h para 200m³/h. Em períodos de estiagem a vazão do arroio pode atingir níveis críticos, com capacidade de apenas 12 mil litros por hora. Para mitigar essa limitação foi implantada uma interligação adicional com o Rio Pardinho, garantindo o abastecimento em todas as épocas do ano. A melhoria na rede de distribuição ocorreu mediante a instalação de quatro novas adutoras, duas para água bruta e duas para água tratada.

Figura 66 – Esquema da ampliação estrutural do sistema



Fonte: Arquivo SAE

Figura 67 – Vista aérea da ETA e da ampliação



Fonte: Arquivo SEMAE, 2025

Atualmente o SEMAE opera adicionalmente 20 poços artesianos e 7 fontes naturais, que complementam o abastecimento no meio rural e recebem monitoramento constante. A estrutura permite que o município alcance 100% da área urbana e cerca de 93% da área rural, atendendo 11.265 ligações ativas de água, sendo 7.780 urbanas e 3.485 rurais. A equipe técnica, composta por 20 funcionários, é responsável pela operação e atendimento à comunidade.

Figura 68 – Ponto de captação no Arroio Andreas



Fonte: Arquivo SEMAE, 2025

O índice médio de perdas do sistema de abastecimento é 43%, muito abaixo dos 60% em municípios vizinhos. O custo do serviço de abastecimento de água é estimado em R\$1,16 m³. O número de internações hospitalares por ano ocorridas em consequência de doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado está abaixo de sete ao ano.

Um aspecto relevante da gestão municipalizada é a política tarifária. Em Vera Cruz a tarifa de água isenta o consumo básico de até 15 metros cúbicos por mês por residência, valor considerado suficiente para atender às necessidades básicas de uma família. Apenas o consumo excedente a esse limite é cobrado, o que permite universalizar o sistema a todas as famílias independente da renda.

REFERÊNCIAS

BACKES, L. Vera Cruz conclui obras de saneamento de R\$6,5 milhões. **GAZ**, 15 jun. 2015. Disponível em: <https://www.gaz.com.br> Acesso em: 16 abr. 2026.

INFOSANBAS. Vera Cruz-RS. **Funasa; UFMG**, 2020. Disponível em: <https://infosanbas.org.br/> Acesso em: 16 abr. 2026.

VERA CRUZ. Vera Cruz amplia abastecimento de água com novos reservatórios no interior. **Portal Arauto**, 15 mai 2025. Disponível em: <https://portalarauto.com.br> Acesso em: 16 abr. 2026.

VERA CRUZ. Prefeitura Municipal. Serviço Municipal de Água e Esgoto. **Vera Cruz**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.veracruz.rs.gov.br>. Acesso em: 30 jan. 2026.

VERA CRUZ. Prefeitura Municipal. Caixa D'Água. **Vera Cruz**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.veracruz.rs.gov.br/>. Acesso em: 16 mar. 2026.

5.5 CANAIS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR³⁰

Canais curtos de comercialização são formas de venda o mais direto possível entre produtor e consumidor, com poucos intermediários comerciais, o que valoriza o produtor, garante alimentos frescos e fortalece a economia local. Incluem feiras, cestas orgânicas, vendas online, agroindústrias locais e compras públicas, aproximando quem produz de quem consome.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é a política pública que garante refeições diariamente a mais de 40 milhões de alunos da educação básica no país, visando qualificar nutrição e hábitos saudáveis. Financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), repassa recursos a estados e municípios para fornecer alimentação valorizando a agricultura familiar.

O FNDE repassa valores financeiros de caráter suplementar em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. O valor repassado pela União por dia letivo para cada aluno é definido de acordo com a etapa:

- Creches: R\$1,07
- Pré-escola: R\$0,53
- Ensino fundamental e médio: R\$0,36
- Educação de jovens e adultos: R\$0,32
- Ensino integral: R\$1,07

O repasse é feito diretamente aos estados e municípios, com base no Censo Escolar realizado no ano anterior. O programa é acompanhado e fiscalizado diretamente por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar, pelo Tribunal de Contas, pela Controladoria Geral da União e pelo Ministério Público.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 2: “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável” abrange cinco metas, que buscam enfrentar a situação de fome, so-

³⁰ Autores: Mânon Dalize Regert Müller e Markus Erwin Brose

bretudo entre crianças pobres e extremamente pobres; de desnutrição, especialmente entre crianças, adolescentes, grávidas e idosos; além de aumentar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores, reforçar a sustentabilidade dos sistemas de produção e a diversidade de espécies.

Segundo a Secretaria Estadual de Planejamento do RS, o estado está entre as cinco unidades da federação com os melhores índices de segurança alimentar. A proporção de crianças com menos de cinco anos com altura baixa para a idade é inferior à verificada no país. No RS o percentual de magreza acentuada nas crianças é metade do nacional (cerca de 1%), ao passo que a incidência de obesidade é bastante próxima da média nacional de 7%.

Evolução da política pública

Com a Constituição Federal, em 1988, ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar de alimentação. O PNAE era financiado pelo Ministério da Educação e gerenciado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar, tendo sua gestão centralizada em Brasília, onde eram licitados alimentos ultraprocessados distribuídos de modo uniforme em todas as escolas do país.

A descentralização dos recursos para execução do programa foi instituída por meio da Lei nº 8.913, de 1994, mediante convênios com os municípios e as Secretarias de Educação estaduais. A Medida Provisória nº 2.178, de 2001, propiciou avanços: a obrigatoriedade de que 70% dos recursos transferidos pela União sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos, o respeito aos hábitos alimentares regionais e à vocação agrícola do município e a economia local. A partir de 2006, uma conquista fundamental foi a exigência da presença do nutricionista como responsável técnico pelo programa.

Em 2009, a sanção da Lei nº 11.947 trouxe novos avanços, como a extensão do PNAE para toda a rede pública de educação básica, inclusive aos alunos participantes do Programa Mais Educação, e de jovens e adultos, e a garantia de que, no mínimo, 30% dos repasses do FNDE sejam investidos na aquisição de produtos da agricultura familiar.

A Lei 15.226/2025 alterou o PNAE aumentando o percentual mínimo de compra da agricultura familiar de 30% para 45%. A nova legislação visa fortalecer produtores locais, priorizando grupos de mulheres (pelo menos 50% nas compras diretas), assentados e comunidades tradicionais, exigindo maior qualidade e validade dos produtos.

O pioneirismo em Vera Cruz

A inovação adotada em Vera Cruz partiu da decisão, em 2012, de ampliar a contrapartida aos recursos federais e comprar 100% dos alimentos da agricultura familiar no município. Compras públicas sustentáveis são procedimentos administrativos que inserem critérios ambientais, sociais e econômicos nas aquisições governamentais. Essa estratégia utiliza o poder de compra do setor público para fomentar inovações, reduzir impactos ambientais e gerar benefícios socioeconômicos, indo além do simples menor preço.

A participação da agricultura familiar no PNAE exigiu a organização dos produtores rurais, resultando na criação de uma cooperativa de abrangência municipal. A Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Vera Cruz (Coopervec), foi fundada por 38 agricultores locais, mediante liderança de servidor aposentado da Emater-RS. A cooperativa iniciou o fornecimento de alimentos frescos entre 2013 e 2014, com cerca de 14 itens das hortas, incluindo produtos de agroindústrias locais como massas e melado. Ao longo do tempo houve ampliação significativa da diversidade e da qualidade dos produtos ofertados, contando hoje com 121 associados.

No ano de 2026, o repasse federal totaliza aproximadamente R\$600 mil ao município, enquanto o investimento total na alimentação escolar pela Secretaria Municipal de Educação chega a R\$3,3 milhões/ano. Desse montante, cerca de R\$2,4 milhões são destinados aos produtos adquiridos mediante chamada pública da Coopervec, evidenciando o protagonismo da agricultura familiar local no abastecimento escolar.

Figura 69 – Imagens das hortas e produtos participantes do PNAE Vera Cruz



Fonte: Arquivo SME

Os R\$900 mil restantes são utilizados na aquisição de produtos provenientes do entorno do município, especialmente produtos de origem animal como carnes e laticínios, que dependem de fiscalização sanitária específica. Entre os abatedouros locais recentemente se cadastrou na Prefeitura uma agroindústria que fornece carne moída sob inspeção municipal. Outras agroindústrias locais de alimentos de origem animal, como queijos e iogurtes, estão em processo de adequação administrativa para ampliar a oferta junto ao programa municipal.

Os cardápios semanais nas escolas apresentam grande diversidade de acordo com a safra, com ampla oferta de alimentos *in natura*, incluindo frutas como abacate, abacaxi, banana, goiaba, maçã, melancia, morango, pêsego, pitaya e uva, além de verduras como alface orgânica, brócolis, cenoura, espinafre, tomate cereja, rúcula e couve-flor.

Figura 70 – Produção de agroindústrias locais



Fonte: Arquivo SME

Impactos da legislação de 2020 e a promoção da alimentação saudável

A reformulação do PNAE, em 2020, trouxe mudanças significativas na composição dos cardápios escolares, com foco na promoção da saúde e no combate ao sobrepeso e à obesidade infantil. A nova legislação proibiu a utilização de alimentos ultraprocessados como sucos em pó, produtos com corantes artificiais e itens com excesso de açúcar. Essa diretriz fortaleceu ainda mais o uso de alimentos *in natura* e minimamente processados, preparados nas cozinhas das próprias escolas ou provenientes de agroindústrias locais, como mel, pasta de amendoim, molho de tomate e nozes.

Como resultado, houve ampliação da diversidade alimentar e melhoria na qualidade nutricional das refeições oferecidas em Vera Cruz. Alunos com restrições alimentares recebem cardápio individualizado. Um aspecto relevante é a prática pedagógica nas escolas de educação infantil: professoras e monitoras dos berçários e creches realizam as refeições junto com as crianças, incentivando a

experimentação de novos alimentos e contribuindo para a formação de hábitos alimentares saudáveis.

A Secretaria Municipal de Educação faz questão de forte interação com os pais, com reuniões realizadas no início de cada ano letivo para apresentação dos cardápios e alinhamento do apoio pelas famílias. O cardápio semanal é divulgado e publicado em cada escola. Os pais, de modo geral, demonstram satisfação com a qualidade da alimentação oferecida, sendo relatada inclusive uma redução gradual nos índices de obesidade infantil.

Figura 71 – Produtos de agroindústrias locais



Fonte: Arquivo SME

Os dados mais recentes sobre o estado nutricional das crianças em Vera Cruz, publicado em 2024, evidenciam avanços importantes na faixa etária de zero a cinco anos. Conforme levantamento do Sistema de Vigilância Alimentar

e Nutricional (Sisvan) houve redução nos índices de obesidade, sobrepeso e magreza entre 2023 e 2024. A obesidade, por exemplo, caiu de 5,66% para 5,25%, enquanto também se observaram quedas nos casos de sobrepeso e magreza. Em contrapartida, o percentual de eutrofia — indicador de peso adequado — aumentou de 56,97% para 59,6%, demonstrando uma melhora geral no perfil nutricional das crianças do município.

No PNAE municipal há cooperação com o Sindicato de Trabalhadores Rurais, com o escritório local da Emater-RS que auxilia na organização e qualificação da produção agrícola; com o Serviço de Inspeção Municipal responsável pela fiscalização sanitária; e com o representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que contribui na regulamentação dos processos produtivos. Ao início do programa havia 8 agroindústrias locais com inspeção sanitária, em 2026 são 24 unidades, posicionando Vera Cruz entre os 10 municípios com maior número de agroindústrias legalizadas com selo “Sabor Gaúcho” no estado.

Atualmente, 3.693 estudantes são atendidos diariamente pelo programa, recebendo alimentação de segunda a sexta-feira. Todas as escolas do município possuem cozinhas estruturadas, com merendeiras capacitadas sob supervisão de nutricionista, garantindo a preparação adequada dos alimentos e o cumprimento das normas de segurança alimentar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C.. Crianças têm redução no índice de magreza e obesidade em Vera Cruz. **Portal Arauto**, 21 mar. 2025. Disponível em: <https://portalarauto.com.br>. Acesso em: 24 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Relatórios do estado nutricional dos indivíduos acompanhados por período, fase do ciclo da vida. **Secretaria de Atenção Primária à Saúde**, abr. 2026. Disponível em: <https://sisaps.saude.gov.br> Acesso em: 26 abr. 2026.

BRASIL. Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação. Sobre o PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escola. **FNDE**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/>Acesso em: 25 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei amplia compra da agricultura familiar para o PNAE. **FNDE**, 01 out. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/>Acesso em: 25 abr. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Cardeno ODS 2: Fome Zero e Agricultura sustentável**. Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/> Acesso em: 31 jul. 2026

VERA CRUZ. Secretaria Municipal de Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**: unidades escolares, atendimento e ações de incentivo à agricultura familiar. Apresentação em PowerPoint, 2026.

5.6 GOVERNANÇA PÚBLICA E MOBILIDADE PENDULAR: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NO EIXO VERA CRUZ - SANTA CRUZ DO SUL³¹

A redundância na prevenção é uma estratégia fundamental que significa o uso de múltiplas infraestruturas para realizar a mesma função, garantindo que, se uma falhar, existem outras alternativas. Essa abordagem é crucial, tanto para manutenção da atividade econômica economia, como para a proteção dos cidadãos contra falhas humanas, panes tecnológicas ou desastres.

A infraestrutura de redundância em emergências e acidentes visa garantir a continuidade dos serviços essenciais de saúde, evitando interrupções no atendimento a pacientes durante falhas técnicas ou desastres. Unidades de saúde utilizam geradores de reserva para manter equipamentos funcionando durante quedas de energia, tanques de reserva de água para assegurar o abastecimento em caso de falhas no fornecimento. No contexto de hospitais, isso envolve ainda sistemas de backup para computadores, mas também planejamento de diferentes vias de acesso dos veículos.

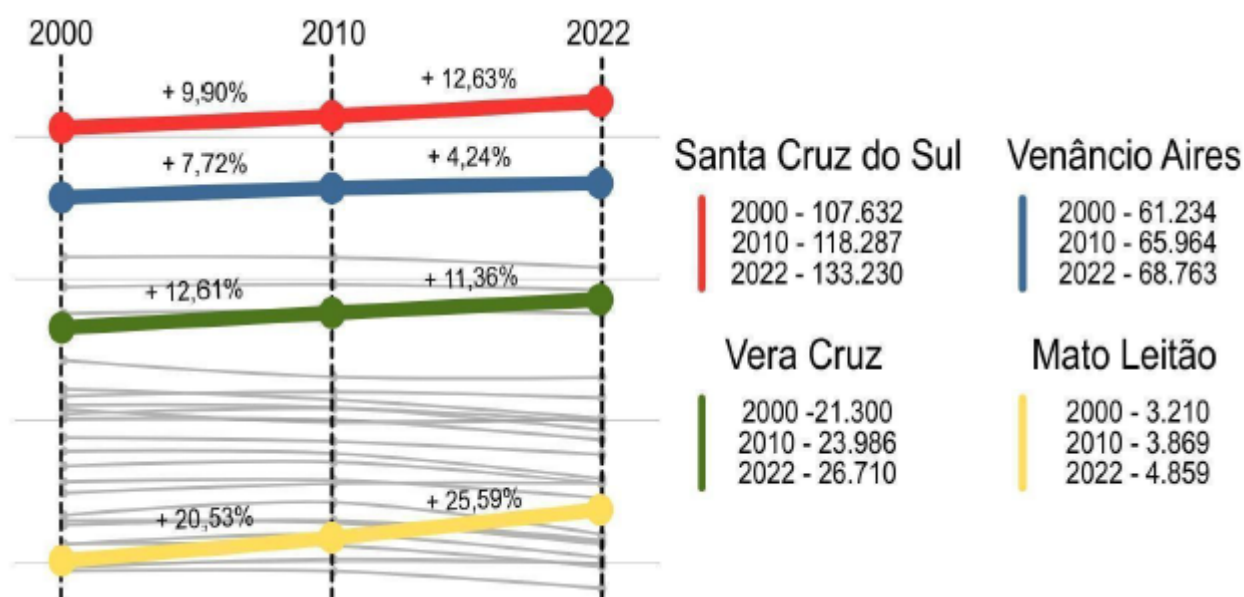
Desafios da mobilidade

Vizinha da cidade de Santa Cruz do Sul, polo regional, o município de Vera Cruz enfrenta desafios e oportunidades para execução do planejamento de suas políticas públicas. Essa proximidade vai além do limite geográfico e, por conta da trajetória histórica, consolida uma identidade compartilhada. O processo de ocupação de Vera Cruz esteve vinculado à expansão territorial e econômica de Santa Cruz do Sul. Embora os imigrantes tenham enfrentado dificuldades iniciais, como imprecisão na demarcação de lotes e precariedade de infraestrutura, o povoamento foi impulsionado pela abertura, em 1858, de caminho até a Colônia de Santa Cruz que permanece o eixo da mobilidade relevante até hoje.

A emancipação política de Vera Cruz, ocorrida em 1959, embora tenha garantido autonomia jurídica, não rompeu os laços históricos e a cooperação entre as duas cidades. Quase 70 anos depois, Vera Cruz é um dos municípios que mais cresce em número de habitantes no Vale do Rio Pardo, ao lado Santa Cruz do Sul, que, como cidade média, segue a tendência observada em todo Brasil de atrair moradores.

³¹ Autor: Eduardo Elias Wachholtz

Figura 72 – Número de habitantes nos municípios que crescem no Vale do Rio Pardo



Fonte: Elaborado a partir de IBGE (2000, 2010 e 2022)

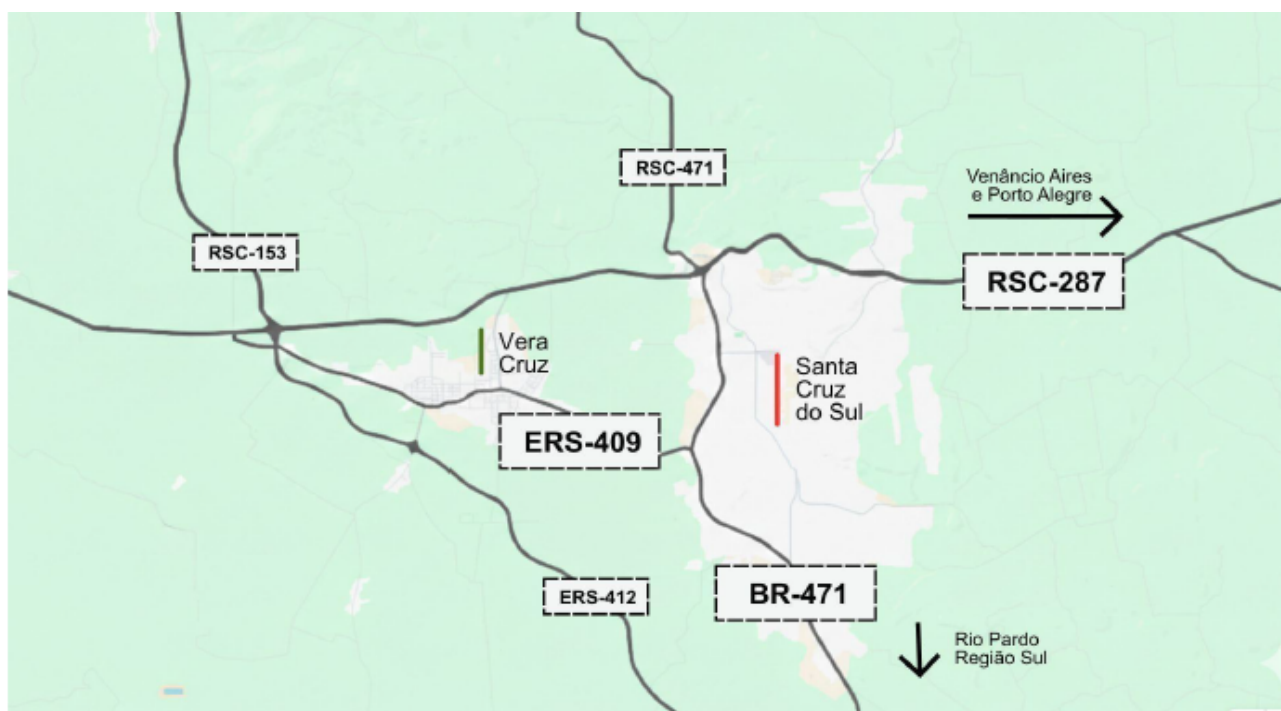
O fenômeno observado em Vera Cruz revela um duplo movimento demográfico. Enquanto as cidades médias como Santa Cruz concentram serviços públicos e comércio especializado, os municípios satélites tornam-se pólos de atração por oferecerem um preço de terra menor e maior acesso à habitação. Conforme Emmel (2016), o custo de imóveis em Vera Cruz é significativamente mais acessível do que em Santa Cruz do Sul, o que corrobora a tese de que a escolha do local de residência é pautada pelo orçamento, pela localização que permita o vínculo empregatício e pela infraestrutura. Assim, consolida-se um arranjo no qual a população utiliza as estruturas de transporte, educação superior, pesquisa e saúde de Santa Cruz do Sul, mas mantém sua base residencial em Vera Cruz.

Essa centralidade regional exercida por Santa Cruz fomenta o deslocamento pendular. Indivíduos optam por morar em uma localidade de menor custo, ainda que isso implique em gastos diários de tempo e exposição aos riscos da mobilidade. Esses fluxos pendulares modificam a dinâmica socioespacial, evitam migrações definitivas e mantêm a funcionalidade do arranjo populacional. Essas relações criam territorialidades diversificadas e vínculos que exigem um olhar atento às práticas de cooperação intermunicipal. A centralização do capital e do trabalho em Santa Cruz, coexistindo com a dispersão espacial da população, demanda que se pense em soluções regionais para problemas que são compartilhados (Dota; Camargo, 2015).

A necessidade do planejamento regional torna-se mais fácil de observar diante de gargalos compartilhados, como os observados no acesso a Vera Cruz pela RSC-287. A rodovia, ligação entre a Região Central do estado com a Região Metropolitana de Porto Alegre, foi concedida à iniciativa privada, mas o projeto de duplicação apresenta desafios que ignoram particularidades do território. Há preocupação com a agricultura e os empreendimentos comerciais, visto que a instalação de barreiras físicas e a limitação de retornos podem prejudicar o trânsito de maquinários e reduzir o fluxo de clientes em até 60%. A postura da concessionária é limitada ao cumprimento estrito do contrato e ao repasse de custos para a tarifa (Souza, 2022).

De forma análoga, a gestão de outras rodovias da região é marcada por tensões em torno das competências de cada ente federativo. Enquanto o trecho municipalizado da ERS-409 em Vera Cruz permite gestão mais direta, o trecho sob responsabilidade estadual, em Santa Cruz, sofre com a falta de investimentos. Após as inundações de 2024 foram ampliadas as galerias sob o dique para permitir a passagem da água em futuros eventos. No entroncamento com a BR-471, em horários de pico, é observada lentidão. A travessia transversal dos motoristas de Vera Cruz e Santa Cruz compete com o tráfego da BR-471, ocupada pelo escoamento ao Porto de Rio Grande e pelo fluxo da Zona Sul.

Figura 73 - Localização das rodovias que cortam Vera Cruz e Santa Cruz do Sul



Fonte: Adaptado de Google Maps (2026)

A precariedade na manutenção das rodovias e a ausência de investimentos compatíveis com o crescente volume de veículos culminaram na municipalização de um trecho de nove quilômetros da BR-471 por Santa Cruz do Sul, em 2014. Essa transferência de responsabilidades fomenta debate entre a promessa de maior agilidade na conservação e o impacto financeiro. O custo de manutenção desse segmento equivaleria ao investimento para a construção de dez unidades de ensino (Garcia, 2022). Sem base financeira a autonomia municipal corre o risco de ser comprometida pelo desvio de recursos para sustentação dessas infraestruturas.

A capacidade de planejamento municipal manifesta-se, por exemplo, no asfaltamento da Linha Número 1, possibilitando maior redundância no acesso à cidade em caso de novas inundações. Bem como na proposta de abertura de uma nova ligação viária entre a estrada da Linha Número 1 e o Bairro Várzea, em Santa Cruz, com a ponte seca sobre a várzea do rio Pardinho. Diferente de intervenções em vias já saturadas, a ideia dessa nova rota de aproximadamente 1,5 quilômetro busca descongestionar o fluxo. A viabilidade dessa alternativa depende da cooperação intermunicipal como resposta aos gargalos compartilhados.

Figura 74 - Distâncias entre o Bairro Várzea e a Linha Número 1



Fonte: Adaptado de Portal Arauto (2025)

Para além da dimensão da nova infraestrutura, uma nova conexão entre a Linha Número 1 e o Bairro Várzea atuaria como catalisadora de novas territoria-

lidades e redefiniria as relações no arranjo populacional, possibilitando a redundância de diferentes acessos a Vera Cruz em caso de desastres.

Figura 75 - Problemas de infraestrutura causados pelo desastre de 2024



Fonte: Adaptado de Google Maps (2026), Gazeta do Sul (2025) e Portal Arauto (2025)

O debate sobre o desempenho dos governos locais revela uma dicotomia. Enquanto a descentralização é celebrada por aproximar a decisão do cidadão e potencializar a eficácia das políticas públicas, revela complexidade e ambiguidades. A fragilidade institucional em governos de pequenos municípios manifesta-se, frequentemente, na falta de continuidade das políticas públicas, a chamada política de terra arrasada.

Um exemplo da descontinuidade administrativa pode ser observado na trajetória do Bairro Várzea, em Santa Cruz do Sul, área que constitui um dos pontos nodais da planejada ligação com Vera Cruz. Originado de um processo de ocupação informal em zonas de preservação próximas ao Rio Pardinho, onde residências chegaram a ser erguidas a metros do leito, o bairro reflete a transição de um antigo espaço de lazer e acampamentos temporários para um núcleo urbano consolidado sob a ausência de fiscalização adequada. Para mitigar os impactos das cheias recorrentes, a gestão municipal entre 2005 e 2008 implementou medidas de engenharia reversa, como taipas e piscinões destinados à contenção e absorção do excesso hídrico.

Todavia, a eficácia dessas ferramentas foi anulada pela carência de acompanhamento nas gestões subsequentes, revelando a fragilidade e a desarticulação estratégica dos governos locais. Sem manutenção, os piscinões foram desvirtuados de sua função original, tornando-se depósitos de entulho por entes privados, enquanto as taipas foram progressivamente degradadas pela força das águas. Essa omissão institucional forçou os moradores a enfrentarem décadas de vulnerabilidade. Mesmo com edificações elevadas, a ausência de infraestrutura obrigava as famílias à exposição a águas contaminadas e riscos, dependendo de auxílio logístico emergencial da prefeitura, com crianças e adultos sendo carregados na caçamba de um caminhão que passava pela água, para acessar o trabalho e a escola durante episódios de cheia.

REFERÊNCIAS

BARACHO, Alfredo de Oliveira. **O princípio da subsidiariedade: conceito e evolução**. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

BAUER, Henrique. Governo do Estado entra na discussão sobre nova ligação entre Vera Cruz e Santa Cruz. **Portal Arauto**, 25 out. 2025. Disponível em: <https://portalarauto.com.br/> Acesso em: 9 maio 2026.

DOTA, E.; CAMARGO, D. Regionalização, mobilidade pendular e os desafios metropolitanos: o caso da RM de Campinas. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 127-148, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.revistappr.com.br/> Acesso em: 31 jul. 2026

EMMEL, Adriano. **Mobilidade e territorialidade: análise dos deslocamentos pendulares no arranjo populacional de Santa Cruz do Sul (RS)**. 2016. 143 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), Santa Cruz do Sul, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11624/1097> Acesso em: 31 jul. 2026

GARCIA, Pedro. Conheça os detalhes da duplicação da BR-471. **Portal Gaz**, 10 jul. 2022. Disponível em: <https://www.gaz.com.br/> Acesso em: 31 jul. 2026

GARCIA, Tiago. “É um medo constante para todos”, diz morador do Bairro Várzea que precisou deixar a casa. **Portal Gaz**, 18 jun. 2025. Disponível em: <https://www.gaz.com.br/> Acesso em: 31 jul. 2026

SOUZA, M. Agricultores temem até abandono do campo em função da duplicação da RSC-287. **Portal Gaz**, 02 jul. 2022. Disponível em: <https://www.gaz.com.br/> Acesso em: 9 maio 2026.

6 CONHECENDO VERA CRUZ

Vera Cruz está registrado pelo Código do Município 4322707 pelo IBGE. Ocupa área de 310 quilômetros quadrados, com área urbana de 14 quilômetros quadrados. A colonização de Vera Cruz - então Linha Dona Josefa – teve início em 1850, quando chegaram os primeiros imigrantes. A primeira capela, erigida em 1860, caracterizou o surgimento do povoado. Elevado à categoria de município com a denominação de Vera Cruz, pela lei estadual nº 3697, de 30 jan. 1959, desmembrado de Santa Cruz do Sul.

No censo pelo IBGE em 2022, a população era de 26.710 habitantes e a densidade demográfica era de 86,3 habitantes por quilômetro quadrado. A população estimada para 2025 foi de 27.670 pessoas, contabilizando um total de 11.912 domicílios. Em 2023, o PIB foi de R\$1,1 bilhões e o PIB per capita foi R\$42.177,75. O salário médio mensal dos trabalhadores formais, em 2023, foi de 2,2 salários mínimos com 6.860 trabalhadores em postos de trabalho formais.

De acordo com o índice de Vulnerabilidade Climática dos Municípios (IVCM) publicado pelo Instituto Votorantim em plataforma online (<https://institutovotorantim.org.br/ivcm/>) o município de Vera Cruz apresenta a menor vulnerabilidade em todo o Vale do Rio Pardo. O IVCM para 2024 de Vera Cruz foi calculado em 39,5, assim, estando melhor situado que municípios vizinhos como Sinimbu (47,3), Vale do Sol (44,7) ou Santa Cruz do Sul (42,2).

Também na plataforma AdaptaBrasil (<https://sistema.adaptabrasil.mcti.gov.br/>) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o município de Vera Cruz tem índice baixo de 0,23 de risco para inundações, enxurradas ou alagamentos, enquanto municípios vizinhos como Venâncio Aires apresentam com índice 0,65 um risco alto. Esta classificação se justifica por retratar a situação do núcleo urbano, que no caso de Vera Cruz está localizado em cima de divisor de águas, entre as várzeas do rio Pardo e rio Pardinho.

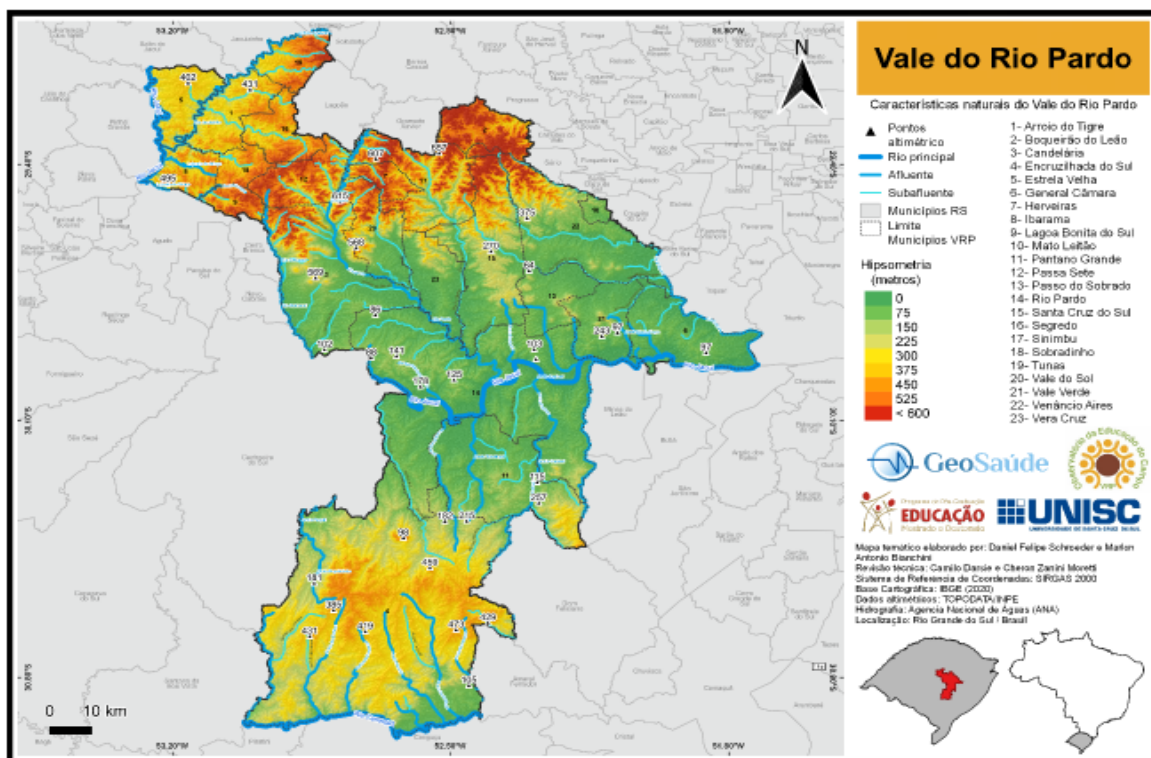
A plataforma do Índice de Gestão Municipal (iGeM), publicada pelo consórcio de universidades públicas que integram o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Qualidade de Governo e Políticas Públicas para o

Desenvolvimento Sustentável (QualiGov) registra o elevado índice de 0,74522 para o município de Vera Cruz. Na escala dos municípios de 20 mil a 50 mil habitantes, Vera Cruz figura em 17º lugar no *ranking* nacional, e em terceiro lugar no *ranking* dos municípios gaúchos de até 50 mil habitantes. O valor do índice mais alto no estado pertence ao município de Novo Hamburgo com 0,815.

Na plataforma online do Indicador de Capacidade Municipal em Proteção e Defesa Civil (ICM) mantida pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, o município de Vera Cruz está registrado como sendo de pequeno porte (até 100 mil habitantes). O ICM vai da faixa de mais baixa capacidade com a classificação D, até a mais alta capacidade de resposta a desastres com classificação A. Na atualização da plataforma realizada em 22 maio de 2026, Vera Cruz foi classificada com índice na faixa B, ou seja, intermediário avançado. Por apresentar risco de inundações, está registrado como sendo prioritário para o Programa Nacional de Gestão de Riscos e Desastres no PPA 2024-2027.

O Painel das Medidas Emergenciais para o Rio Grande do Sul mantido online pelo BNDES, registra as operações especiais de financiamento operadas em Vera Cruz após o desastre de abril de 2024. Seguindo normativa do Governo Federal, as operações foram realizadas mediante compromisso das empresas em manter, ou ampliar, o número de trabalhadores empregados. Foram 124 operações para empresas locais, somando valor de R\$2,8 milhões, adiando pagamento de parcelas de financiamento já existentes em até 12 meses. Foram realizadas 11 operações concedendo garantia de crédito no valor de R\$7,8 milhões. E foram aprovados 7 novos créditos para empresas, somando R\$6,2 milhões, para capital de giro, investimento em infraestrutura ou reconstrução.

Figura 76 – Mapa da geografia do Vale do Rio Pardo



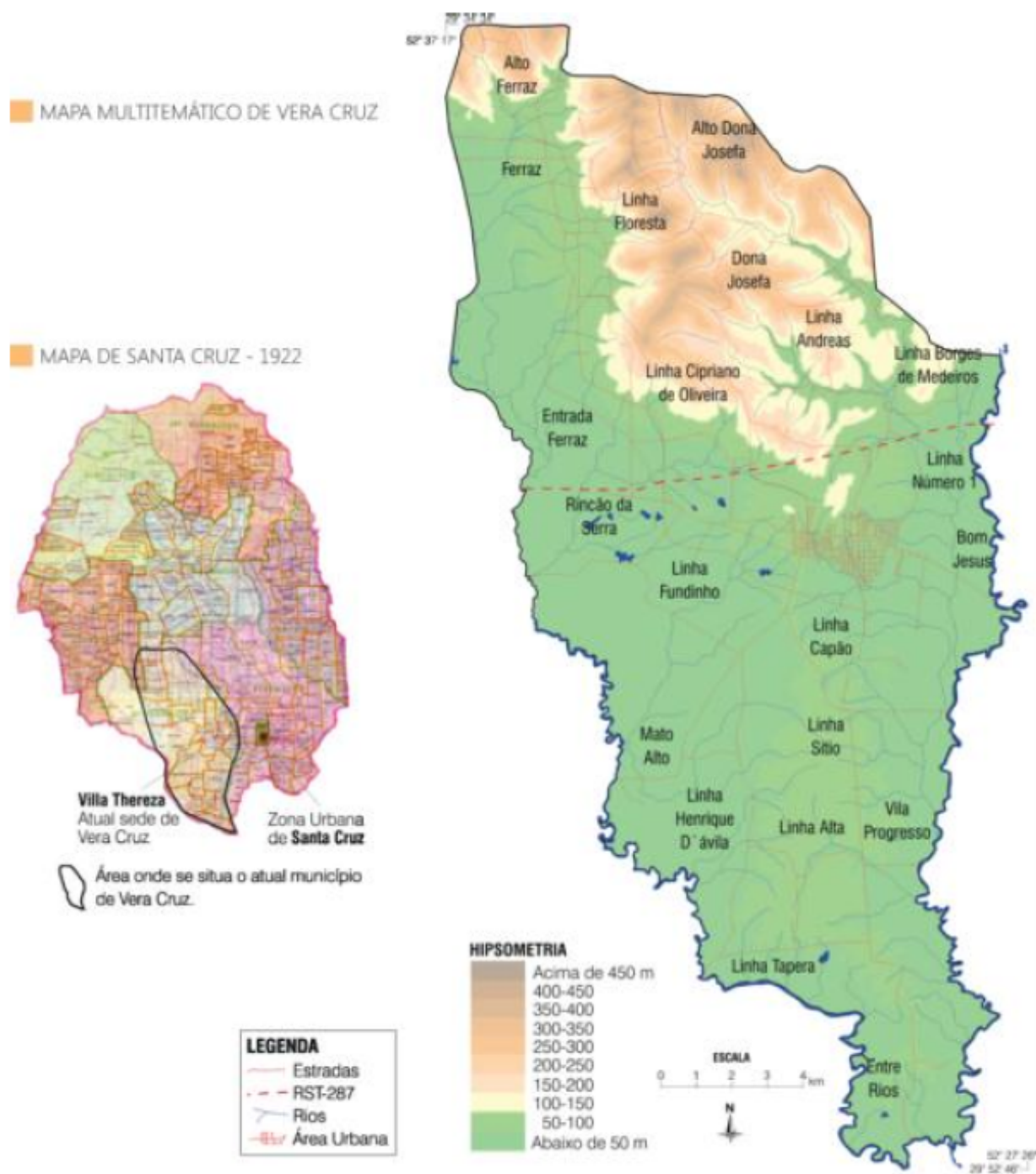
Fonte: <https://geosaudevrp.org/2021/09/26/caracteristicas-naturais-do-vale-do-rio-pardo/>

Figura 77 – Mapa da posição de Vera Cruz no Vale do Rio Pardo



Fonte: <https://www.veracruz.rs.gov.br/portal/servicos/1003/dados-do-municipio/>

Figura 78 – Mapa de localidades de Vera Cruz e inserção lateral de mapa da localização de Vera Cruz ainda distrito do município-mãe de Santa Cruz do Sul em 1922



Fonte: <https://www.veracruz.rs.gov.br/portal/servicos/1003/dados-do-municipio/>

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. AdaptaBrasil **MCTI**. MCTI: painel cidade e unidade federativa. MCTI, 2026. Disponível em: <https://painelcidades.adaptabrasil.mcti.gov.br/> Acesso em: 3 ago. 2026.

INSTITUTO VOTORANTIM. Índice de Vulnerabilidade Climática dos Municípios. **IV**, 2024. Disponível em: <https://institutovotorantim.org.br/ivcm/> Acesso em: 3 ago. 2026.

SCHROEDER, D. F.; BIANCHINI, M. A.; DARSIE, C.; MORETTI, C; Z.. Características naturais do Vale do Rio Pardo. 2021. 1 mapa. Escala 1:10. Disponível em: <https://geosaudevrp.org/2021/09/26/caracteristicas-naturais-do-vale-do-rio-pardo/> Acesso em: 3 ago. 2026.

VERA CRUZ. Dados do município. **Prefeitura**, 2022. Disponível em: <https://www.veracruz.rs.gov.br/portal/servicos/1003/dados-do-municipio/> Acesso em: 3 ago. 2026.

7 VERA CRUZ E DESASTRES

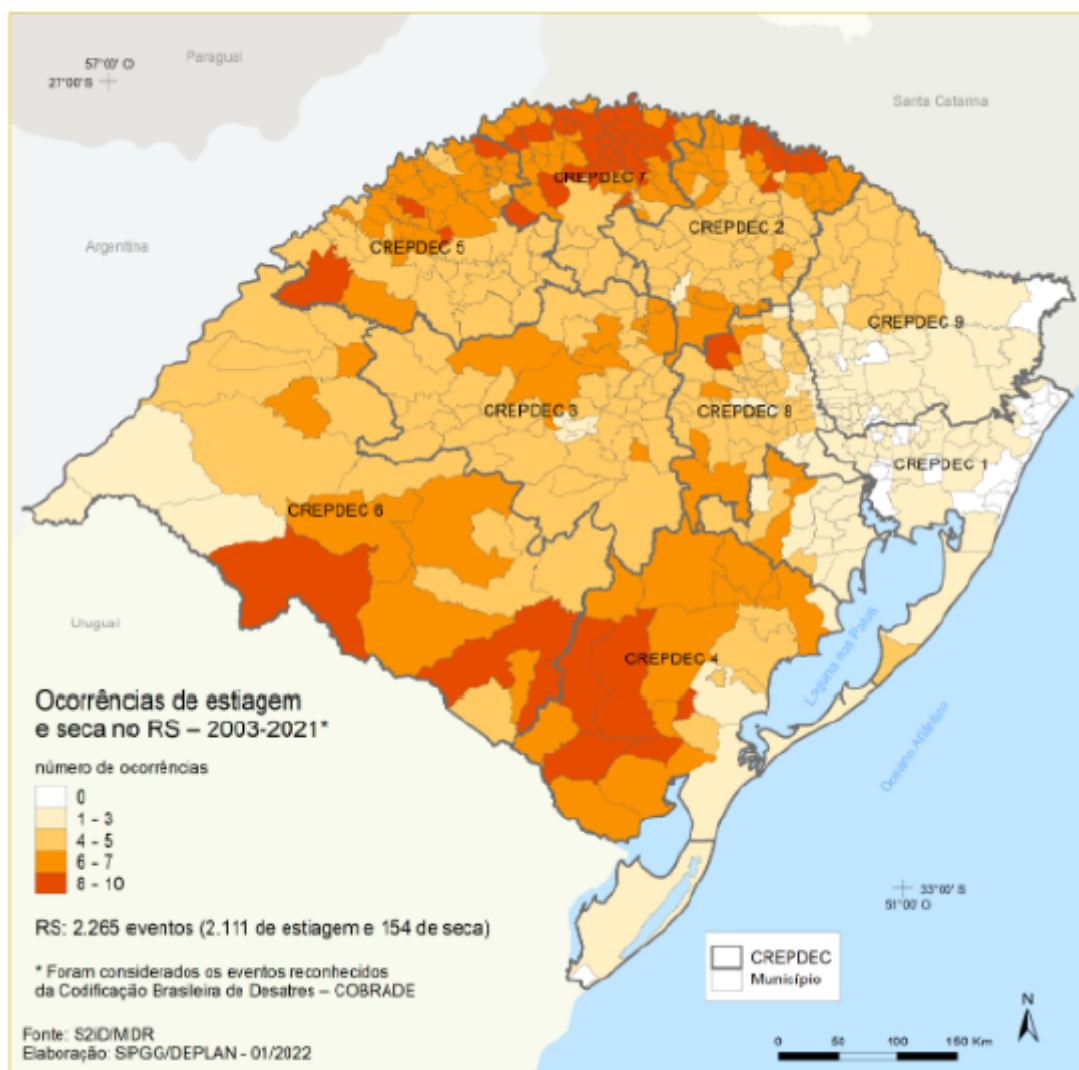
O município de Vera Cruz integra a bacia hidrográfica do Rio Pardo, na região da Depressão Central do Rio Grande do Sul, figurando entre os municípios impactados pelos eventos climáticos extremos da última década. Está situado no limite fitogeográfico de transição entre a Mata Atlântica que cobre a Serra Geral e os campos nativos do Pampa na metade sul do estado, demarcado pelo curso do rio Jacuí que corta o estado de Oeste a Leste, em meio às amplas várzeas de inundação utilizadas para cultivo do arroz irrigado.

Recorrentes no Rio Grande do Sul, as estiagens mais significativas que afetaram o estado ocorreram nas safras 2004/05, 2011/12 e na sequência das safras 2019/20, 2020/21 e 2021/22. No verão de 2019/20 em Vera Cruz a cultura da soja chegou a ter 80% de quebra, mesma perda registrada no plantio de milho resteva. No ano seguinte, o município decretou situação de emergência em janeiro de 2021 devido à estiagem, com perdas na produção agrícola estimadas em R\$ 15,9 milhões o milho, safra (40%) e resteva (30%), e a soja (30%) foram as culturas com maior quebra.

Considerando uma normal climatológica, média de 30 anos de observações (1981-2010), no período de novembro a março, a precipitação pluvial acumulada situa-se de 600 a 750 mm no Rio Grande do Sul. Na safra 2011/12 foi possível observar valores inferiores de precipitação pluvial acumulada no período novembro a março: entre 300 e 400 mm. Um relatório da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão em parceria com a Defesa Civil aponta a estiagem como o evento que mais somou prejuízos econômicos no estado entre 2017 e 2021, totalizando 84,99% do valor total de danos. Vários relatórios detalham os impactos na agricultura, como a necessidade de importação de milho, aumento dos custos de produção de carnes e laticínios, e a redução de empregos rurais.

A Figura 79 apresenta mapa da recorrência de estiagens e secas no estado, registrando na regional da Defesa Civil 8 os municípios vizinhos de Vera Cruz e Rio Pardo entre os mais atingidos pelas crises hídricas.

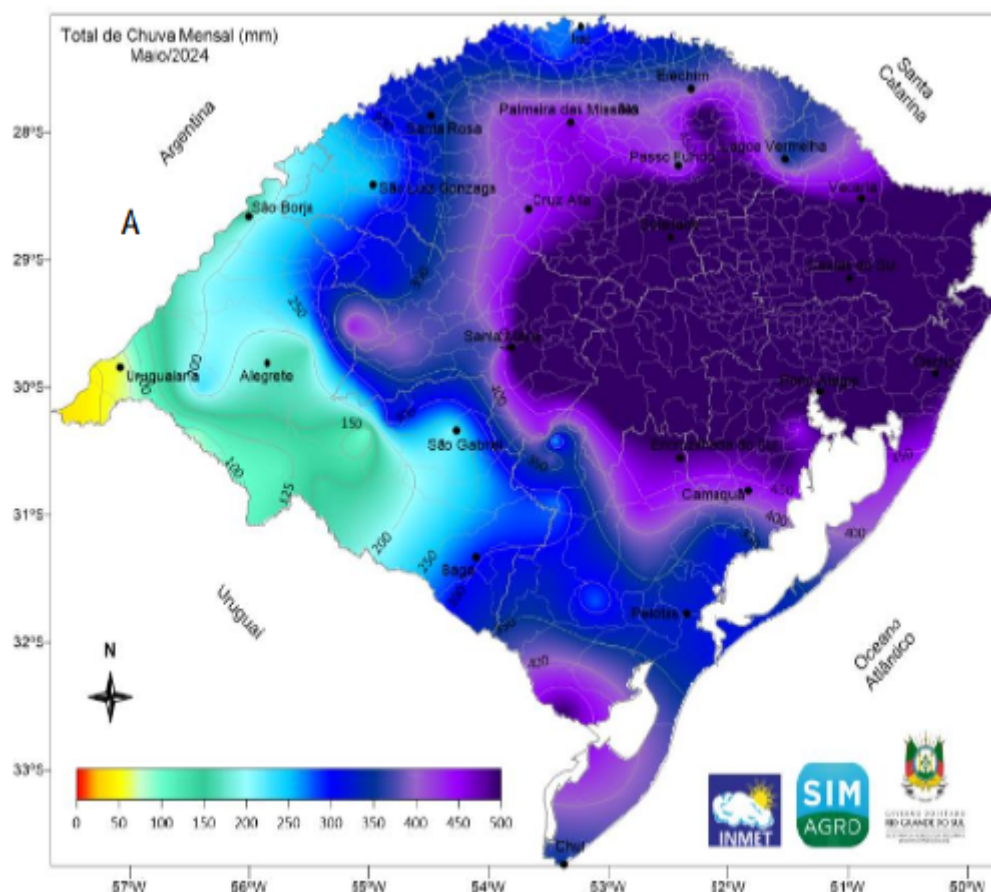
Figura 79 - Mapa das ocorrências de estiagem, no RS (2003-2021)



Fonte: Rio Grande do Sul (2022, p. 79).

A partir de 27/28 de abril de 2024, em menos de uma semana a chuva acumulou mais de 500 milímetros, quando a média esperada para o mês era de no máximo 200 milímetros. Diversas cidades no estado registraram temporal na tarde de sábado, 27 de abril, mas os principais impactos foram observados no Vale do Rio Pardo com chuva de granizo e casas foram danificadas. Os acessos a Vera Cruz, pela RS-409, ERS-412 e ERS-287, foram bloqueados devido a alagamentos e derrubada de pontes. O vento causou destelhamentos, queda de postes e de árvores, mais de 1 mil pessoas foram expulsas de casa por causa das enchentes.

Figura 80 - Acumulado total de chuva (mm) no RS (maio 2024)



Fonte: Rio Grande do Sul (2024, p. 10)

A porção mais afetada do município de Vera Cruz foi a área rural ribeirinha na medida em que o núcleo urbano está situado no divisor de águas em meio às duas planícies de inundação dos rios Pardo e Pardinho. Segundo estimativa preliminar em junho de 2024, os prejuízos econômicos em Vera Cruz chegaram a R\$100 milhões mediante danos à infraestrutura viária, perda de lavouras - especialmente arroz - e erosão de solo.

Municípios em calamidade na região administrativa Emater de Soledade: Candelária, Fontoura Xavier, General Câmara, Ibarama, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, São José do Herval, Segredo, Sinimbu, Venâncio Aires, Vera Cruz. Persistem episódios de desmoronamentos. A energia elétrica e a internet estão sendo restabelecidas gradualmente, mas ainda há falta de água potável e acessibilidade em algumas propriedades. A coleta de leite está sendo normalizada paulatinamente, mas há significativas perdas de grãos estocados e nas lavouras não colhidas. Ainda há desabrigados na região. As agroindústrias locais sofreram perdas em equipamentos e matéria-prima. O abastecimento através de feiras está interrompido devido à falta de produção local. Não há disponibilidade de mudas no mercado para reiniciar a produção (Emater/RS, 30/05/24).

Por sua vez, o município presenciou ações de resposta ao desastre que atestam a existência de uma capacidade de resiliência, ou seja, de retomada das ações cotidianas dos moradores e a garantia de sua segurança. Assim, a ponte sobre o Rio Pardinho, na ERS-409, principal acesso para a vizinha Santa Cruz do Sul, foi reconstruída de forma provisória por moradores em cinco horas.

Após o desastre, a Prefeitura adotou prioridade de aprendizado à prevenção a desastres. Foram definidas cotas de inundação para licenciamento de novos loteamentos visando impedir construções em áreas alagáveis, sendo realizadas capacitações para voluntários, bem como adquiridos equipamentos para Defesa Civil e bombeiros.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, L. *et al.* **Análise da estiagem na safra 2019/2020 e impactos na agropecuária do Rio Grande do Sul**. Circular: divulgação técnica, n. 6. Porto Alegre: SEAPDR/DDPA, 2020. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/> Acesso em: 31 jul 2026

DIARIO DO COMERCIO. Chuva traz alívio à seca, mas não diminui prejuízos em Vera Cruz. **Jornal Cidades**, 15 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/> Acesso em: 13 jan. 2026.

EMATER/RS – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Impactos das chuvas e cheias extremas no Rio Grande do Sul em maio de 2024**. Boletim No. 1. Porto Alegre, 30 maio 2024. Disponível em: <https://www.emater.tche.br/> Acesso em: 31 jul 2026

GAIS, R. Prejuízos devido às enchentes chegam a R\$100 milhões em Vera Cruz. **Portal GAZ**, 09 de junho de 2024. Disponível em: <https://www.gaz.com.br>. Acesso em: 12 jan. 2026.

LARA, E. Chuva forte causa transtorno em Vera Cruz. **Portal Arauto**, 29 de abril de 2024. Disponível em: <https://portalarauto.com.br> Acesso em: 12 jan. 2026.

PÉRTILE, M. Ponte destruída por temporais em Vera Cruz é reconstruída por voluntários em 5 horas. **G1 RS**, 3 de maio de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com> Acesso em: 12 jan. 2026.

RBS TV. Temporal provoca estragos em cidades do RS; Santa Cruz do Sul teve queda de granizo. **G1 RS**, 27 de abril de 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com> Acesso em: 12 jan. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura e Pecuária. **Condições meteorológicas ocorridas em maio de 2024**: situação das principais culturas agrícolas no estado do RS. Comunicado agrometeorológico 70. Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/> Acesso em: 31 jul. 2026

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. **Desastres naturais no RS**: estudo sobre as ocorrências no período 2003-2021. Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/> Acesso em: 31 jul. 2026

WACHHOLTZ, E. Vera Cruz busca transformar desafios da enchente em aprendizado e prevenção. **Portal Arauto**, 06 de maio de 2025. Disponível em: <https://portalarauto.com.br> Acesso em: 13 jan. 2026.

8 NOTA METODOLÓGICA

Esta obra constitui fruto de trabalho humano, resultado da produção coletiva dos autores listados nos respectivos capítulos sem utilização de ferramentas de Inteligência Artificial para redação ou construção dos textos. Utilizamos Inteligência Artificial apenas para revisão ortográfica do texto final.

A coleta de dados foi realizada entre os meses de janeiro e junho de 2026 pelos integrantes do Grupo de Pesquisa no município de Vera Cruz. Para os capítulos baseados em revisão bibliográfica, seus autores buscaram acessar os dados mais atualizados disponíveis ao público. Para os capítulos baseados na coleta de dados em Vera Cruz foram agendadas visitas de campo, nas quais realizamos entrevistas semiestruturadas com informantes qualificados. As entrevistas foram gravadas, transcritas no formato do capítulo e retornadas ao entrevistado para revisão e correção.

Os autores externos convidados para esta publicação tiveram liberdade para produzir seus respectivos capítulos com prazo limite de dois meses para entrega do original, sendo posteriormente revisado pela equipe e adequado ao formato definido para esta publicação.

O referencial teórico para a organização e interpretação dos dados é constituído essencialmente pelo Índice de Resiliência da Cidade (IRC), divulgado através de parceria entre o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, as Universidades Federais de Pernambuco e Santa Catarina, com a Escola Nacional de Administração Pública, operacionalizado através da Política Nacional de Prevenção de Riscos de Desastres.

O IRC constitui uma ferramenta multidimensional para medir a capacidade de um município de resistir, absorver e recuperar-se de choques e desastres (como eventos climáticos extremos). Ele avalia dimensões como economia, sociedade, infraestrutura e meio ambiente para orientar políticas públicas.

O IRC, por sua vez, está baseado no clássico livro por Wisner e colegas, com primeira edição impressa em 1994 e segunda edição revisada em recurso eletrônico em 2004. Merece especial destaque o Capítulo 3 “Acesso a recursos

e lidando com a adversidade” no qual os autores apresentam o Modelo de Acesso (*Access Model*, em inglês) que descreve desastres não como um evento isolado, mas como um processo que gera impactos por longo período após o evento extremo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Resiliência territorial**: do planejamento à ação frente às mudanças climáticas. *E-book*. Brasília e Florianópolis, 2026.

WISNER, B.; BLAIKIE, P. CANNON, T.; DAVIS, I. **At Risk**: natural hazards, people's vulnerability and disaster. London: Routledge, 1994.

9 LETRAMENTO CLIMÁTICO

Estes são outros ebooks didáticos publicados para o “Observatório de Inovação em Água e Clima no RS” que podem ser acessados gratuitamente no site da editora:

(2026) Atenção à saúde mental na era dos desastres: propostas para inovações na bacia do rio Pardo/RS. Alegrete: Editora TerriED.

<https://www.terried.com/ebooks-colecao>

(2025) Vozes da mudança climática: relatos das inundações na bacia do rio Pardo - Abril 2024. Alegrete: Editora TerriED.

<https://www.terried.com/ebooks-colecao>

(2025) Inovações para mitigação e resiliência a inundações: propostas para escolas e prefeituras na bacia do rio Pardo. Alegrete: Editora TerriED.

<https://www.terried.com/ebooks-colecao>

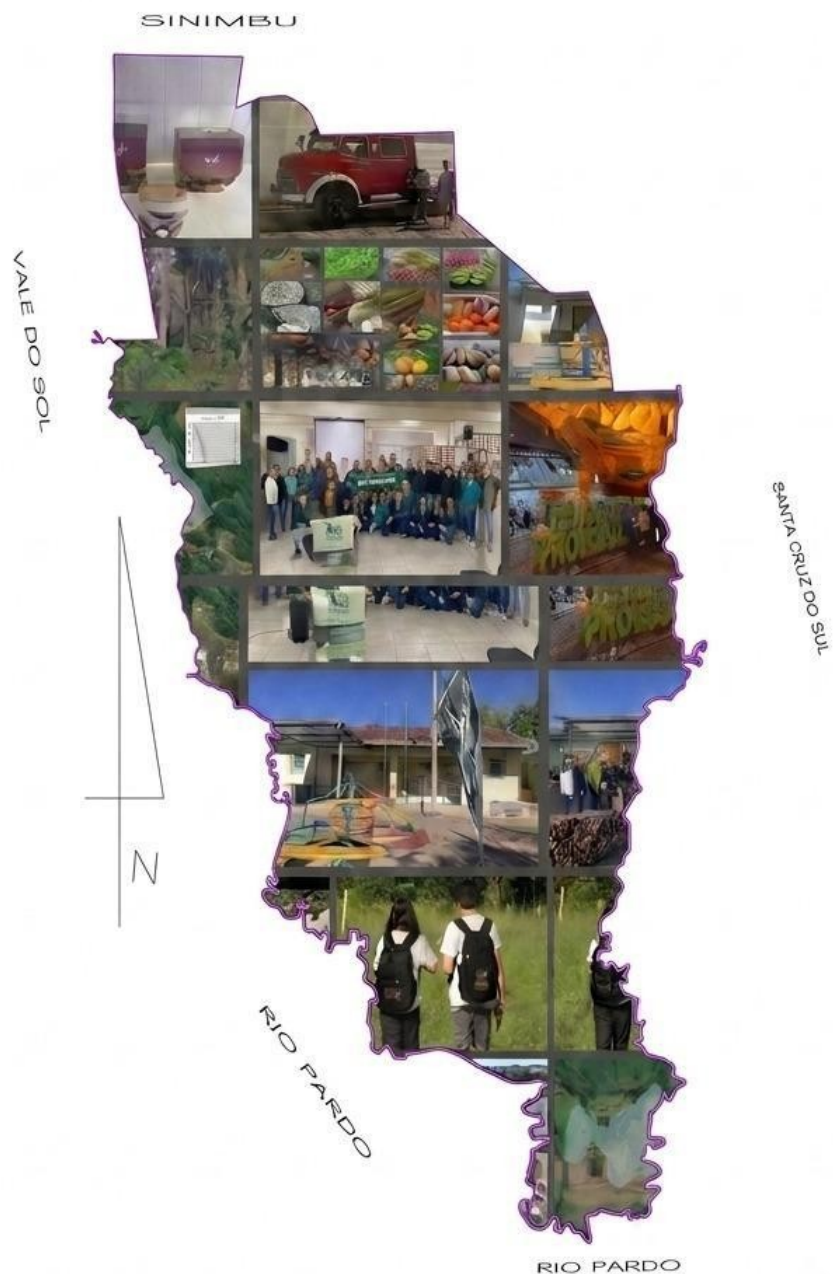
(2021) Mudanças climáticas no Rio Grande do Sul: uma década de riscos e inovações. Santa Cruz do Sul: Edunisc.

<https://www.unisc.br/pt/home/editora/e-books>

(2017) Atlas de desastres naturais do município de Santa Cruz do Sul (1991-2016). Santa Cruz do Sul: Edunisc.

<https://www.unisc.br/pt/home/editora/e-books>

VERA CRUZ



MAPA RODOVIÁRIO

MARÇO/2003